COLEÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE GUSTAVO BARROSO - 5

3

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL

GUSTAVO BARROSO

GUSTAVO BARROSO

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL

VOLUME 3

1ª REEDIÇÃO

1993

Revisão Editora Ltda.
Conferindo e Divulgando a História
Caixa Postal 10466
90001 Porto Alegre-RS

ÍNDICE
Volume 3

"É justamente o que explica o antagonismo entre o povo judeu e a civilização nascida do cristianismo. No meio dum mundo transformado e adoçado, continua o homem de há três mil anos, ávido e hostil, encerrado na sua religião nacional, eternamente preocupado em escravizar todas as nações a Israel, como lhe foi anunciado de século em século pela sinagoga... Não se trata de odiar os judeus e ainda menos de desprezá-los. Não se despreza um povo que arrostou os séculos, a dispersão, a decadência moral e material, conseguindo manter-se intacto. Mas é natural que seja temido e que se pense em proteger contra suas agressões o patrimônio moral e material das nações cristãs."

Salluste, "Les origines sécrètes du bolchevisme", pg. 299.

"Essa nação celerada espalha seus usos e intrigas em todos os países."

Suetônio, "Vida de Tibério".

"Os judeus não são mais do que ódio e hostilidade contra todos os homens."

Tácito, "Anais".

"O traço mais notável de todas as revoluções ocorridas no continente é o papel preponderante dos judeus. Enquanto uma parte deles se apodera dos grandes poderes financeiros, outros indivíduos de sua raça são os chefes dos movimentos revolucionários... Aqueles que consideram os judeus uma força conservadora da sociedade devem mudar de opinião."

"A aurora duma época revolucionária", art. no "Nineteenth Century Magazine" de janeiro de 1882.

"No mundo maçônico se verifica com pavor a influência que tomaram os judeus."

Von Wedell, "Vorurtheil oder berechtiger Hass", Berlim, 1880.

"A maçonaria é uma imensa associação, cujos raros iniciados, isto é, os verdadeiros chefes, que se não devem confundir com os chefes nominais, vivem em estreita e íntima aliança com os membros militantes do judaísmo, príncipes e imitadores da alta cabala."

Gougenot des Mousseaux, "Le juif, le judaisme et Ia judaisation des peuples chrétiens".

"Em Londres, existem duas lojas judaicas, nas quais nunca penetrou um cristão, onde vão ter todos os fios de todos os elementos revolucionários que atuam nas lojas cristãs."

"Historische Politische Blätter", Munich, 1882.

"Conheço um pouco o mundo e sei que em todo esse grande futuro que se está preparando somente quatro ou cinco indivíduos dão cartas. Os outros pensam que dão e se enganam..."

Henry Misley, "Cartas".

"Aliás, o próprio judaísmo é uma maçonaria, tanto pela íntima solidariedade que une seus membros, como pelo cosmopolitismo que os põe fora da idéia de pátria e ainda pelo seu ódio ao cristianismo."

Deschamps, "Des societés sécrètes".

Capítulo I

O BRASIL E A BAVIERA

Na 55ª sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 16 de janeiro de 1841, quando a benemérita instituição contava apenas três anos de idade, o sócio Dr. Mariz Sarmento fez uma proposta de estarrecer: "Quais as sociedades secretas que se têm estabelecido no Brasil, e desde quando, ou sejam nele inventadas (?), ou trazidas e imitadas de outros países; os fins do seu Instituto; o seu aumento e estado atual, ou a sua decadência e extinção; que influência hajam tido, e porque meios, na moralidade do povo, nas suas opiniões religiosas e políticas, e nos acontecimentos mais notáveis do país (1)?"

A notável proposta assombrou com certeza a douta assembléia. Ela contém o plano completo duma História Secreta do Brasil. Baseado nela, o Instituto teria trabalho para muitos anos. Mas a proposta foi, como era de esperar, abafada. Por instâncias do autor, figurou na ordem do dia da 63ª sessão, a 19 de maio de 1841. Anunciada a sua discussão, o cônego Januario da Cunha Barbosa, maçon qualificado, companheiro de Ledo e dos outros pedreiros-livres da Independência e da Abdicação, pediu a palavra e propôs que o assunto fosse reservado para ser discutido em tempo mais oportuno, atendendo-se ao fato de ainda existirem pessoas que podiam ser comprometidas com tal discussão (2). O Instituto respirou desafogado, aprovou o requerimento do cônego-maçon e passou a outra matéria menos perigosa. Pôs-se uma pedra em cima da proposta do Dr. Mariz Sarmento. Nós, que estamos fazendo nos volumes da "História Secreta do Brasil" aquilo que ele desejou fosse obra do próprio Instituto Histórico, não podemos deixar de render homenagem ao corajoso varão que, em 1841, numa época tumultuária, perigosa e dominada pelas maçonarias, teve o desassombro de apresentar de público semelhante proposta.

Além de estudarmos a ação nefanda do judaísmo, que age por trás das sociedades secretas, as fomenta, organiza e dirige (3), estudamos essas sociedades e a sua influência na vida brasileira, como queria o Dr. Mariz Sarmento. Além da maçonaria, que foi objeto de nossos estudos no volume anterior, ligeiramente nos referimos a outra sociedade secreta instituída em São Paulo com a fundação dos cursos jurídicos, a **Burschenchaft** ou simplesmente a BUCHA, que dizem os estudantes e o povo, a qual foi dona da província paulista e senhora dos destinos do Brasil, recorrendo a todos os meios e até ao crime para conservar seu infame poder.

Não seria possível entrarmos na história do tormentoso, ensangüentado e anárquico período da Regência sem antes termos perfeito conhecimento do que foi e do que é a Bucha, porque começou a atuar nele, ainda existe e ainda tem poder. Foi todo-poderosa. Ainda é muito poderosa. O poder das trevas, porém, não nos faz sequer pestanejar. Um homem de bem não tem medo dessas assombrações.

É sabido que, durante a Regência, as sociedades políticas exerciam grande influência sobre o governo que resultara de sua obra no 7 de abril. A chamada Sociedade Defensora, "verdadeiramente governou o Brasil pelo espaço de quatro anos; foi em realidade outro **Estado no Estado,** porque sua influência era a **única** que predominava no gabinete e nas câmaras; e sua ação, mais poderosa do que a do governo, se estendia por todos os ângulos do Império (4)". Por trás dessas sociedades políticas aparentes manobravam as forças ocultas de que elas promanavam e às quais serviam de antenas e de cobertura. Que foi o clube dos Jacobinos, em França, senão a fachada do que não podia aparecer à luz do dia? Que foi o clube 3 de outubro, depois da nossa revolução de 1930? Outra fachada... À Regência não faltou nem mesmo a sociedade de caráter nitidamente militar como esse 3 de outubro. Ela teve a **Sociedade Militar,** fundada logo após a abdicação de D. Pedro I sob o pretexto de defender a classe dos oficiais contra o aviltamento que lhe queriam impor os políticos. Na verdade, a maçonaria atirava civis e militares uns contra os outros. Para aquela sociedade, como para o clube 3 de outubro, entraram também paisanos sob o pretexto de pertencerem às Ordens Militares de Cristo e de Santiago. Outra razão aparente da vida dessas sociedades era a razão maçônica da beneficência. A Bucha também a invoca em relação aos estudantes pobres e socorre alguns para justificar-se.

Na sua proposta ao Instituto Histórico, morta ao nascer, o Dr. Mariz Sarmento fala das sociedades secretas inventadas no Brasil,

trazidas ou imitadas de outros países. As inventadas são, mais ou menos, aquelas academias pernambucanas a que nos referimos no 1º volume (5) e o Apostolado dos Andradas; as trazidas, os vários ritos da maçonaria; as imitadas, as sociedades secretas de estudantes, entre as quais a mais notável é a Bucha.

Ela vem em linha reta do Iluminismo da Baviera. No tempo em que as sociedades secretas se multiplicavam por toda a Alemanha, sobretudo no Sul, com o fim de destruir ali os restos da influência católica através da educação da mocidade, apareceu em Ingolstadt um homem "dotado do gênio da conspiração (6)", o judeu João Adão Weishaupt. Afilhado e protegido do barão de Ickstadt, nobre por decreto e não de sangue, que combatia a religião como reitor da Universidade de Ingolstadt, chegando ao ponto de contrabandear pessoalmente livros ímpios para fornecê-los aos estudantes, Weishaupt conseguiu ser nomeado professor com grande escândalo e inúmeros protestos. Tinha sido educado por favor no Colégio dos Jesuítas, mas se envenenara com o filosofismo reinante na época, tornando-se absolutamente irreligioso. De posse da cadeira, cheio de imensa pretensão, julgando-se genial, vaidoso e inquieto, sedento de proselitismo, o que denuncia às léguas a psicologia judaica, pretendeu entrar na maçonaria, que era a grande força do momento, a fim de subir depressa na vida (7). Dizem que foi repelido.

Todas as universidades protestantes do tempo, sem disciplina espiritual, formadoras de consciências envenenadas pelo livre-exame, possuíam suas sociedades secretas de professores e estudantes. Repelido da maçonaria, Weishaupt resolveu agir por conta própria, ou talvez fôra repelido de caso pensado para melhor efeito da obra que lhe fôra encomendada, e fundou em Ingolstadt a Ordem dos Perfectibilistas ou Ordem dos Iluminados, a 1^2 de maio de 1776 (8). Era dirigida por um grupo de Doze Areopagitas, que usavam pseudônimos greco-romanos, por trás dos quais atuavam personalidades mais poderosas e mais secretas. Os Doze eram encarregados sobretudo de estudar os caracteres dos estudantes, a fim de ver quais os espertos, os intrigantes, os industriosos, os sem escrúpulos ou os sociáveis, de maneira a atraí-los para a Ordem (9).

Um ano depois, em 1777, estava concluída a organização secreta dos Iluminados, dentro da Universidade Católica de Ingolstadt. Dividia-se em três círculos: Noviços, Minervais e Areopagitas. Além deles, existia a Junta Secreta, ignorada de todos. O juramento obrigava a inviolável segredo e a uma obediência passiva. Muito insinuante, Weishaupt recrutava com "habilidade demoníaca", confessa um histo-

riador de peso, os rapazes desmiolados ou ingênuos, que sonhavam transpor as provas do noviciado para poderem ostentar as insígnias de Minerval: a fita verde de que pendia o medalhão dourado com o mocho ou coruja de Atenas entre louros e as letras P. M. C. V., que significam **Per me coeci vidunt,** por mim os cegos vêem (10).

A Ordem ministrava por intermédio de seu Minerval-Iluminado o ensino superior da filosofia e a educação social anti-clerical. Cada membro era obrigado a ser espião e delator de seus companheiros. Aprendia-se a arte da dissimulação. Roubavam-se das bibliotecas dos conventos livros e documentos preciosos. Espalhavam-se terríveis panfletos contra a Igreja. A perversão levada a efeito no seio da mocidade estudantil era medonha, sobretudo porque Weishaupt e seus acólitos preferiam recrutar neófitos entre os rapazes de 15 a 20 anos, mais fáceis de modelar (11).

A organização do Iluminismo é sobremodo conhecida, porque o próprio Weishaupt deixou escrito o "Sistema corrigido do Iluminismo com seus graus e suas constituições. Instruções para os adeptos inclinados à maneira de crer e adorar um Deus" (12). Entretanto, a doutrina preconiza de todos os modos possíveis a destruição sistemática da religião católica (13). Houve dois Iluminismos na Europa do século XVIII, ambos provindos da mesma fonte dogmática anti-cristã, o da Baviera com Weishaupt e o de França com Saint Martin, sendo o segundo posterior em data de aparecimento ao primeiro (14). Ambos tiveram enorme influência no preparo e desencadeamento da Revolução Francesa. Mirabeau, por exemplo, foi iniciado no Iluminismo alemão e chegou a escrever um "Essai sur les Illuminés"(15). A Revolução Francesa somente se processou depois que o Areópago de Weishaupt decidiu que a França seria **iluminada,** começando-se nela a Grande Obra. Bode, braço direito de Weishaupt, que usava o pseudônimo de Aurelius, foi mandado a Paris, com o capitão hanoveriano barão de Busche, cujo pseudônimo era Bayard, estabelecer as necessárias ligações com os famosos Filaletos ou Amigos Reunidos de que nos ocupamos largamente no capítulo do 1º volume referente à abdicação, sendo apresentados por Mirabeau e Bonneville (16).

Em 1780, enfraquecida por falta de recursos monetários e pelas rivalidades internas, a Ordem foi obrigada a se enxertar na maçonaria. Fez-se um acordo entre ambas, criando-se as lojas da Franco-Maçonaria Iluminada e obrigando-se os Iluminados dos altos graus a se iniciarem na maçonaria. Essa combinação começou a vigorar em 1781. As lojas da franco-maçonaria iluminada contavam os seguintes graus: Iluminado-Menor, Iluminado-Maior, Dirigente, Presbítero e

Príncipe ou Regente (17). Seus fins eram: combater o nacionalismo e o espírito de família, destruir o Estado, levar a sociedade a um estado ideal, governado pela moral, sem religião e sem chefes, e tornar a humanidade uma só família (18).

O maçon Knigge fôra o braço direito de Weishaupt na constituição dessa ordem secreta. Em 1784, Weishaupt derrubou-o e esmagou-o, passando a dominar sozinho as lojas iluminadas, cuja força já

Árvore genealógica das maçonarias, das sociedades secretas, tirada do frontispício da célebre obra "Aufklaerung über wichtig Gegenstaende in der Freyemaurerey, besonders über die Entstehung derselben", aus der Loge PURITAS, 1787", reproduzido em outra obra não menos célebre, "Religions Begebenheiten", 1787, pg. 62. Essa árvore genealógica foi desenhada por um irmão maçon do Rito de Zinnendorf, que se apresenta como um ramo principal do tronco — a Maçonaria, nascida das raízes Judaísmo, Talmud e Cabala, que o genealogista se esqueceu de assinalar e nós assinalamos. Da maçonaria Inglesa brota o Rito de Zinnendorf. Da Escocesa, a Francesa que decai nas maçonarias Alquímica, mágica e Martinista; a Alemã; a Holandesa; a Sueca; a Templária que fenece nos ramos da Beneficente e da Eclética. De uma semente tombada da grande árvore brota no solo a Rosa-Cruz, da qual sai a antiga maçonaria Russa. Da própria raiz do Judaísmo surge o lluminismo, cujo derradeiro broto é o Buchismo, a Burschenchaft.

era bem grande na vida social da Alemanha do Sul, influenciando ocultamente os tribunais, a administração e os negócios públicos, A rede de seus adeptos cobria a Baviera (19). O veneno sutil que deitavam às escondidas num copo de vinho ou num manjar afastava de seu caminho os obstáculos humanos (20). Os Iluminados metiam medo. Weishaupt ousou, então, um grande golpe e saiu vencedor: a expulsão dos jesuítas (21).

Em 1786, estava no apogeu de seu poderio. Mas Deus velava pelo destino dos povos. Um raio fulminou num subúrbio de Ratisbona

um dos grandes adeptos da seita, o padre apóstata Lanz, que servia de correio a Weishaupt e acabava de receber suas últimas instruções. A polícia encontrou em seus bolsos documentos tão comprometedores para a segurança do Estado que prendeu os principais membros da Ordem. Estava preparado um movimento subversivo terrorista de inaudita ferocidade para os dias próximos, tão bem planejado e articulado que só mesmo aquela intervenção providencial pelo fogo celeste o teria impedido de rebentar (22). O governo bávaro apoderou-se dos arquivos dos Iluminados e dissolveu-os. Weishaupt, que usava o nome de guerra de Spartacus, correu a refugiar-se na corte de Gotha, sob a proteção do duque Ernesto Luiz. Mas o Iluminismo não foi destruído e se conserva até hoje, secretamente, como um ramo perigoso da maçonaria (23). A Ordem sobrevive em várias organizações, inclusive naquilo que por algum tempo se chamou Aliança Eclética (24). Do Iluminismo nasceram todas as sociedades secretas estudantinas que pulularam na Alemanha, do fim do século XVIII ao começo do século XX: Amictistas, Constantistas, Unitistas, Harmonistas e Concordistas; Cavaleiros de São João de Jerusalém, Cavaleiros do Arcabuz e Cavaleiros do Punhal; Irmãos-Negros, Legião Negra de Lutzow e Legião de Todkopf (25); Tugendbund e Tugendverein (26); Brüderschaft, Landsmannchaft e Burschenchaft (27).

Como se vê, a Burschenchaft nasceu do Iluminismo dissolvido pela polícia bávara (28). Com os mesmos característicos se criou a Burschenchaft ou Bucha, no Brasil. Assim como na índia fomos buscar as raízes secretas do que ocorreu no amanhecer da vida brasileira, quando do monopólio judaico do pau-brasil, na Baviera, de onde tinha vindo D. Amélia de Leuchtenberg, nossa segunda Imperatriz, temos de procurar as razões fundamentais do que vai ocorrer, depois de certa época, em toda a nossa história. Parece mentira mas é, infelizmente, verdade. Ainda em 1810, a polícia bávara acreditava que os Iluminados existiam e formavam ocultamente um partido muito poderoso (29). Esse partido provinha da mocidade recrutada entre os 15 e os 20 anos nas universidades alemãs e modelada ao sabor dos iniciados que lhe matavam a alma e a tornavam escrava de seus desígnios.

Daí o grosseiro materialismo que campeava no seio da estudantada germânica. Daí suas orgias, bacanais e satanismos consubstanciados naquela tão conhecida lenda do Estudante de Praga, que vendeu a alma, satanismo que transparece sobremodo no "Fausto" de Goethe. O filósofo Fichte confessa ter sido obrigado a mudar-se da cidade de Weimar por causa dos **charivaris** noturnos dos estudantes

sem educação e sem moral (30). Quando abordarmos o capítulo do satanismo na Escola de Direito de São Paulo, teremos ocasião de pintar cenas piores do que aquelas que obrigaram o pensador a mudar-se da velha cidade da Saxônia e veremos que foi o mesmo Iluminismo secreto que no Brasil e na Alemanha produziu idênticos resultados.

Em todas as suas feições e modalidades, a Bucha Paulista se prende ao Iluminismo da Baviera. Quando ela se espraia com o tempo, da Academia de Direito de São Paulo, onde teve o berço, para outras escolas superiores do Brasil, sempre se arreia com nomes alemães. Nas Escolas Politécnicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, é a **Landsmannchaft;** na Escola de Direito do Recife, é a **Tugend-bund.** Os Iluminados da Baviera eram visceralmente orgulhosos, reconhecem todos os eminentes historiadores que os estudaram. O orgulho e a arrogância subiam de ponto no seio da Burschenchaft alemã (31). **Insolentia judoeorum!...** O visconde de Araxá, Domicia-no Leite Ribeiro, nas suas "Reminiscências e Fantasias", faz idêntica observação quanto aos estudantes bucheiros de São Paulo (32). Esse orgulho está na base da pretensão e soberba de certos paulistas, levando-os até o separatismo. Infelizmente, muitos confundem o gran-de povo paulista, heróico, trabalhador, bravo e nobre com essas expressões humanas duma cultura judaica, vinda da Baviera, que nada tem de brasileira.

O próprio visconde de Araxá é um produto da Bucha. Sob o pretensioso pseudônimo de **Negus o Sábio,** criticava o trono que lhe outorgara o título que usava, ridiculizava condecorações e baronatos, escrevendo coisas deste jaez: "O povo já não acredita na origem divina, fala muito em direitos e o que é pior, usa deles e manda o seu rei tomar o fresco (33)." O fraseado revela as doutrinas maçônicas. Se o autor estivesse mais em dia com os doutores da Igreja, Santo Agostinho, Santo Isidoro de Sevilha e Santo Tomás de Aquino, não diria essa asneira em matéria de direito divino. Na boa doutrina, a origem do poder é divina, porque o poder é uma necessidade natural e Deus foi o criador de todas as necessidades naturais. O soberano que exerce o poder é um simples mandatário, que, em si, nada tem de divino.

Todavia, devemos ao visconde de Araxá esta página sobre o **orgulho bucheiro:** "O estudante é um ente superior, olhando por cima dos ombros o resto da humanidade, encarando de frente e sem pestanejar as mais ardentes questões, quer políticas, quer sociais. Em política, já se sabe, é republicano intransigível. Em matéria de cultos,

admite, por muito favor, a religião natural, favor este que nem todos estão dispostos a conceder, porquanto para alguns a própria religião natural não passa de superstição. Enforcar o último rei nas tripas do último frade ou padre, é um axioma que, se não foi inventado por estudante, pelo menos recebeu carta de naturalização em todas as academias do mundo (34)."

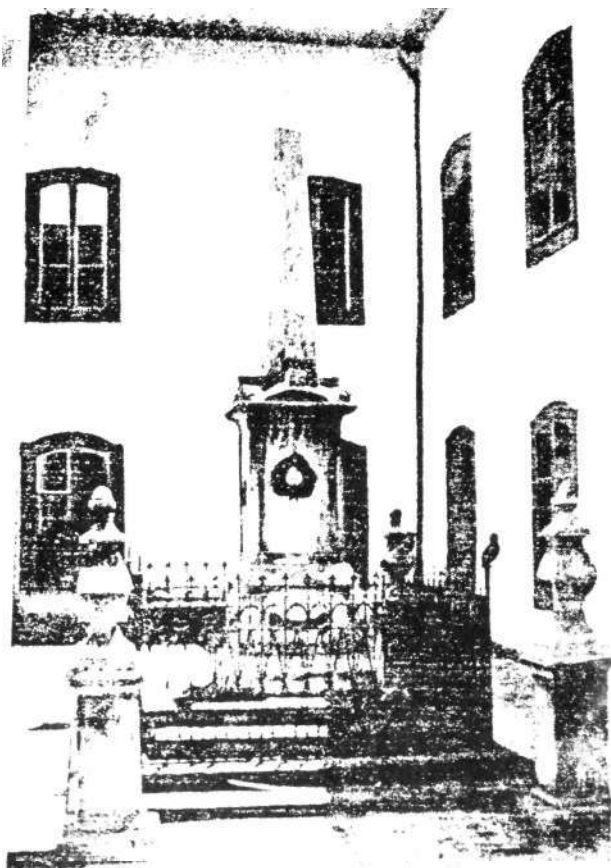
De estudantes dessa espécie naturalmente haveriam de sair os bacharéis vazios, pretensiosos, materialistas, frios e céticos que envenenaram a política brasileira e que, com a queda de D. Pedro II, que lhes barrava a estrada do poder, exploraram o Exército para com ele assaltar o governo e, de posse do mesmo, atolar o país no charco da politicagem liberal, entregando-o de vez a todos os abutres do judaísmo internacional. Estudamos no 1[2] volume desta "História Secreta" (35) como esse bacharelismo judaizado tomou a pouco e pouco conta do Brasil. Vimos os seus processos desde que sua semente foi lançada na Academia paulista. Entretanto, é ele que combate qualquer doutrina sócio-política que consulte as realidades da nação e não o seu interesse, com sua parlapatice oca, rotulando-a de **exotismo.** Esquece suas raízes mergulhadas na Baviera...

Não esquece, todavia, a sua força. Confessa-a, às vezes, embuçadamente, mas com orgulho. Falando da plutocracia paulista e suas relações com a política, o sr. Armando Sales Moretzohn de Oliveira, ex-presidente do Estado de São Paulo e candidato à presidência da República, declarou em discurso, no banquete que lhe foi oferecido a 24 de janeiro de 1937, publicado pelo "Jornal do Comércio" de 25: "Essa preponderância cabe a FORÇAS NOVAS E INVENCÍVEIS, cuja existência nem todos conhecem (sic!!!)." Salvador Madariaga explica em seu livro "Anarchie et hierarchie" como essas forças agem sobre os poderes públicos. Estudaremos a ação das de São Paulo, quando chegarmos ao período republicano e tivermos de contar ao povo brasileiro as infames maroteiras do café.

O Iluminismo bucheiro, vindo da Baviera, estendeu-se de São Paulo para a Academia de Olinda e para outros estabelecimentos superiores de ensino. A Burschenchaft paulista foi inteiramente modelada segundo os estatutos de sua congênere alemã do mesmo nome, formando suas idéias primordiais "UM NOVO EVANGELHO DO ILUMINISMO" (36). Esse novo Evangelho se afirma anti-monárquico desde os primeiros dias de vida da Faculdade paulista, não só nos estudantes, como o notou o visconde de Araxá, como nos professores que os guiavam e cujo espírito neles se refletia. A 12 de outubro de 1830, quando se devia comemorar o aniversário do Imperador com

uma sessão solene e discurso, sob os mais diversos e fúteis pretextos, os lentes se excusaram. Alguns mesmo com certo desabrimento (37). Afirma-se anti-católico, anti-clerical, em obediência à unidade de pensamento da revolução mundial perseguida pelo judaísmo maçônico (38). O conselheiro Clemente Falcão de Souza, alcunhado Falcão o Velho, por exemplo, nomeado lente em 1830, era um pernambucano enciclopedista e anti-clerical, que cursara a Universidade de Paris, fazia terrível campanha contra os padres, declarando-os instigadores de todos os crimes e, nas suas aulas, entre outras blasfêmias, só chamava a Nosso Senhor Jesus Cristo — "o Deus surrado"! (39)

De 1830 a 1837, a Bucha e a maçonaria, de mãos dadas, agitaram a questão do celibato dos padres, tomando a frente do movimento os sacerdotes maçons Antonio Maia de Moura, Diogo Antônio Feijó e Amaral Gurgel. Os dois primeiros estavam despeitados com a Santa Sé, porque S. S. o Papa recusara — e tinha sobejas razões para isso — a nomeação de Feijó para bispo de Mariana e a de Moura para bispo do Rio de Janeiro. O último chegava ao ponto de querer a formação dum episcopado brasileiro independente de Roma. Em 1834, o núncio apostólico Scipione Fabbrini reclamava contra a declaração da Assembléia Provincial de São Paulo, incentivada pela Bucha, sobre os mesmos direitos que competiam ao Estado, em face da Santa Sé, de nomear bispos e permitir o casamento dos padres. O ministro Aureliano Coutinho respondeu ao núncio que o celibato eclesiástico era uma questão de disciplina que os governos podiam alterar. Essa resposta foi inspirada por Feijó e concluía por dizer que o governo se entenderia a respeito com a Câmara. Daí tensíssimas relações entre a Regência e o Vaticano (40).

Os próprios brasileiros que estudavam fora do país vinham, em geral, iniciados em outros iluminismos e mistérios que proliferavam nas universidades européias. Aqui se identificavam com os maçons e bucheiros na mesma ideologia revolucionária que conduziria a nação à borda do abismo, sem que eles talvez, na inconsciência com que abraçavam as utopias e sortilégios judaicos, disso se dessem conta. Francisco Gé Acaiaba de Montezuma pertenceu em Coimbra, com outros brasileiros, à famosa **Jardineira** (41). Ao tempo da Regência, havia ainda em Coimbra "uma sociedade secreta, intitulada **Gruta,** composta **exclusivamente** de brasileiros, que tinha por fim, ao regressarem ao Brasil, promover a proclamação da república, contando entre seus membros Cândido Batista de Oliveira, José Araújo Ribeiro, Antônio Rodrigues Fernandes Braga e outras personalidades, que, depois do ato de 7 de abril, tanto influíram sobre os destinos nacionais.

O túmulo de Júlio Frank no pátio da antiga Faculdade de Direito de São Paulo. Vê-se bem uma das corujas simbólicas a um canto do gradil.

Capítulo II

O HOMEM QUE TEVE DOIS TÚMULOS

Quem trouxe a mensagem dos Iluminados da Baviera para o nosso país? Quem criou a Burschenchaft de São Paulo, que inficionou até hoje, secretamente, a vida da nação, perturbando a realização de seu verdadeiro destino?

Um homem misterioso, que não era nada e foi tudo para os adeptos de seu credo oculto: Júlio Frank, cujo monumento funerário se encontra num dos pátios da velha Faculdade de Direito de São Paulo, honra que nenhum de seus grandes mestres até hoje conseguiu.

Quando morreu, em 1841, o maçon e bucheiro, professor daquela escola, Dr. José Tomás Pinto de Cerqueira, fazendo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o elogio dos membros falecidos, pronunciou estas palavras: "Mancebo morto na flor dos anos, mas cuja breve passagem neste mundo deixou para sempre recordações saudosas: quero falar do sr. Júlio Frank. Quem era ele? Eu e os que no Brasil o conhecemos o ignoramos (!!!). Era esse o seu verdadeiro nome? Cuidamos que não. Que terra o viu nascer? Parece que a Alemanha, mas não se sabe que parte dessa vasta região. A que família pertencia? Ignora-se. Que motivos o trouxeram ao Brasil? Ainda a mesma obscuridade. Sabemos apenas que chegou ao Rio de Janeiro sem o mais pequeno recurso; e que o primeiro carinho, que recebeu nesta terra hospitaleira, foi uma ordem de prisão, e sua primeira morada a fortaleza da Lage; e isto por uma queixa que dele deu o comandante do navio que o havia conduzido. Também Epicteto encontrou um senhor que lhe quebrou as pernas. Tendo obtido sua soltura, foi servir numa estalagem. Quem diria, senhores, ao ver esse mancebo reduzido a tal penúria que nele se escondia um homem do mais raro merecimento! que conhecia a fundo as línguas vivas da Europa, e mesmo a latina e grega; que era hábil geômetra, que não era hóspede nos princípios do direito público e nos do romano, e que

tinha perfeito conhecimento da história antiga e moderna? Pois tudo isso era, e o homem que tudo isso sabia era caixeiro em uma estalagem! Tal homem não podia conservar-se muito tempo em tal posição: quando outra coisa não fosse, a elevação natural de seu gênio e a consciência de seu valimento não o podiam ter por muito tempo em tão baixo estado. O sr. Júlio Frank retirou-se para a província de São Paulo, vila de Sorocaba, onde abriu aula de francês, inglês, italiano e latim. Pequeno teatro era aquele para seus conhecimentos. Logo depois foi chamado para a cadeira de história na cidade de São Paulo, e deu começo a seus trabalhos, organizando um compêndio sobre outro alemão, o qual prova bastantemente o que sobre seu merecimento tenho dito. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se apressou em o admitir (?) em o número de seus sócios correspondentes, esperando que quem tantas luzes possuiu o coadjuvasse valiosamente em seus importantes trabalhos. Mas a morte nô-lo arrebatou, quando ainda não contava 34 anos de idade (1)."

As luzes não eram tantas quantas apregoa o panegirista. Lemos cuidadosamente o seu volume, decalcado ou traduzido de outro alemão, que não é indicado (2). Obra medíocre, deu, contudo, entrada ao autor no glorioso Instituto, fundado em 1839. Uma série de lugares comuns, tendo, de quando a quando, apesar da disposição legal que obrigava os livros didáticos a não ofender os princípios básicos da sociedade, certos pedacinhos que uma censura avisada poderia suprimir com carradas de razão. À pg. 149, refere-se à Humanidade Divinizada na capital do cristianismo e nem de leve alude às perseguições e martírios dos cristãos. À pg. 162, denigra o Imperador Constantino e diz que o cristianismo foi somente um meio político de domínio. A pg. 163, elogia Juliano o Apóstata, embora, **pro formula,** condene o **erro político** de haver abandonado a religião. Às pgs. 170 e 186, detrata os padres e o catolicismo. À pg. 187, mal se refere ao Corpus Juris, como quem pensa com o judeu Caim Buckeburg, vulgo Henri Heine, que é a Bíblia de Satanás. À pg. 188, diz que o maometismo foi benéfico para os cristãos que resvalavam para a idolatria. À pg. 191, afirma que o cristianismo foi um meio de política aplicado por Carlos Magno. Afinal, esses levedos judaicos vêm em mau estilo e péssima língua.

Maior do que as gabadas luzes do enigmático personagem era o mistério que o envolvia e que mereceu tantas interrogações na oração fúnebre pronunciada pelo adepto Cerqueira. Quem era? De onde vinha? Qual o seu nome e a sua família?

Vamos aclarar esse mistério com abundante documentação.

No seu "Dicionário Bibliográfico Brasileiro" (3), Sacramento Blake depõe: "Júlio Frank. Natural da Alemanha e nascido no ano de 1811, faleceu em São Paulo a 19 de junho de 1841, com 30 anos incompletos (4), depois de naturalizar-se brasileiro, guardando até o túmulo certo mistério quanto à sua família, sua posição social e até quanto à sua verdadeira pátria, e verdadeiro nome que se supõem não serem os designados. O que é certo é que chegou ao Rio de Janeiro sem que alguém o conhecesse, paupérrimo, sendo logo preso na fortaleza da Lage, por queixa, ou coisa semelhante, do comandante do navio que o trouxe, e, sendo solto, foi caixeiro duma estalagem. Entretanto, conhecia perfeitamente as línguas vivas da Europa, inclusive a latina e a grega, era hábil geômetra e metafísico (?), tinha profundos conhecimentos de história antiga e moderna, e alguns do direito público e do direito romano. Deixando a estalagem, foi para São Paulo e na vila de Sorocaba abriu uma aula de francês, de inglês, italiano e latim. Já vantajosamente conhecido, foi convidado para exercer na capital o lugar do professor da cadeira de história anexa à Faculdade de Direito, para a qual escreveu o compêndio que passo a mencionar..."

Sacramento Blake ou copiou o que disse Cerqueira, **mutatis mutandis,** ou se abeberou na mesma fonte que o orador do Instituto. Afirmou mais uma vez o mistério que deve ser definitivamente desvendado.

Em março ou abriu de 1821, o capitão dum navio chegado da Europa à Guanabara entregou às autoridades policiais um rapaz que embarcara furtivamente num porto alemão, passageiro clandestino, como se diz hoje, o qual deu o nome de Júlio Frank, nada explicou sobre a sua pessoa e foi recolhido à fortaleza da Lage, enquanto talvez se procediam a indagações. Consultamos na Biblioteca Nacional a coleção da "Gazeta do Rio de Janeiro" do ano de 1821 e verificamos que nenhum navio alemão chegou ao Rio em abril. Em março, porém, entraram dois: no dia 13, a galera "Charlota" do capitão João Walff, carregada de vidros e fazendas, vinda de Hamburgo com cento e quinze dias de viagem; no dia 17, o brigue "Indianer" do mestre **judeu** Berend Meyer, vindo de Bremen com noventa dias...

Como a polícia nada apurasse sobre essa figura cheia de mistério", como a qualifica Spencer Vampré, puseram-na em liberdade. Naturalmente, para ganhar a vida se sujeitou ao primeiro emprego que lhe apareceu, o de caixeiro duma estalagem. Em 1823, passou-se para Ipanema e daí para Sorocaba, onde se fez professor de línguas. Naquele tempo, não precisava ser muito profundo em tais matérias

para lecioná-las no interior destes Brasis. À provavel proteção do senador Nicolau de Campos Vergueiro, manda-chuva em Sorocaba e grande maçon, que o recomendou ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, deveu ter sido nomeado professor de filosofia e história universal do Curso Anexo da recente Faculdade de Direito, com a qual de tal maneira **se identificou** que o "seu túmulo demora no claustro mais íntimo da Faculdade, como a sua memória dorme, num nimbo de glória (5), no recesso mais íntimo do coração dos moços", sendo o seu nome "o mais altamente querido e respeitado às gerações que passam (6)".

O moço misterioso vinha da Alemanha e a Alemanha se enchia naquele começo do século de sociedades secretas que proliferavam sobretudo nos meios universitários. O que elas faziam está pintado neste trecho do grande escritor que as combateu, Augusto de Kotzebue: "A liberdade acadêmica consiste sobretudo em permitir aos moços viver na orgia, se endividando, não freqüentando as aulas senão segundo seus caprichos, vestindo-se como malucos e surrando os burgueses. Os pais de família sensatos deviam tremer no momento de enviar seus filhos à universidade, quando ouvem o relato de tais façanhas nas cervejarias e nas sociedades de ginástica. Antes do que deixá-los pensar que a pátria os espera para se regenerar, melhor fôra ensinar-lhes os rudimentos do que ignoram e a polidez de que não têm a menor idéia (7)".

Essas sociedades — vira-se no processo contra os Iluminados — já se tinham estendido à Itália, especialmente Veneza, à Áustria, à Holanda, à Saxônia, ao Reno, sobretudo ao ninho judaico de Frankfurt, e até mesmo à América (8).

Augusto Frederico Fernando de Kotzebue, nascido em Weimar em 1761, era um dos grandes homens de espírito que puseram, na Europa aquecida pelas brasas revolucionárias espalhadas por Napoleão, sua vida e sua pena a serviço da causa da Ordem contra a Anarquia, fomentada da sombra, em todos os setores, pelo judaísmo acobertado nas sociedades secretas. Autor de mais de 300 peças teatrais, na maioria representadas com grande êxito, e de muitos romances, fizera na Rússia parte de sua carreira de advogado. Fôra secretário do governador de São Petersburgo, presidente de tribunal na Estônia, diretor do Teatro Alemão da capital e Conselheiro Áulico. O barão de Bahor recomendara-o em testamento à Imperatriz Catarina II. O Czar Alexandre I tornara-se seu amigo.

Em 1813, começou na Alemanha, por conta do Czar, que era a grande muralha em que esbarravam judeus e maçons, a campanha

de imprensa, que o celebrizaria, contra "as idéias democráticas que os soldados republicanos do Grande Exército tinham trazido nas suas patronas". Cônsul Geral da Rússia em Koenigsberg, trazia o soberano russo ao par do estado dos espíritos. Pedreiros-livres e israelitas vingavam-se, caluniando-o, infamando-o, isolando-o, sepultando-o no silêncio, enquanto faziam retumbar a fama de Goethe e Schiller, sobretudo do primeiro, que se filiara às sociedades secretas e estudava as ciências ocultas, os quais tinham sido companheiros de infância de Kotzebue (9).

"Em 1818, fundara a 'Semana Literária', na qual redigia as notícias políticas que o Imperador Alexandre devia ler. Nessa época, a agitação política na Alemanha era muito forte. Após o desabamento do Santo Império, os pequenos principados que o compunham se haviam reunido sob o nome de Confederação Germânica, regidos por uma Dieta que se reunia em Frankfurt. Mas eram ainda governados por seus antigos príncipes, que compunham a Dieta. Os povos censuravam violentamente esses pequenos soberanos por terem faltado às promessas de liberdade que lhes haviam feito para levá-los à guerra contra Napoleão, sob o pretexto de libertar a pátria alemã, porém na realidade com o fim de preservar a Renânia da propaganda revolucionária que vinha de França.

Censuravam-nos especialmente por não terem concedido a seus súditos a liberdade de imprensa e o direito de votar impostos, como lhes fôra solenemente prometido.

À frente do movimento reformista, os estudantes das universidades do Norte da Alemanha (10) reclamavam os privilégios que lhes haviam sido prometidos quando se alistaram no exército de defesa nacional. Para unir seus esforços, se tinham agrupado em diversas associações que substituíam as antigas corporações escolares (11). Desde a queda de Napoleão, a poderosa Tugendbund se aletargara sem nunca mais poder curar-se de todo do golpe que recebera em 1809, quando o Corso, dono da Alemanha, ordenara sua dissolução. Mas se refundira em três sociedades que se chamaram Teutônia, Burschenchaft e Landsmannchaft (12). A Burschenchaft era sobretudo composta pelos antigos combatentes das guerras contra Napoleão, que haviam retomado seus estudos, em 1815, na universidade. Compreendia mais ou menos 10 mil membros espalhados particularmente nas cidades renanas. A Landsmannchaft era antes composta de moços do campo, mais pacíficos e de idéias menos avançadas. Por isso, algumas vezes as duas tinham entrado em conflito (13)".

Nos seus artigos da "Semana Literária", Kotzebue atacou tanto as doutrinas novas como os escritores que as defendiam. Atacou ainda, com maior veemência, as universidades, o desregramento dos estudantes e suas sociedades secretas. Maurício Soulié e H. Mueller chamam a isso, textualmente, "obra de ódio". Contudo, linhas depois, declaram que o que escreveu contra o sistema das universidades era "mais do que justo" (14).

Judeus, maçons, liberais, estudantes votaram a Kotzebue um ódio de morte. "Arranjara tantos inimigos que sua estada na Alemanha se tornara difícil" (15). O valor dum homem de luta se mede justamente pelo número de seus inimigos. O de Kotzebue era imenso. O próprio Goethe escrevia, anunciando-lhe a morte: "É um fenômeno estranho manifestar-se um ódio tal contra Kotzebue, o qual na verdade se descobre em face de seus inimigos: escritores, burgueses e estudantes. **Todos se ligam contra o inimigo comum** (16). Recordam todos os seus esforços para prejudicar à Universidade de Iena. Infelizmente, essas coisas são verdadeiras e elas nos inimizaram. Sua residência em Weimar pode trazer-lhe conseqüências deploráveis. A gente é obrigada a pensar que isso acabará mal. Como? Desgraçadamente, já o pressentimos" (17).

A coisa acabou mal, como Goethe **adivinhara.** Kotzebue compreendeu também o perigo a que se expunha. Mudou-se de Weimar para Mannheim, no Grão Ducado de Baden, onde foi assassinado, no dia 10 de maio de 1819, pelo jovem estudante Carlos Luiz Sand, natural de Wunsiedel, na Francônia, em alemão Frank-Wald (18), sorteado em sessão da Burschenchaft para esse efeito e que confessou ter executado o crime conforme as determinações da seita (19).

Abstraindo-se de toda e qualquer romanceação em torno do crime, o que os documentos do processo comprovam é a premeditação a mais completa, aliada à mais vil covardia. O rapaz partiu de Iena, em diligência, no dia 9 de maio dormiu em Frankfurt e no dia 10 chegou a Mannheim, apresentando-se logo em casa de Kotzebue, que não recebia pessoa alguma antes de meio-dia. Voltou ao albergue, onde se hospedara, conversou com várias pessoas, falou animadamente contra Kotzebue e tornou à casa do escritor. Apresentou uma carta de recomendação que falsificara, dizem uns que dum amigo da vítima e outros que da própria mãe dela.

"Kotzebue pediu ao rapaz que o esperasse numa saleta do andar térreo. Um momento depois, deixando a esposa e uma senhora que viera visitá-la, desceu a escada. Mais uns instantes e ouve-se um grito, seguido dum rumor de luta. Todos correm e dão com Kotzebue

caído sob o assassino que o crivava de golpes. Um dos meninos que chegava exclamou:

— Vejam, papai brincando de guerra!

Aí Sand correu para a porta, ganhou a rua e ajoelhou-se, bradando:

— Viva a pátria alemã! O traidor jaz morto! Pereçam assim todos quantos o imitem! Graças, meu Deus, por me terdes permitido realizar tão bela ação!

Em seguida abrindo as vestes, enterrou o punhal no peito. Levaram-no ensangüentado e desmaiado para a cadeia. A busca efetuada em sua residência, em Iena, descobriu uma espécie de memorandum em que contava como pretendia matar Kotzebue. Durante vários dias, exercitara-se, enterrando um punhal num boneco de palha, que tinha o lugar do coração marcado por um pedaço de lã vermelha. Achou-se uma carta dirigida à sua mãe, na qual dizia:

"Esse homem precisa morrer e a mim cabe matá-lo!"

Em outra, pedia demissão de membro da Burschenchaft, a fim de não comprometer nenhum de seus companheiros.

Todavia, espalhara-se o boato de que também fôra encontrada uma lista rubra, na qual o nome de Kotzebue era somente o primeiro dos que deviam ser assassinados. Várias pessoas do partido conservador fugiram, apavoradas, da Alemanha (20)".

Sand escapou com vida ao ferimento que se fizera e foi julgado em Mannheim, a 10 de novembro de 1819, numa atmosfera de terror criada pelas sociedades secretas. O tribunal teve de funcionar a portas fechadas, com receio das manifestações da multidão ululante que se adensava nos arredores e que os poderes ocultos incitavam. O assassino confessou o crime, gabou-se de tê-lo cometido e negou ter qualquer cúmplice. Foi condenado à morte mas adiou-se **sine die** a execução da sentença, "porque se esperava que morresse antes dos ferimentos", desculpa um tanto forçada.

"Mas o Imperador da Rússia enviou ao Grão Duque de Baden um ultimato, protestando contra a demora do castigo. Marcou-se a data de 20 de maio de 1820 (21). O sentimento alemão era tão fortemente simpático ao jovem mártir (?) que o carrasco de Mannheim se recusou a efetuar a execução. Foi preciso recorrer ao de Heidelberg, que somente assentiu em se prestar ao trabalho depois que Sand lhe prometeu, em nome de seus camaradas estudantes, que nenhum mal lhe seria feito em represália (22).

A execução fôra anunciada para as nove horas da manhã. A fim de enganar a multidão, foi feita (?) às seis horas justas num prado às

portas de Mannheim, diante das personagens oficiais e de alguns operários madrugadores que iam trabalhar. Sand, conduzido num carro fechado, acompanhado por um pastor, morreu com a mais nobre simplicidade (?). Uma hora depois, a notícia de sua execução se espalhara pela cidade e o prado estava coberto por muita gente que colhia as ervas tingidas pelo sangue do mártir (23). Aquele campo ficou longo tempo conhecido como o **Sandhimmelweg** (24), isto é, o caminho de Sand para o céu.

Dizem que sua mãe recebeu 40 mil cartas dos admiradores de seu filho. Durante um ano inteiro, seus camaradas de universidade conservaram o luto, vestindo-se do mesmo modo que ele se vestia no dia em que matou Kotzebue. Foi enterrado no cemitério de Mannheim, ao lado de sua vítima. Sobre seu túmulo estão gravadas as palavras: HONRA E PÁTRIA (25)".

Ora, vê-se claramente do que aí fica narrado por um autor parcial, que forma ao lado do criminoso, que o governo de Baden somente se decidiu a agir forçado pela pressão do Czar. Receando a vingança das sociedades secretas, recorreu ao subterfúgio dessa execução fingida e com hora trocada, a qual não pode enganar a ninguém. Enterrou-se qualquer cadáver ou qualquer boneco sob a lousa da HONRA e da PÁTRIA, e deu-se escápula ao **mártir** protegido pela Burschenchaft, que prestara ao judaísmo maçônico o maravilhoso serviço de desembaraçá-lo dum inimigo do calibre de Kotzebue...

Isto foi em maio de 1820. Naquele tempo, as viagens por terra eram lentas e as por mar, às vezes, ainda mais lentas, dependendo dos ventos. Não era raro levar-se um semestre da Europa até aqui. Em março ou abril de 1821, desembarcou no Rio, vindo clandestinamente num barco mercante, o jovem Júlio Frank, sem nome, sem família, sem pátria, "figura cheia de mistério", como diz **inocentemente** Spencer Vampré. Carlos Luiz Sand era natural de Wunsiedel, no Frank-Wald. A gente quando muda de nome, em geral procura instintivamente outro nome que tenha qualquer relação consigo. Demais, Jacob Frank chamava-se outro personagem misterioso, quase contemporâneo de Sand, o chefe dos judeus **frankistas** ou **zoharistas,** nascido na Polônia em 1720, cabalista terrível, autor do "Zohar", que fingiu converter-se ao cristianismo para miná-lo, que recebia de seus adeptos somas enormes com as quais levava vida luxuosíssima na Europa central e que morreu dum ataque de apoplexia em Hesse, no ano de 1791. Para seus seguidores, o "Zohar" é a única explicação cabalista da Lei de Iavé (26). E, ainda, segundo o costume judaico de trocar os nomes, conservando as iniciais, J. F. correspondem a Júlio Frank e a Jacob Frank.

Retrato a óleo de Júlio Frank, inaugurado após sua morte pelos seus discípulos na sala em que lecionava na Faculdade de Direito de São Paulo.

Aspecto de um recinto
de sessões da
Burschenschaft

Símbolos
usados pela
Burschenschaft.

É fato averiguado e assentado, desde o memento de Cerqueira no Instituto Histórico, que esse não era o verdadeiro nome do misterioso indivíduo. Ainda em 1867, o viajante Tschudi se fazia eco dessa opinião geral e definitiva, denominando os nomes de Júlio Frank de **pseudônimos** (27). O turista teutônico viu o túmulo da "figura cheia de mistério" no pequeno pátio quadrado e claustral da velha Faculdade, e declara que não foi sepultado em sagrado por ser protestante, tendo os estudantes lhe erigido aquele monumento em forma de obelisco e inaugurado seu retrato na sala de aulas. Segundo o que lhe haviam informado, trouxera para a Escola de Direito o **saber alemão.** Não; o que, em verdade, trouxera fôra uma organização secreta judaica, cujos fins e cujos resultados veremos a pouco e pouco.

Segundo Soulié e Mueller (28), Carlos Luiz Sand nasceu em 1795. Foi uma criança doente e nervosa. Adolescente, era "dócil, solitário, estudioso e ordinariamente mergulhado numa espécie de apatia, da qual saía para a prática de atos violentos e generosos (29)". Magnífica presa para o satânico misticismo das sociedades secretas. Tipo exato do místico capaz de ir até o crime. A figura de Gorguloff, assassino do Presidente Paul Doumer, apresenta com ele esses mesmos pontos de contato (30). São como que os sonâmbulos sobre que atua o hipnotismo das forças ocultas. Voluntário contra Napoleão, Sand combateu em Waterloo e esteve em França até 1816 com o exército de ocupação. Voltou para a Universidade de Erlangen, da qual era estudante, filiando-se com exaltação a Burschenchaft. "Começou, então, a fazer um diário de seus pensamentos, o qual denota um misticismo incoerente de primário e a convicção inquietante de que Deus o designara para salvador da pátria alemã (31)".

Contou-nos um antigo bucheiro que se liam nas reuniões da Bucha uns cadernos em que Júlio Frank contava suas campanhas contra Napoleão. O depoimento é importante.

Se está certa a data de Soulié e Mueller, 1795, quando cometeu o crime, em 1819, tinha 24 anos. Já não era uma criança. Com o nome de Júlio Frank, chegou ao Brasil em 1821. Contava 26 anos. Quando morreu, em 1841, estava, pois, com 46 anos. Os que sobre ele escreveram fazem-no mais moço, porém que disparidade nas idades que lhe dão? Cerqueira dá-lhe, na oração fúnebre do Instituto Histórico, 34 anos incompletos. Sacramento Blake atribue-lhe no seu "Dicionário" 30 anos incompletos. Tschudi registra 32.

Se Júlio Frank tivesse somente 30, 32 ou 34 anos, quando faleceu, em 1841, teria desembarcado no Rio de Janeiro, em 1821, com 10, 12 ou 14 anos, o que é inadmissível e demonstra que essas

idades são dadas para **despistar** quanto à verdadeira identidade da "figura cheia de mistério". Considerando-o como Carlos Luiz Sand, nascido em 1795, vemo-lo desembarcar com 26 anos, idade em que já podia ter adquirido a soma de conhecimentos com que o ornam. Dos 10 aos 14 era impossível possuí-los, salvo se fosse, ao Invés duma "figura cheia de mistério", uma criança prodígio.

Por que motivo Júlio Frank deixou rapidamente o Rio de Janeiro e foi parar em Ipanema e, depois, em Sorocaba?

Augusto de Kotzebue, que assassinara quando se chamava Carlos Luiz Sand, deixara vários filhos que foram homens ilustres: Oto, nascido em Reval, em 1787, o mais velho, oficial da Marinha Russa, grande navegador; Maurício general russo, nascido em 1789 e morto em 1861; Paulo, nascido em Berlim, em 1801, general russo, falecido em 1884, após ter feito com brilho as campanhas da Polônia, do Cáucaso e da Criméia, e governado a Polônia e a Bessarabia; Alexandre, pintor de batalhas, e Guilherme, diplomata e dramaturgo.

Justamente em 1823, Oto de Kotzebue surge de súbito no Rio de Janeiro. Comandava a fragata russa "Enterprise", destinada a descobrimentos e explorações nos mares austrais. No dia 13 de novembro do ano citado, ancorou à vista da barra devido à calmaria. Entrou na Guanabara no dia 14. Oto de Kotzebue demorou 25 dias no Rio, residindo em Botafogo, na casa dum amigo e deixando, na obra que escreveu sobre a viagem, boas descrições da nossa capital, naquele tempo. Foi para bordo na tarde de 9 de dezembro e fez-se de vela no dia 10, saindo à barra já ao anoitecer (32).

A coincidência é sobremaneira curiosa. Chega o navegador russo inesperadamente e quem sabe se com algum fito de que guardou reserva, demora e começa a visitar a cidade, então pequena e atrasada; logo, o jovem passageiro clandestino e suspeito põe o pé no mundo, afundando no interior, onde chega, como veremos adiante, em petição de miséria. Que tinha o moço Júlio Frank a ver com Oto de Kotzebue, para fugir dele como o diabo da Cruz? Evidentemente não devia ter nada. Mas é muito explicável que Carlos Luiz Sand não desejasse de forma alguma encontrar-se com o filho do homem que covardemente apunhalara.

Durante longos anos, não se falou em Bucha no nosso país. Raríssimas pessoas desconfiavam da existência duma organização secreta e poderosíssima em São Paulo ou sabiam alguma coisa a esse respeito. O túmulo de Júlio Frank nem despertava a atenção. A revolução de 1930 acordou as curiosidades. Apareceram boletins e artigos tocando no mistério e, em 1935, um jornalista carioca escreveu

o seguinte: "No saguão do antigo edifício da Faculdade de Direito de São Paulo, existe um único túmulo, que é o do judeu **(sic!)** alemão, professor contratado de história, organizador da Burschenchaft no Brasil. Durante a revolução de 1930, esse túmulo foi misteriosamente violado, ao que dizem, para retirarem de lá os primitivos estatutos e atas de organização, a fim de que tais documentos ultra-secretos escapassem ao conhecimento do público (33)".

Não parece verdade que o túmulo tenha sido violado, mas é verdade que sobre ele paira o mistério. Dizem que há documentos preciosos guardados na sua base. De fato, é conservado com extremo carinho. Ainda quando da recente derrubada do velho convento onde funcionava a Faculdade desde sua fundação, foi todo protegido por uma armação de madeira e mantido no mesmo local. Ele copia nas suas linhas gerais outro monumento misterioso de São Paulo, a Pirâmide do Piques, que data de 1814, anterior à Bucha e situado em frente ao local onde outrora funcionou a loja maçônica mais influente nos destinos paulistas. Muitas vezes, nos momentos de perturbação da ordem pública, aquela pirâmide tem sido guardada até por metralhadoras, como se sob suas pedras centenárias dormisse um segredo perigoso...

O mistério que envolveu a vida de Júlio Frank ou Carlos Luiz Sand acompanha-o além da morte, assegura o iluminado sr. Spencer Vampré (34). E prossegue: "Até o túmulo, guardou segredo quanto à sua família, posição social, e até quanto à pátria, presumindo-se que também trocara de nome (sic!). Porventura desgostos íntimos ou ainda lutas políticas (?) o determinaram a deixar o torrão natal. O certo é que chegou ao Rio de Janeiro paupérrimo, sem que ninguém o conhecesse, sendo logo preso na fortaleza da Lage, por queixa, ou coisa semelhante, do comandante do navio, que o trouxe, quiçá por haver embarcado furtivamente. Solto, veio para Sorocaba empregando-se como caixeiro numa venda. Segundo outra versão, abriu ali uma aula de francês, inglês, italiano e latim. De Sorocaba veio para São Paulo, recomendado ao brigadeiro Rafael Tobias, e entrou para o Curso Anexo. De extrema bondade, cheio de idealismo, conquistou para sempre **(sic!)** a mais terna afeição da mocidade, e por isso o seu nome se venera ainda na Academia, como o maior e o mais devotado amigo dos estudantes. Não chegou a cumprir inteiramente o contrato de dez anos, pois faleceu aos 19 de junho de 1841, sendo substituído, na cadeira de história universal, por seu discípulo, e amigo, Antônio Joaquim Ribas.

O túmulo de Júlio Frank é um modesto catafalco sobre plataforma quadrilátera, à qual dão acesso alguns degraus, encimado por um obelisco de cerca de quatro metros. Todo o monumento, de cantaria, está amparado por gradil de ferro, preso, nos ângulos, a quatro pilastras adornadas por mochos simbólicos (35). Fica situado exatamente em frente à sala, hoje modificada, em que lecionava. Numa das faces do pedestal, há o seguinte epitáfio:

HIC JACET JULIUS FRANK
IN HAC PAULOPOL. ACADEM. PUBL. PROF.
NATUS GOTHAE. ANN. MDCCCIX
OBIIT XIX JUNII ANN. MDCCXLI
AETATE SUAE XXXII

O monumento foi feito a expensas de **alguns acadêmicos** (36), que também mandaram pintar-lhe o retrato a óleo, — hoje na sala de leitura da Biblioteca. Inumou-se dentro da Academia, por ser protestante, pois o enterramento nas igrejas, único então conhecido para as pessoas gradas, só se realizava nos templos (37)".

A data do nascimento atribuída ao morto é uma inverdade manifesta. Se ele tivesse nascido em 1809, teria desembarcado no Rio, em 1821, com 12 anos e estaria, em 1823, com 14, dando lições até de latim em Sorocaba, o que não entra na cabeça de ninguém. Todos os autores confessam o mistério de sua procedência e de sua família; todos afirmam que trocara o nome. Gravam-lhe, todavia, na lousa, e Vampré escreve que era de Gotha, na Saxônia. É ainda em Gotha, num romance barato, que o vai situar o sr. Afonso Schmidt nos folhetins do "Estado de São Paulo", com o fito de estabelecer a confusão sobre o personagem, cuja identidade não convém aclarada (38). Essa confusão se estabelece sobretudo nas datas variáveis do nascimento, o que é de importância capital: 1808,1809 e 1811, todas tendentes a afastar a hipótese de ter assassinado Kotzebue em 1819. **O grande segredo bucheiro!...** Além disso, a palavra Gotha tem duplo sentido, de acordo com as regras cabalísticas: Gotha, capital do ducado de Saxe Coburgo, Gotha para os desavisados profanos, Gothia, a Alemanha para os iniciados... Não se esqueça que, em Gotha, à sombra do duque de Saxe Coburgo, Ernesto Luiz, achou refúgio, foi titulado como Conselheiro Áulico e recebeu pensão Spartacus Weishaupt...

Quando Júlio Frank morreu, vivia em São Paulo o poeta Passos Ourique, que lhe dedicou uma nênia, na qual deu um escorregãozi-

nho, levantando uma pontinha do véu que ocultava o verdadeiro nome do fundador da Bucha, pensando talvez que somente os confrades o entendessem, ao chamá-lo: João Luiz de Godofredo Júlio Frank... (39) A intimidade de Frank e de Ourique é lembrada pelo sr. Afonso Schmidt em muitos trechos do seu romance (40). Também menciona que o judeu Alexandre Haas recebeu do reitor da Universidade de Goettingue, em 7 de junho de 1932, quando muito se falava da Bucha e isso não convinha, a seguinte carta:

"Prezado senhor. Em resposta às suas linhas de 5 de março de 1932, participamos que não pudemos verificar a data do nascimento de Frank (!!!). Encontramos, porém, no nosso arquivo, uma carta de Frank, da qual segue cópia. É de esperar que seja do seu interesse. Frank deixou Goettingue sem tirar o certificado de retirada, pois que não pôde pagar suas dívidas. Em coisas políticas (ao menos aqui), não se achou envolvido. Perante o reitor da Universidade teve de comparecer repetidamente, duas vezes por duelo e uma vez por desmando em um campo de tiro. Mais não se pôde averiguar aqui; também não sei se ele pertenceu a uma Liga."

Liga é um eufemismo, em lugar de sociedade secreta. Como não conhecemos o original alemão da carta, não sabemos de que expressão na verdade usou o reitor de Goettingue. A carta não pode merecer a menor consideração do ponto de vista histórico. Ou se refere a qualquer estudante do nome de Frank, aliás muito comum na Alemanha, ou é adrede arranjada para desorientar os que queiram esclarecer o mistério. Sabe-se que Júlio Frank chegou ao Rio de Janeiro em 1821 e isto torna patente o absurdo da data que se quer impor para seu nascimento, data que a própria carta não se atreve a elucidar.

O mal arranjado romance do sr. Afonso Schmidt, publicado no "Estado de São Paulo" tem por escopo naturalmente desviar a opinião pública da verdade sobre o misterioso personagem. Nada mais. Contudo, de vez em quando, nele afloram uns pedacinhos da verdade. Entre estes, a referência de que Júlio Frank ou Carlos Luiz Sand era judeu. Fala disso, por exemplo, no folhetim *7°.* Outra referência muito curiosa é a de que havia num recanto da biblioteca ducal de Gotha, onde supõe nascido e criado o seu herói, "entre manuscritos desentranhados de poentos processos de magia, o EVANGELHO DOS DOZE APÓSTOLOS (sic!), a correspondência do português Martinez de Pasqualis e de outros sujeitos de má nota (41)".

Ora, não existe nenhum Evangelho dos Doze Apóstolos, nem mesmo entre os chamados Apócrifos ou os Agrapha dos gnósticos; mas se sabe que a Burschenchaft paulista tem doze membros alta-

mente graduados, de acordo com o ritual do Iluminismo, denominados os DOZE APÓSTOLOS! O autor, naturalmente conhecedor da Bucha, fez nesse ponto uma alusão destinada a ser unicamente compreendida pelos iniciados na camorra e na magia...

Martinez de Pasqualis foi um judeu português, cabalista insigne, que participou do grande movimento das sociedades secretas no século XVIII. Seu misticismo abriu as portas ao Iluminismo de Weishaupt na Baviera (42) e ao Iluminismo de Cláudio de Saint Martin em França. É, portanto, o papa dos Iluminados. Sua doutrina forma o alicerce de todas as sociedades secretas iluministas. Nela mergulham as raízes da Burschenchaft. Martinez de Pasqualis iniciou Saint Martin em Bordéus e este o chamava de mestre (43). O Martinismo ou Iluminismo francês surge posteriormente a Weishaupt, liga-se aos dogmas de Martinez de Pasqualis (44) e é o criador da trilogia liberal: Liberdade-Igualdade-Fratemidade. Vimos Weishaupt tratar da Liberdade e da Igualdade. Mais tarde ainda, a chamada Estrita Observância se abebera na mesma fonte (45).

A novela do "Estado de São Paulo", que traz estas revelações importantes, baseia-se em investigações do sr. Frederico Sommer sobre Júlio Frank. Dizem elas o seguinte: nasceu a 8 de dezembro de 1808 (46), na cidade de Gotha, segundo o registro da igreja protestante local de Santa Margarida, filho dum mestre encadernador; cursou o ginásio de Gotha; estudou na Universidade de Goettingue de 1825 a 1827; fugiu da Alemanha por causa de dívidas e desgostos, vindo para o Brasil. Nas mesmas fontes se desaltera o historiador Escragnolle Dória em estudo publicado na "Revista da Semana" (47), acrescentando: "Do Rio de Janeiro se passou Frank a São Paulo, atingindo Ipanema, onde viviam muitos patrícios. Assombrava a todos a rapidez e correção com que o recem-vindo logo aprendeu e falou português. Ao encanto da inteligência ajuntava o agrado de maneiras distintas, tudo prejudicado pelo abuso do álcool.

Em Sorocaba, apareceu Frank de pés no chão, roupa a ir-se do corpo. Caixeiro de venda, desta sentado à porta, divertia-se em chamar escolares e ajudá-los nas lições, quaisquer que fossem.

Foi o caixeiro despedido por não dar sossego às garrafas de álcool, a latas de passas e azeitonas. Dinheiro era para Frank coisa de nonada, mas o patrão dele tinha outras idéias em Economia Política.

De Sorocaba partiu Frank para São Paulo, agasalhado aí em repúblicas de acadêmicos, ora numa, ora noutra, até ser nomeado professor de história do Curso Anexo à Faculdade de Direito.

Preciosas notas recolhidas por um "Velho Sorocabano", Lopes de Oliveira, de parentesco com o Dr. Francisco de Assis Vieira Bueno,

discípulo de Frank, habilitam-nos a apreciar até o tipo físico do professor alemão a colocar na galeria dos originais, ao lado do barão de Schidler, Filósofo do Cais, no Rio de Janeiro.

Mostrou o "Velho Sorocabano", por tradição de velhos, Júlio Frank de estatura mediana, cabelos louros, de olhos azuis, usando barba. Andava sempre de mãos cruzadas sobre as costas, palmas abertas, dedos entesados. Muito supersticioso, prestava atenção a crendices e práticas indígenas, nem se furtava a sessões de magia negra (sic!).

Procurando falar à paulista, descansadamente, radiava de alegria se lhe perguntavam onde nascera em São Paulo, gostando muito quando o chamavam de Lamão na cidade pequenina de onze mil almas, onde acadêmicos eram trunfos.

Dava Júlio Frank lições particulares em casa da rua de São José, próxima à ladeira do Acu. Beirava o quintal da casa o rio Anhangabaú. Para banhar-se, Frank interrompia lições pelas quais não aceitava dinheiro de ninguém, salvo se lhe dissessem que era para comprar livros.

Professava magistralmente no Curso Anexo da Faculdade, então dirigida pelo senador Vergueiro. Andava sempre com estudantes e estes o impediam quanto podiam de entregar-se a libações (48), que lhe não tolhiam inteligência ou memória."

Admitindo o nascimento desse homem em 1808, tê-lo-íamos em 1827, ao deixar a Alemanha, com 19 anos e, ao ser nomeado em 1830 para o Curso Anexo da Faculdade de São Paulo, com 22 anos. Devemos confessar que é muito pouco para quem já **sabia tanto.**..

Não queríamos fazer a afirmação categórica de ser Júlio Frank, Carlos Luiz Sand, o assassino de Kotzebue, sem termos a nossa consciência tranqüila. Para isso, procuramos um de nossos maiores amigos, cujo nome somos obrigados a calar, homem distintíssimo, cidadão prestimoso, grande brasileiro o qual, ao tempo da mocidade, segundo sabíamos de fonte limpa, pertencera a Burschenchaft da Faculdade de São Paulo, onde se formara, ocupando na mesma, nos últimos tempos da monarquia, o cargo de um dos Doze Apóstolos. Sua vida limpa e sua ação patriótica de há muito já apagaram esse erro de sua juventude republicana. Pedimos-lhe esclarecimentos sobre a Bucha e ele nos disse que havia pronunciado um JURAMENTO TERRÍVEL a que não podia faltar. O juramento ritual é o seguinte: "Juro, sob pena de ser considerado infame, que jamais revelarei a existência de uma sociedade secreta na Academia de São Paulo!" Insistimos, mostrando-lhe a necessidade de esclarecer os moços bra-

sileiros contra esses manejos das trevas. Expusemos-lhe a dúvida angustiosa que poderia permanecer em nosso pensamento, se não tivéssemos uma confirmação plena daquilo que os documentos nos revelavam. E ele somente acedeu em nos responder a esta pergunta:

— QUEM ERA NA VERDADE JÚLIO FRANK?

Pensou um instante e confessou:

— ESSE ARCANO SÓ SE REVELAVA NA POSSE DOS NEÓFITOS. O PRESIDENTE LIA, ENTÃO, O HISTÓRICO DA BURSCHENCHAFT E DIZIA O GRANDE SEGREDO: JULIO FRANK ERA SIMPLESMENTE CARLOS LUIZ SAND, O ASSASSINO DE KOTZEBUE!

Somente assim se compreende o mistério e o prestígio desse homem, que teve dois nomes e dois túmulos: um na Alemanha e o outro no Brasil...

Encontra-se uma referência oficial à Bucha no parecer dado pelo professor da Faculdade de Direito de São Paulo, dr. João Monteiro, aos projetos de Universidade dos Drs. Azevedo Sodré e Leôncio de Carvalho, em pleno período republicano: "Nem valha a alegação de haver tais comissários na Alemanha. Basta atender para a causa de tal criação, por completo alheia em nosso meio social. Larousse a refere, e dos nossos estudantes, os que se filiaram à Burschenchaft bem a conhecem. Apontadas as universidades como focos de desordem política, assassinado Kotzebue pelo estudante Carlos Luiz Sand, posta em perigo a estabilidade dos soberanos alemães, foi o instinto da conservação tronai que levou esses fiscais a montarem guarda nas Universidades de Münster, de Kiel, de Innsbruck, de Breslau, de Goettingue, de Pest e outras... Mas hoje... **quantum mutatis ab illo!"** (49)

O parecer reporta-se à idéia duma fiscalização severa na faculdade e confessa oficialmente a existência da Bucha, bem como de suas relações com o movimento político das sociedades secretas universitárias da Alemanha e com o assassínio de Kotzebue. Os estudantes filiados a Burschenchaft, afirma o Dr. João Monteiro, conhecem isso... O documento é precioso.

Quem primeiro se referiu publicamente a Burschenchaft paulista e deu a entender sua ligação com o crime de Sand foi o líder católico Felício dos Santos, em um artigo na "União", que causou grande impressão no espírito público e alvoroço nos arraiais bucheiros. O chefe da Bucha nesse tempo era o sr. Vergueiro Steidel, alcunhado o Corvo Triste, que enviou um emissário ao sr. Felício dos Santos, segundo é do conhecimento de muitas pessoas ainda vivas. Mais tarde, voltava o notável batalhador da Igreja ao assunto nestes ter-

mos: "Não há muito tempo, contei aos meus leitores o que era a maçonaria acadêmica de São Paulo, a misteriosa **bushhafft** (sic) fundada pelo professor de história, Dr. Frank, jacobino alemão emigrado para o Brasil depois do célebre assassinato de Kotzebue pelo estudante Karl Sand em 1819. Quase todos os estudantes da Faculdade de São Paulo eram filiados a essa associação (50)."

A nossa documentação esclarece definitivamente o assunto e comprova tudo quanto deixamos dito no primeiro volume desta obra acerca do bacharelismo judaizado que tomou conta do Brasil e o levou à amoralidade política e social. A mocidade brasileira precisa destruir os resultados dessa ação das trevas que abastardou a nação. Para esmagar uma seita, diz o padre Barruel, uma das maiores autoridades em matéria de sociedades secretas, é necessário atacá-la nas suas próprias escolas, dissipar o seu prestígio, demonstrar o absurdo de seus princípios, a atrocidade de seus meios e, sobretudo, a infâmia de seus mestres (51). Que os moços dignos, de caráter, patriotas e conscientes, cristãos e puros, destruam de vez essa máfia celerada, acocorada na sombra, que dirige a vida de São Paulo e, às vezes, o destino da Pátria, servindo-se dos que iniciou nos seus mistérios, os quais não sentem queimar-lhes as faces o rubor da vergonha de subirem por essa triste e suja escada de serviço!

Capítulo III

A CAMORRA DE CIMA

Á 13 de março de 1825, S. S. o Papa Leão XII escrevia aos católicos na Constituição Apostólica QUO GRAVIORA estas sábias palavras: "Logo nos dedicamos a examinar o estado, número e força destas associações secretas e fácil nos foi reconhecer que sua audácia se multiplicara pelas novas seitas que se lhes reuniram. A denominada **universitária** chamou nossa especial atenção. Estabeleceu sua sede em muitas universidades, onde os mancebos se perverteram, em vez de se instruírem, por alguns dos professores, iniciados em mistérios que poderiam chamar-se de iniqüidade, e prontos para toda a casta de crimes. Provém daqui que, desde que o facho da revolta foi aceso pela primeira vez na Europa, pelas sociedades secretas, e levado ao longe pelos seus agentes, e ainda que os príncipes mais poderosos hajam alcançado notáveis vitórias, que nos faziam esperar a repressão destas associações, seus culposos esforços não têm cessado ainda. Por que, nos países onde as antigas tormentas pareciam apaziguadas, não há para temer novas perturbações e sedições recentes que estas sociedades tramam continuamente? Não se temem os punhais ímpios com que ferem secretamente os que se acham apontados para a morte? Quantas terríveis lutas não têm tido a autoridade que sustentar a fim de manter a tranqüilidade pública?

A estas associações devem atribuir-se as terríveis calamidades que afligem a Igreja e não podemos recordar sem dor profunda a audácia com que são atacados seus dogmas e preceitos mais sacrossantos! Procura-se aviltar a sua autoridade, e a paz de que ela teria o direito de gozar é não só perturbada, mas poderia dizer-se que está destruída.

Não deve pensar-se que nós, falsa e caluniosamente, atribuímos a estas associações secretas todos estes males e outros que não indicamos. As obras que os seus membros têm publicado sobre a religião e a causa pública, seu desprezo pela autoridade, seu ódio

pela soberania, seus ataques contra a divindade de Jesus Cristo e a própria existência de Deus, o materialismo que professam seus códigos e estatutos, que demonstram os projetos e intenções que têm, provam o que nós referimos dos seus esforços para derrubar os princípios legítimos, e abalar os alicerces da Igreja. E o que é igualmente certo é que estas diversas associações, embora com várias denominações, são aliadas entre si por seus infames projetos.

Segundo esta exposição, pensamos que nos ocorre o dever de novamente condenar estas associações secretas, para que nenhuma delas possa pretender que se não acha compreendida na nossa sentença apostólica, e servir-se deste pretexto para induzir em erro homens fáceis de enganar. Assim, tendo tomado conselho com nossos veneráveis irmãos, os cardeais da Santa Igreja Romana, de **motu proprio,** ciência certa e, depois de maduras reflexões, proibimos para sempre e sob as penas impostas nas bulas de nossos predecessores, aqui reproduzidas e que confirmamos, todas as associações secretas, tanto as que atualmente existem, como as que poderão organizar no futuro, e as que conceberem contra a Igreja e a autoridade legítima os projetos que acabamos de referir.

Ordenamos, portanto, a todos e a cada um dos cristãos, qualquer que seja o seu estado, classe, dignidade ou profissão, seculares ou eclesiásticos, sem que seja necessário mencioná-los todos aqui, em especial, e, em virtude da santa obediência, de nunca, sob qualquer pretexto, entrarem nas mencionadas sociedades, propagá-las, favorecê-las, recebê-las ou ocultá-las em suas moradas, ou em outra parte, iniciar-se nessas sociedades em qualquer grau que seja, consentir que elas se reúnam ou lhes dêem conselhos ou socorros, clara ou secretamente, diretos ou indiretos, ou induzir outras pessoas por sedução ou persuasão, a entrarem ou assistirem a tais reuniões, auxiliá-las ou favorecê-las por qualquer modo que seja: mandamos, pelo contrário, que se mantenham cuidadosamente desviados destas sociedades, associações, reuniões e assembléias, sob pena de excomunhão, na qual incorrerão, **ipso facto,** quantos transgredirem esta proibição, sem que possam obter absolvição, a não ser de nós ou de nossos sucessores, exceto em artigo de morte."

A BUCHA ou Burschenchaft foi a **universitária** que se constituiu no Brasil, introduzida em São Paulo por Júlio Frank. Estendeu-se, com o nome também alemão de Tugendbund, à Academia de Pernambuco. "A Tugendbund pernambucana tinha um curioso cerimonial tomado ao rito maçônico e um tanto cabalístico, mas, ao mesmo tempo, desanuviado por algumas expressões ditas em latim macarrô-

nico, que lhe davam muita graça. A influência que exerceu esta sociedade, sobretudo no começo, foi grande... Foram seus fundadores Carneiro Vilela, José Higino, Gonçalves Ferreira, Domingos Pinto e Feliciano Pontual. A Tugendbund tinha como órgão na imprensa "A Ilustração Acadêmica", periódico que durou pouco. Figuravam como principais associados, entre outros, Amorim Garcia, Braz Florentino, Fiel Grangeiro, Gonçalo Faro e Sancho Pimentel (1)". Segundo Faelante da Câmara (2), nos corredores do antigo convento de São Bento, onde funcionava a Faculdade de Olinda, nos primeiros tempos, desassombradamente se discutia o socialismo; lentes houve de tão grande espírito revolucionário que, por cima das insígnias de Doutor, vestiam a blusa de Praieiro; e só em 1854, quando o estabelecimento foi transferido para o Recife, voltou de novo a religião católica a ter alguma força naquele meio. A ação da Tugendbund, que levara o estudante pernambucano até o socialismo, minguou diante da reação lenta das forças conservadoras.

Na Escola Politécnica, criou-se a Landsmannchaft de que só sabe pouca coisa e se perdeu um tanto nas correntes positivistas. Nem esta, porém, nem a Tugendbund lograram jamais o alto prestígio da Bucha paulista, que acabou aprisionando a nação nas suas Malhas e escravizando-a por longo tempo, economicamente pelo domínio do café e politicamente pela hegemonia do poder público.

Quando se fala da Bucha a qualquer de seus membros, ele nega peremptoriamente sua existência: balela, fábula, mentira! Se se insiste com algumas provas circunstanciais, apela para a eterna defesa esfarrapada das maçonarias: o fim da sociedade é fazer o bem, é a caridade, nada mais; é secreta pela discreção a que a caridade obriga, mas os estudantes pobres conhecem os seus efeitos benéficos. Continue-se a insistir e, então, o bucheiro procura fazer medo: ouviu dizer que a coisa é perigosa, que se não deve falar, etc...

Castro Alves, que cursou a Escola de Direito de São Paulo, escrevia dali para a Bahia, dizendo que, em São Paulo, como afirmava Tobias Barreto, somente havia "frio da Sibéria" e "cinismo da Alemanha" (3). **O cinismo da Alemanha** não podia ser outra coisa senão a Bucha, formadora da orgulhosa oligarquia paulista. Tem-se que rastrear a existência da temível organização secreta em referências semi-veladas dessa natureza, em palavras que, sem a existência da Bucha, seriam enigmáticas. Não é possível, num estudo sobre sociedades secretas, dispor de documentos categóricos a cada passo. Se assim fosse, é que tais sociedades não seriam secretas. É preciso recorrer muitas vezes a indicações e subentendidos que vão servindo de indícios do poder desconhecido.

Na "Oração aos Moços", Rui Barbosa disse estas palavras um tanto misteriosas, sobretudo por serem pronunciadas na Academia de São Paulo, palavras que dão o que pensar e nas quais grifamos o que parece **suspeito:** "A solenidade, o **rito** observado nesta festa e a forma tão vibrante de afeto que lhe imprimistes criou **laços indestrutíveis** entre nós, **homens do rito.** Nós, juristas, sentimos a forma de todos os nossos atos, esta forma, o **rito solene** deste acolhimento é o penhor de minha profunda gratidão." A repetição por três vezes em tão curto trecho da palavra **rito** empregada por um mestre da língua deve ter uma significação especial...

Para bem se compreender essa **significação especial,** leiam-se estes trechos da "Instrucción Masónica", estampados no n^2 de março de 1936 da "Revista Maçônica de Chile": QUE É RITO?

"Rito quiere decir costumbre, uso, así en liturgia religiosa como masónica.

Rito, dice otro autor, es la manera de dar los grados.

Podría definirse, diciendo que es el conjunto de regias o preceptos de conformidad a los cuales se practican las ceremonias y se confieren los grados, se comunican los signos, toques, palabras y todas las demás instrucciones secretas."

"El Ritual es un medio de estar consigo y con los demás. Es el curso de las ceremonias, acciones, pasos y tocamientos; presenta el modo como se abren, se suspenden, se continúan y se cierran los trabajos del grado y la instrucción que en él se da en forma de catecismo. Es, en suma, el modo de proceder, de estar, de obrar, de desarrollar los debates, de conducirse y de dirigir.

Está fundado en la observación profunda de la psicologia humana y en el fondo es uno de los más poderosos medios de educación en la Orden.

Tiende a crear en cada hermano el perfecto control de su palabra y de su acción y es un constante llamado de su atención hacia enseñanzas morales de profundo significado.

Cada acto, cada frase, cada paso o signo integrante del ritual masónico, lleva el objeto primordial de disciplinar el espíritu, de educar la voluntad, de dominar los nerviosos impulsos, al par que dar orden, método y regularidad a las asambleas de las Logias.

Puede ser cualquiera el ritual adoptado: siempre tendrá igual misión y estará destinado al mismo fin.

Las frases especiales; las llamadas, variadas en su forma; las variantes en los métodos, son valores secundarios que no tienen influencia en el fondo, en la misión transcendental del ritual.

El ritual es un educador primeramente, y un regulador después.

Este doble objeto hace que la Masonería ho haya querido jamás prescindir de él y por el contrario preconice que el mayor o menor éxito de los trabajos en Logia, la mayor o menor disciplina de los hermanos dependa de la mayor o menor pureza y rectitud con que se aplica el ritual."

Um dos professores da Faculdade de São Paulo, o Dr. Ernesto Leme, disse num discurso: "Em anos que se perdem na noite dos tempos, tivemos, também, em Pernambuco e em São Paulo, duas sociedades secretas, nos moldes das existentes nas universidades alemãs: a Tugendbund e a Burschenchaft. A primeira tinha intuitos patrióticos; a segunda destinava-se a fins humanitários. Em dias de desassossego para a pátria, os membros da primeira sempre estiveram a postos para cumprir os seus deveres de cidadãos. Não havia estudante pobre, em dificuldades, para prosseguir no curso, que não recebesse, no domínio da segunda, nos momentos de maior necessidade, um auxílio pecuniário que mão invisível lhe trazia... O espírito de solidariedade (?) entre os moços de hoje permanece, talvez, o mesmo (4)."

Pondo de lado os elogios à caridade e ao patriotismo dos adeptos, virtudes que não justificariam o segredo do **rito** e que são meras capas com que se cobrem outros manejos, a confissão da existência da Bucha e da permanência do **espírito de solidariedade** dos **homens do rito** é preciosa...

Num almoço oferecido há tempos no Automóvel Clube de São Paulo ao professor Ernesto Leme, este foi saudado pelo professor J. M. Azevedo Marques, usando destas expressões ao responder à saudação:

"Vejo que desfila pelos gerais do antigo convento a caravana dos lentes já mortos: Falcão Sênior, a fisionomia fechada, o olhar penetrante e agudo, trazendo, no fundo do peito, um segredo jamais revelado (5); Antônio Carlos, portador dum nome que é um símbolo da nacionalidade, terçando armas com seus alunos na loja **América,** em torno da questão servil (6); Bráulio dos Santos, de uma eloqüência sedutora, preocupado com os lineamentos da Constituição da nascente República; Brasílio Machado, alto e majestoso, a fronte escampa, artista da palavra, que tinha em seus lábios mágicos encantos;

Gabriel de Rezende, a barba nazarena, o olhar sereno, a boca sempre aberta num sorriso de bondade; Vergueiro Steidel, grave no falar, rosto fechado para os que não o conheciam, coração franqueado a todas as amizades fiéis; Otávio Mendes, empurrado em sua cadeira de paraplégico, cujas carretilhas provocavam um som cavo nos corredores, testemunhas de sua atividade e de seu sacrifício... A caravana se perde ao longe, na bruma que se esgarça. O sol volta a dourar as lages do pátio. Sobre o túmulo de Júlio Frank um pássaro se assenta, entoando loas à vida... (7)"

A tirada é visivelmente simbólica e se reporta à tradição bucheira, que estivera ameaçada de rompimento, mas de novo continuava, ressurgindo à voz que vinha do túmulo de seu iniciador... **À bon entendeur, salut...** A reação contra a Bucha, que fôra essa ameaça, rompera em 1924, quando os estudantes anti-bucheiros conseguiram vencer a eleição da mesa do Centro Acadêmico XI de Agosto, fundado em 1906 pelo sr. José Carlos de Macedo Soares e outros, estando para a Bucha como a Associação Cristã de Moços e o Rotary estão para a maçonaria, como as Frente Populares e as Ligas Anti-Fascistas e Anti-Guerreiras estão para o Komintern. Um dos chefes desse movimento reacionário, o primeiro que se esboçou quase um século depois de constituída a Burschenchaft e que golpeou o seu poder formidável, foi encabeçado entre outros por um estudante de nome João de Martin Filho, natural de Ribeirão Preto, o qual, pouco tempo depois, era **estupidamente** assassinado num botequim, em Campinas...

Fundou-se por essa ocasião um jornal acadêmico de combate à Bucha, o qual durou até 1925. Nele, o atual deputado estadual de São Paulo, sr. Paulo Duarte, estampou o seguinte soneto-acróstico, sob o pseudônimo de Alfeu Caniço:

A VELHA BRUXA

Baixa, asquerosa, magra e repelente,
Ubérrima em chicana e falsidade,
Roçando presunçosa toda gente,
Soturna, a Bruxa vai pela cidade.

Coberta de pó, mísera, indigente,
Há nos seus lábios a falsa piedade,
Embora digam que ela tenha, ardente,
Nos olhos a expressão da caridade.

Sua morada imunda é uma espelunca;
Corvos na escuridão dela passeiam,
Honrando a podridão que o solo junca.

A megera, cantando, dolorida,
Fugindo aos corvos tristes **que a rodeiam,**
Tenta em vão buscar o hálito da vida.

O soneto não é grande coisa, mas documenta a reação estudantil. Contam que, por essa ocasião, houve até quem tivesse conseguido roubar da casa de alto personagem, por meio de mãos femininas, o arquivo ou parte do arquivo da Bucha. O certo é que a estudantada rebelde meteu à buiha na própria Faculdade, com a Festa da Banana, a tradicional Festa da Chave, que é maçônica, do mesmo modo que a Festa do Termômetro nas Escolas de Medicina. Onde quer que se realizem festas desse jaez existe sociedade secreta de estudantes.

A Chave é símbolo muito comum na maçonaria. Chama, nas Faculdades, a atenção de todos os bucheiros, onde quer que estejam, para seus deveres em relação à Bucha, levando ao seu conhecimento o nome do estudante encarregado de receber a correspondência, de estabelecer as ligações, — o Chaveiro.

Na maçonaria, a Chave serve de insígnia a alguns graus. No Rito Escocês, é o emblema do 3^2 grau simbólico, só ou acompanhada da balança (8). Símbolo da prudência e da discreção, Os segredos figuram estar guardados **debaixo de chave.** É uma jóia distintiva. Todo **mestre** deve ter oculta esta chave dentro dum cofre de coral, rodeado de marfim. Ainda que não seja de nenhum metal, não deixa de ser menos preciosa, pelo que se deve ter o maior cuidado ao usá-la. Segundo o ritual adonhiramita, é este o catecismo para o grau de mestre:

P. — Que oculta você?
R. — Todos os segredos que me foram confiados.
P. — Onde os oculta?
R. — No coração.
P. — Tem uma chave para facilitar a entrada nesse lugar?
R. — Sim, a digna confidencial.
P. — Onde a guarda?
R. — Na caixa de coral (a boca), que se abre e se fecha unicamente com as chaves de marfim (os dentes).

P. — De que metal é composta?
R. — De nenhum. É uma língua obediente à razão...

Depois disso, o Irmão Insinuante (9) convida e prepara para a cerimônia iniciática.

Não se conhece tão bem o ritual da Burschenchaft como se conhecem os dos vários ramos da maçonaria. Todavia, muita coisa já chegou ao conhecimento dos profanos. Os fitões das sociedades secretas de estudantes são das seguintes cores: Vermelho para as das Faculdades de Direito, Burschenchaft ou Tugendbund; Verde para as das de Medicina; Azul escuro para as das de Engenharia, Landsmannschaft; Azul com centro preto para as das de Farmácia. Desses fitões pendem emblemas: o Coração, a Cruz e a Âncora, — Fé, Esperança e Caridade em outro sentido. Além desses, caveiras, estrelas de seis pontas, o G. da antiga Gnose. Os fitões devem ser usados ao pescoço e seu forro é sempre preto. Em geral, nas reuniões da Bucha, entre símbolos tétricos, tíbias e caveiras, os membros se apresentam de casaca, cobertos por dominós brancos de capuz. Os bucheiros costumam ainda usar sobre suas mesas de trabalho, perdidos entre **bibelots,** pequenos objetos que servem de sinais de reconhecimento aos iniciados. Conseguimos identificar um deles. É um peso para papéis de metal prateado, em forma de bigorna, com a palavra FURAN inscrita numa elipse.

Quem entra para a Bucha entra como **Catecúmeno** ou **Neófito,** passa, depois, a **Crente** e pode chegar a ser um dos **Doze Apóstolos,** tendo, então, a ilusão mirífica de ser dos Chefes Supremos. Porque o **Conselho dos Divinos,** inteiramente oculto, é quem dá aos Doze Apóstolos as ordens a que devem obedecer e as diretivas que devem cumprir. Do grau de Apóstolo para cima, o bucheiro nada mais sabe. É o mistério da treva... (10)

Do mesmo modo que pedreiros-livres e iluminados (11), os bucheiros usam pseudônimos somente conhecidos na vida íntima da Burschenchaft. É do ritual e Rui Barbosa os chamou **homens do rito.** Um antigo Presidente da República, membro importante na sociedade secreta, atende pelo apelido tétrico de Irmão Santo Sepulcro. O nome dum ex-ministro de Estado e embaixador, que se diz católico e está, no entanto, de acordo com a palavra da Santa Sé, excomungado **ipso facto,** é o Irmão Jordão. Um deputado importante, fadado a grandes destinos políticos, acode por Irmão Mar Morto, 113...

QUADRO SINÓTICO DOS PRINCIPAIS GRAUS MAÇÔNICOS, ILUMINADOS E BUCHEIROS

MAÇONARIA	ILUMINISMO	ILUMINISMO MAÇÔNICO	BURSCHENCHAFT OU BUCHA
Altos graus	Areopagitas	Princeps ut Regens	Conselho dos Divinos
Mestre	Minerval - Iluminado	Presbyter	Apóstolo
Companheiro	Minerval	Dirigens	Crente
Aprendiz	Noviço	Iluminado - maior e menor	Catecúmeno ou neófito

Estudando o caráter dos estudantes até o 2º e 3º anos, os insinuantes ou recrutadores da Bucha vão trazendo para suas fileiras os ambiciosos, os inescrupulosos, os desavisados, os que se deixam dominar pelos vícios, pelas paixões ou por outras vontades. A sociedade secreta toma-lhes, assim, a sua liberdade por meio dum juramento terrível que os escraviza para sempre e lhes sela os lábios. Impõe-lhes aos poucos uma formação intelectual. Ela ajuda-os a subir a todas as posições, porém desmoralizando-os e escravizando-os aos seus desejos, substituindo a sua vontade à deles. À menor rebeldia são duramente punidos. Criam-se desta maneira os escravos brasileiros a serviço do judaísmo secreto e sem entranhas. Forma-se, assim, uma verdadeira Camorra de Cima, como já disse alguém, uma Camorra de escol, da qual o país passa a depender e a qual depende do poder judaico escondido. Os homens que governam, politicam e administram são verdadeiros títeres nas mãos da Força Oculta. Acarretam, às vezes, com a própria odiosidade do povo pelas medidas antipatrióticas que tomam. São, às vezes, aparentemente sacrificados às justas revoltas nacionais. Constituem a cobertura da ação demoníaca do judeu internacional. Por isso, certos homens não caem nunca. Derrubados hoje pela conveniência do momento, são reabilitados amanhã pela imprensa obediente ao poder ignorado e novamente guindados as posições. O povo brasileiro vê todos esses médicos, engenheiros e bacharéis da Bucha e suas congêneres, não as vê, porém, e elas tudo manobram.

Aos que duvidarem do que contamos na "História Secreta", arriscando-nos ao ódio de poderosíssimos inimigos com a consciência

de prestar um serviço a este pobre país escravizado e explorado, oferecemos estas palavras de Edouard Drumont: "Je suis un vaincu, ma vie est finie, mais enfin si plus tard il y a une renaissance chrétienne, une tentative de réorganisation sociale, si des penseurs s'occupent de la question juive et qu'on nie que les juifs exercent un pouvoir occulte, voilá les documents que je mets á la disposition de tous (12)." Que os que nos têm atacado reflitam sobre isso e esperem: um dia talvez nos façam justiça.

Em nome do judaísmo internacional, o assassino Carlos Luiz Sand fundou a Bucha no primeiro quartel do século XIX, em São Paulo, com o pseudônimo de Júlio Frank, justamente para produzir na vida da nação aquela maldita Camorra de Cima que apontamos. Outro resultado fatal seria a perversão satânica da mocidade, tirando à pátria a grande força de seu futuro, estragando o seminário de plantas humanas do porvir. Fichte e Kotzebue haviam notado essa horrível perversão na juventude das universidades alemãs contemporâneas (13). No capítulo seguinte, estudá-la-emos na Faculdade de São Paulo.

O melhor meio de combater a ação funesta de tais sociedades secretas, dessas "universitárias", como disse S. S. o Papa Leão XII, são as Congregações Marianas, que têm dois objetivos: castidade e liberdade dos moços, os quais juram não pertencer a sociedade secretas. A fita de Nossa Senhora livra-os dos fitões de Satanás. Por isso, o Komintern ultimamente ordenou aos jovens comunistas se infiltrassem como pudessem e o mais rapidamente possível nessas congregações.

A Camorra de Cima tem dominado o país da seguinte maneira: a soberania nacional reside no Senado e na Câmara. Ora, a associação secreta introduz ali o número de bucheiros suficiente para sugestionar os outros, dominá-los ou dirigi-los. A soberania está virtualmente em suas mãos. Quanto ao Presidente da República, ou fá-lo vir da Bucha ou o rodeia de parlamentares, ministros, técnicos, bucheiros. Assim procedeu a maçonaria em França. Leia-se esta confissão do **irmão** Blatin, deputado em 1888: "Organizamos no seio do parlamento um verdadeiro sindicato de maçons e já me aconteceu, não dez, mas cem vezes, obter intervenções verdadeiramente eficazes junto aos poderes públicos (14)."

A Camorra invade também a justiça e é este o triste quadro. Quando se tem um processo contra o Estado, contra uma autoridade arbitrária, contra um membro da Bucha, é um juiz bucheiro que o vai julgar. O público ignora a existência dessa COMPARSARIA SECRE-

TA. O interessado no pleito não pode saber que o magistrado veio duma faculdade onde se escravizou ao poder oculto que o encarreirou e o protege.

Que garantia pode ter o povo brasileiro contra essa monstruosa Camorra? (15) Sua mão oculta está em todas as intrigas, conchavos e revoluções. "É impossível compreender alguma coisa da multiplicidade dessas catástrofes, se uma história invisível se não desenvolvesse sob nossa história. ..(16) Não somos mais nós que escrevemos nossa história... mas uma invisível mão, a do Poder Oculto; e essa história é a da nossa perdição por termos renunciado às nossas tradições. Por aí o Poder Oculto resolveu matar-nos, fazendo de nós os próprios artífices da nossa ruína. ..(17) Nossas almas, privadas do antigo ideal, se abaixam para o solo (18)."

O autor deste livro tem a felicidade de haver feito toda a sua carreira sem nunca ter pertencido a nenhuma sociedade secreta. Pode falar delas, pois, de cabeça erguida e desafiar o ódio da Camorra. O mais que esta lhe poderá fazer é o que tem feito a outros: tirar-lhe a vida. Isto confirmaria tudo o que ele tem escrito e não seria castigo, porque ele crê que o destino dos homens não se realiza na ordem temporal, mas na ordem sobrenatural, onde a Eterna Justiça sorri da Bucha e do Bafomet...

Capítulo IV

SATANÁS NA PAULICÉIA

O cinismo da Alemanha a que aludia Tobias Barreto e que Castro Alves referia quanto a São Paulo era simples e unicamente a mais completa e triste perversão da mocidade da Escola de Direito levada a efeito pela Bucha, ao impulso de seu misterioso fundador, Júlio Frank, que Escragnolle Dória afirma não se furtar "a sessões de magia negra" (1). Toda uma geração de jovens brasileiros de talento, que podia ter prestado inestimáveis serviços à nação, lamentavelmente afundou no báratro de verdadeiro satanismo. O Anhangabaú, rio do vale do mau Espírito, à cuja margem habitava o matador de Kotzebue, tinha um nome indígena de significação como que apropriada às tendências demoníacas que, pela influência maléfica da sociedade secreta de Iluminados, dominavam nos meios estudantis. Daí o grande número de suicídios e tentativas de suicídios, inexplicáveis sem outra fórmula a não ser essa, entre a rapaziada (2). Daí aquele horror de D. Pedro II por essas práticas, que se diziam byronianas, horror de que nos fala um filiado à Bucha, João Cardoso de Menezes e Souza, barão de Paranapiacaba, íntimo dos serões literários do Paço Imperial, nas notas à sua tradução do "Prometeu" de Ésquilo.

A influência de Byron e do satanismo byroniano através da Burschenchaft paulista se faz sentir na primeira turma da Faculdade. Um estudante matriculado em 1828, Francisco José Pinheiro Guimarães, traduziria mais tarde o "Childe Harold" e o "Sardanápalo" do grande poeta inglês (3). Nós, que conhecemos a maléfica influência, entre as gerações modernas, da literatura amoral e perniciosa dos Oscar Wilde, dos Marcel Proust e de outros, bem podemos avaliar o efeito nos cérebros dos rapazes daquele tempo que Byron levou a todos os desregramentos ou mergulhou nos delírios do álcool.

A primeira manifestação bucheira de tão horrendas tendências, mais ou menos conhecida, é o famoso episódio da Cruz Preta, na barranca do Anhangabaú. Assim o descreve o insuspeito Spencer

Vampré: "Certa noite, ao passarem vários estudantes pela rua da Cruz Preta **(Quintino Bocaiúva),** resolveram, por troça (?), tirar a grande cruz de madeira que lhe dava o nome, e que se erguia entre a rua da Freira **(Senador Feijó)** e a da Casa Santa **(Riachuelo),** transportaram-na para o largo do Bexiga **(Largo do Riachuelo)** e a jogaram no Anhangabaú, que, então, por ali corria, ainda não canalizado, como hoje.

Manuel José da Ponte, residente nas imediações, logo que viu prostrada no riacho aquela cruz, objeto de tanta veneração religiosa, ajudado de algumas pessoas, a levou para casa, onde mandou fazer uma capela, que é a que ora existe, e se denomina Santa Cruz do Piques (4)."

Isto foi em 1828 e Spencer Vampré conclui o relato com esta frase, em cujas entrelinhas há certa significação oculta, como veremos depois: "Assim, começaram os estudantes a quebrar a monotonia da velha cidade, e a transformá-la no que foi por muitos decênios — a verdadeira Coimbra do Brasil (5)".

Na verdade, das sociedades secretas da tradicional Universidade portuguesa, a **Jardineira** e a **Gruta,** vinha também a inspiração que levava os estudantes a quebrar, não a **monotonia** da velha cidade de Piratininga, mas o símbolo da Religião dos antepassados, padrão de cristianismo do lugar, tão venerado da população que, em desagravo, lhe erigem uma capela. Outros autores comprovam o sucesso (6). O visconde de Araxá dá pormenores interessantes que melhor elucidam o caso: "O conciliábulo foi presidido por um estudante de vinte e tantos anos, que veio de Coimbra concluir seus estudos na nova Academia, e que era um oráculo para os outros (7), já pela idade, já pelo brilhante talento, e já por ser um laço de união entre a velha e a nova Coimbra (?)... (8)"

Esse chefe de malta meteu a cruz ao ridículo, declara mais o visconde, bem como o frade que tentou restaurá-la. A rapaziada preparava-se para levá-lo às pedradas, sendo necessária a intervenção das autoridades eclesiásticas e civis, a fim de obstar o desacato público à religião.

Como se vê do segundo depoimento, mais precioso por todos os motivos, pois que o visconde de Araxá foi um bucheiro dos tempos primitivos, não foram os estudantes, ao passarem ocasionalmente pelo local, que tiveram a idéia da **troça,** mas o feito resultou dum conciliábulo especial, presidido e incitado pelo tal **oráculo** coimbrão. Tanto não se tratava de mera troça ou brincadeira de rapazes vadios e sim de uma manifestação anti-cristã proposital que a estudantada

quis impedir a restauração do símbolo, vaiando a pessoa do frade que o devoto Manuel José da Ponte com certeza encarregara disso.

O estudante de São Paulo que exemplifica, sintetiza e exprime na sua pureza esse satanismo bucheiro é o infeliz poeta Manuel Antônio Álvares de Azevedo, talento em flor pervertido pelo meio. O juízo crítico de Domingos Jacy Monteiro, no prefácio das "Obras" do poeta (9), contém estas expressões: "mancebos que demandamos a estrada do progresso, caminheiros que tomamos por norte a palavra de Byron (!), o labarum da civilização — **Away!** (10)" Esse lábaro conduzirá, no entanto, o autor da "Noite na taberna" a pontos, onde, na frase de A. P. Lopes de Mendonça, "o espírito do leitor recua de horror em cada página que lê" (11)! Bela literatura para a formação das gerações jovens numa pátria em construção como o Brasil! Obra satânica de dissolução da mocidade!...

Em 1848, Álvares de Azevedo entrava para a Faculdade paulista e em 1852 se finava, porque "a vida de estudante passou-a ele com todos os seus episódios extravagantes e aventuras amorosas" (12). A "Noite na taberna", que envenenou centenas e centenas de rapazes, levando-os à extravagância, aos vícios e à desgraça, é um **drama-romance** notável pela originalidade de suas extravagâncias, numa seqüência de narrações monstruosas (!) de libertinos nas orgias, duelos, adultérios, perdições de virgens, raptos, filtros, antropofagia (!!), gozos satânicos (!!!) (13)". Seus poemas são verdadeiros delírios poéticos, cheios de insônias e de **spleen,** com idéias políticas de livre pensador. O satanismo abrolha a cada passo. Em "Macário", por exemplo, o próprio Satan descreve a cidade de São Paulo!... (14)

Satanás, com efeito, elegera moradia na Paulicéia dos estudantes bucheiros que lhe rendiam culto, guiados pelos seus oráculos. Em 1845, eles organizaram a famigerada **Sociedade Epicuréia,** antro de bacanais e de infâmias, pervertora da juventude, vergonha duma época! Um crítico a denomina "planta parasita". Era, com efeito, a estranha parasita judaica sugando a seiva da mocidade cristã do Brasil. A "Noite na taberna" reproduz simplesmente uma das horríveis cenas de verdadeira magia negra desenroladas no seio do perverso conciliábulo(15).

Razão de sobra, pois, assiste a Pereira Rebouças em cantar satanicamente Alvares de Azevedo, nestes versos:

"Era o gênio do mal! Satan na frente
O estigma de Byron lhe estampou! (16)"

No satanismo bucheiro e byroniano, o poeta "bebeu o filtro do Amor e o filtro da Morte" (17). Deus fez o amor para ser a eterna fonte da vida. O diabo, **singe de Dieu,** transforma o amor em gerador da morte. É o amor que leva aos tédios e aos desesperos, cuja conclusão só pode ser a auto-destruição, o suicídio. É o amor doentio de Werther, lançando no mundo cristão uma verdadeira epidemia de suicídios, é o amor de D. Juan acabando nas melancolias enfermiças do nojo de se mesmo, "espécie de sonambulismo dos moços envenenados", afirma alguém. Satanismo absoluto lavrando entre a rapaziada da Faculdade de São Paulo (18)!

Dos conciliábulos bucheiros temos este quadro sugestivo: "Era hábito tomar para as **sessões** algum casarão isolado, de preferência uma chácara, dentro de espaçosa área, murada, discreta, circundada de arvoredo. Não raro, depurando-se para alugar alguma em tais condições, os rapazes tomavam as chaves **para ver o prédio,** com elas ficavam três ou quatro dias e ali se acoutavam para o ritual erótico-funerário (!). Os vizinhos se assombravam, altas horas da noite, com os cantos lúgubres, com o perpassar de vultos brancos (19), entre as folhagens, desfilando num préstito de duendes, de velas acesas, como nas procissões ou nos enterros, naquele tempo (20)".

Segundo depõe Veiga Miranda, os principais byronianos do **Mors-Amor** foram, além de Álvares de Azevedo, Pinheiro Guimarães, o barão de Paranapiacaba, Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa. Estes e outros sabiam de cor a "Parisina", canto da incestuosa paixão de Byron por sua irmã Augusta, a "Noiva de Ábidos" e trechos do "Manfredo", tudo quanto rescendia ao cinismo sem par do lord poeta. Devastou a mocidade paulista verdadeira epidemia byroniana (21). Augusto de Queiroga traduziu o "Caim"; Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa, as "Helsen Melodies"; Francisco Otaviano, o poeta diplomata e estadista, cantos do "Childe Hapold", partes do "D. Juan" e da "Eutanásia". A possessão satânica bucheira-byroniana apoderou-se completamente da alma de Álvares de Azevedo na "Noite na taberna" (22). E, nesse tempo, por obra e graça da Bucha, Byron foi "o cruel Messias do Evangelho da Dissipação (23)".

Abandonando o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, a mocidade seguiu, infelizmente, os Evangelhos do Iluminismo e do Byronismo, o Evangelho do Anticristo!

O poeta inglês, misantropo e desdenhoso, estudante de vida dissipada, decerto iniciado nas sociedades secretas universitárias de Harlow e Cambridge, eivado de espinosismo judaico na convivência do famoso espinosista Shelley, seu amigo íntimo, coxo como Asmo-

deu, glorificador do crime em D. João e Caim, cantor do incesto e do adultério, soube morrer por uma nobre causa, defendendo os gregos contra os turcos no cerco de Missolonghi (24). O poeta byroniano brasileiro, Álvares de Azevedo, felizmente, ao aproximar-se a morte, que lhe foi tão prematura, arrependeu-se do passado e soube morrer como um cristão. A vida de ambos, porém, fôra estragada e a vida de inúmeros moços se estragaria por sua causa. No altar do satanismo, sacrificaram uma mocidade que bem podia ter admiravelmente servido com seu talento e seu entusiasmo à Pátria e a Deus.

A **Sociedade Epicuréia** prosseguiu em seus malefícios até meados do Segundo Reinado, tendo por finalidade, afirma Spencer Vampré, "esta coisa extravagante — realizar os sonhos de Byron". E prossegue: "Eram diversos os pontos em que nos reuníamos: ora nos Ingleses, ora nalgum outro arrabalde da cidade — narra um dos membros desta curiosa associação. Uma vez, estivemos encerrados quinze dias, em companhia de perdidos, cometendo, ao clarão de candieiros, por isso que todas as janelas eram perfeitamente fechadas desde que entrávamos até sair, toda a sorte de desvarios que se pode conceber. — Ao que, acrescenta Paulo do Vale, a quem tomamos esta nota, alguns estudantes, que se entregavam mais doudamente a estes excessos, ou que eram dotados de uma constituição menos robusta, de lá saíram com moléstias; de que depois morreram. Tal associação teve grande influência na poesia de nossa mocidade; quem ler, sucessivamente, os diversos jornais, percebe acentos desesperados nos versos, que correspondem a essa época (25)."

Sobre a juventude inexperiente, a Burschenchaft alemã produzira nas universidades protestantes os mesmos resultados dissolventes e letais que sua filial fazia desabar no Brasil. Entretanto, autores há que se não pejam de elogiar aquela instituição secreta, de fundo judaico e finalidade anti-cristã (26); e os que nos contam esses horrores fazem-no com a maior candura, sem uma palavra de formal condenação, como se relatassem simples brincadeiras de rapazes! Consumava-se, assim, a obra de dissolução judaica-maçônica, de que foi paradigma a vida dissoluta de outro poeta de gênio, o cantor do Evangelho nas Selvas, o bardo de Anchieta, cujos desregramentos públicos fizeram época nos anais da Paulicéia estudantil, Luiz Nicolau Fagundes Varela (27).

Educada em tal escola de vícios e de erros, a mocidade acadêmica não respeitava mais nem a religião nem o sacerdócio. Quando avistavam um padre na platéia do teatro, os estudantes rompiam em vaias estrondosas, desrespeitando ainda as mais altas autoridades da

Província que procuravam contê-los **e** chegando ao ponto de parodiar burlescamente os ofícios religiosos, liturgia negra aprendida nos conciliábulos da Bucha (28).

Na era de 1860, o satanismo semeado desde 1828 pelos **oráculos** de Coimbra e desde 1830 pelo **oráculo** Júlio Frank, que praticava, como já se viu, a magia negra, chegou ao seu apogeu. "Foi provavelmente por essa época que ocorreu um fato, bem demonstrativo das extravagâncias e desregramentos dos moços, imbuídos, até à loucura, das visões de Byron. **Manfredo, Lara, Giaur, Marino, Faliero, D. Juan, Beppo, Conrado, Sardanápalo, Mazeppa, Caim, Satan** (29) tais os nomes de que se adornavam, nas suas noitadas de vinho, de aguardente, e da mais rebaixada luxúria (!). Resolveram certa noite dar um passeio pelo cemitério da Consolação, perambulando entre os túmulos. Assolava então a cidade pavorosa epidemia, de modo que, mesmo a desoras, se celebravam enterros. Entre remoques, gargalhadas, pilhérias, **e** versos de Byron, declamados na tradução de Vieira Bueno, seguia o grupo, ora trepando sobre uma sepultura, ora tamborilando, irreverente, sobre as caixas de vidro das carneiras.

— E, se proclamássemos a **Rainha dos Mortos?** lembrou um deles.

Aceita a idéia, trataram de arranjar o caixão, o que facilmente conseguem, escavando uma sepultura, e despejando dela uma velha, enterrada na véspera. Resolvem descer, então, cautelosamente, pelas ruas desertas, rumo da casa da Eufrásia, uma pobre mundana, que tinha fama de estúpida, e que seria a **Rainha.** Ao passar em frente à loja **América,** delibera o grupo arrombá-la, para ornar com os paramentos maçônicos (30). A poucos passos dali, encontram dois conhecidos tipos de rua, o Mota, que havia sido estudante em Heidelberg (31) e vivia em constante embriaguez, e o padre Bacalhau, já suspenso de ordens (32), e vagando pelas vielas, maltrapilho e sujo.

Ao grupo se incorporaram os dois boêmios. Chegam à casa da Eufrásia, que, pouco antes, assomara à porta, a despedir-se do último amante. Batem. Entreabre-se um postigo, e aparece a meretriz, suspendendo o candeeiro por sobre a cabeça, a tentar debalde reconhecer alguém do grupo. Impossível. Os paramentos maçônicos (33), os chapéus desabados, as vozes imperiosas enchem-na gradualmente de supersticioso terror. Um estudante, vestido de **Irmão Terrível,** e com insígnias do Venerável da Loja, salta sobre ela, agarra-a nos braços de ferro, e, enquanto desmaia de susto, envolve-a num lençol, e coloca-a dentro do caixão mortuário, que havia trazido do cemitério. E, com os vistosos trajes da maçonaria (34), se põe a procissão em

marcha, ao som do cantochão, cantado roucamente pelo padre Bacalhau (!), enquanto, a seu lado, Mota declamava a "Canção dos Estudantes" de Goethe.

E, assim, seguem de novo vesanicamente byronizados (sic!), rumo da necrópole. Penetrando nela, Faliero divisa um túmulo recente, com esta simples inscrição: **Judith — 20 anos.** Era o túmulo de formosa israelita, morta recentemente, e à qual o estudante dedicara desafortunado amor. Filha dum hoteleiro judeu, estabelecido no largo do Colégio, exigira o pai que ele fosse obter autorização expressa da família para o enlace, e, na sua ausência, casou-a à força com um caixeiro, também judeu. Ao voltar Faliero, no mesmo dia em que chegava a São Paulo, enterrava-se judith.

Pode bem compreender-se o desespero do acadêmico. Numa vertigem, escava a terra, e parte a tampa do caixão. Ela aparece nua à frouxa luz do luar (35). Toma-a então nos braços, e lhe aproxima os lábios ardentes da boca fria. Mas não pôde suportar o mau cheiro que do cadáver putrefato se desprende. Recua, num grito pungente, e esconde a cabeça entre as mãos, soluçando, com os olhos muito abertos e muito enxutos, como se tivesse ensandecido!

Uma onda de tristeza se apoderou de todos os corações. Mas, afinal, exclamou Manfredo:

— Eia, rapazes! É tempo de celebrarmos as bodas da **Rainha dos Mortos!**

Foi escolhido Satan para amante (36). Num pulo, saltou sobre o caixão, cuja tampa caiu para um lado, e apertou Eufrásia, ardentemente, nos braços. De repente, porém, se levantou lívido, com os cabelos desgrenhados, o maxilar inferior a tremer, como se quisesse articular uma palavra, mas lhe faltavam forças. Todos atônitos o contemplavam.

— Morta! Está morta! conseguiu, afinal, balbuciar, e abalou daquele cenário, como alucinado.

Com efeito, a infeliz mulher tinha morrido de terror! Houve um momento de hesitação. Depois, fugiram, como bandidos, da ação da justiça. Daí a dias, procurava-os a polícia, desejosa de punir os profanadores dos túmulos *(37)..."*

E os vis, covardes assassinos da pobre Eufrásia, deve-se acrescentar!

Naturalmente, o poder oculto da Bucha velava pelos seus fiéis e abafou o inquérito e imperiu as diligências policiais, porque se fez logo o mais completo silêncio sobre os crimes dessa noite demoníaca: profanação de duas sepulturas e de dois cadáveres, morte pelo pavor

de uma infeliz mulher! Entretanto, poucos serão os crimes mais nefandos e mais hediondos. É incrível como rapazes de boa família, estudantes de direito, se possam reunir para cometer infâmias tão grandes! A imaginação mais desregrada, como a de Álvares de Azevedo, na "Noite na taberna", de Huysmans, antes de se converter em trapista, no "À rebours", a do próprio Byron, do próprio Goethe, na "Noite de Walpurgis", do próprio Edgard Poe, dificilmente pintariam cena mais tétrica mais arrepiante! É um verdadeiro sabat das montanhas do Harz em plena Paulicéia, onde o misterioso Júlio Frank soltara o diabo! A gente só acredita na veracidade desse horror, porque a atestam documentos históricos, o testemunho dos próprios iniciados na Burschenchaft de São Paulo. E foi a isso que as sociedades secretas estudantinas conduziram a pobre mocidade brasileira! E foi desse meio que haveriam de sair os estadistas responsáveis pelos destinos da nação!

Vimos no primeiro volume desta "História Secreta" a ação do judaísmo e da maçonaria, sua aliada, na política e na economia brasileiras. Depois de 1830, entra em atividade a Burschenchaft e, daí por diante, mais esse elemento passa a influir na vida política, social, econômica e financeira do país. Fomos por isso obrigados a estudar as origens, desenvolvimento e atuação da Bucha nos quatro capítulos de início deste segundo tomo, a fim de que se possa compreender o desenrolar dos sucessos históricos na Regência, no Segundo Reinado e, finalmente, na República.

Judaísmo, maçonaria e Bucha trabalham dia e noite nos bastidores da história do Brasil. Solto em São Paulo, Satanás vai estender seus tentáculos, descristianizando a nacionalidade através de seus moços, descristianizando o seu futuro. Essa foi e é a grande obra do Espírito do Mal contra a nação. Essa é e foi a única glória desse misterioso Júlio Frank, cujo túmulo no pátio da velha Faculdade é um escárnio e um insulto à nacionalidade.

Sob o pseudônimo de Júlio Frank, o leal servidor do Espírito das Trevas, Carlos Luiz Sand, lhe entregou a alma a 19 de junho de 1841, quando já madrugara a maioridade salvadora de D. Pedro II. "Paz e glória à sua grande alma! Espírito gentil, hás de ficar sempre memorado no coração da juventude, que guarda os teus exemplos e ensinamentos, como quem encerra um diamante no fundo dum cofre (38)!" Diante deste necrológio de Spencer Vampré, que nenhum documento de valor justifica, nem um livro, nem um fato, nem um gesto, ocorre indagar:

— Que exemplos?

— Que ensinamentos?

Pode-se responder esmagadoramente com a insuspeita palavra dos que, cheios de injustificável simpatia, historiaram a vida da "figura cheia de mistério". Segundo Escragnolle Dória (39), esses exemplos eram de tal monta que os próprios estudantes viviam impedindo o seu querido professor de se entregar a contínuas libações alcoólicas. Segundo Lopes de Oliveira, que escrevia sob o pseudônimo de **Velho Sorocabano** e era parente de Francisco de Assis Vieira Bueno, discípulo de Júlio Frank, tradutor dos versos de Byron recitados na noite de Walpurgis do cemitério da Consolação, os ensinamentos só podiam ser os de um homem "muito supersticioso", que "prestava atenção a crendices e práticas indígenas" (40), freqüentando as "sessões de magia negra"..

Belos exemplos! Admiráveis e respeitáveis ensinamentos! Álcool, superstição e magia negra, trilogia que não justifica o túmulo na Faculdade, senão nas corujas ou mochos **minervais** que o ornamentam, símbolos dos agouros **e** dos dramas da Treva, emblemas da Noite...

O satanismo das sociedades secretas, depois das revelações dos livros de Domenico Margiotta, não são mais segredo para os estudiosos do assunto. Os paladistas americanos — diz esse autor — veneram Lúcifer como o Deus Bom, o Bom por excelência. Miss Diana Vaughan, que, mais tarde se arrependeria de seus desregramentos e auxiliaria à revelação das enormidades em que tomara parte, achara vestígios desse culto infernal entre os restos dos hereges valdenses que demoram no fundo dos vales do Piemonte. O grande pontífice do satanismo maçônico na Europa foi o aventureiro e ladrão Adriano Lemmi, que apostatou e se fez judeu, circuncidando-se (41). Ele conseguiu, aproveitando-se dos apertos financeiros duma família nobre, alugar em Roma o palácio Borghese e instalar o culto de Satanás na própria capital do Cristianismo. Quando foi obrigado a entregar aquela mansão fidalga, onde haviam residido Papas, aos seus legítimos proprietários, em maio de 1895, a imprensa publicou a seguinte notícia: "O TEMPLO DE SATAN — Os representantes da família Borghese, visitando o palácio, a fim de prepará-lo para as núpcias, descobriram um aposento vedado a todos e que recusavam abrir. Era o Templo Paládico, onde tronava a horrível imagem de Satan, rodeada de grande número de outras figuras e símbolos monstruosos, ornado de cortinados e tapeçarias vermelhas e negras (42)."

No seu número de 18 de maio de 1895, o jornal católico "Croix du Dauphiné", de Grenoble, estampava esta descrição: "As paredes

laterais estavam cobertas de magníficas colchas de damasco encarnado e negro. Cobria a do fundo uma grande tapeçaria sobre a qual se destacava a figura de Satan. Ao pé dessa imagem infernal, erguia-se um altar ou lareira. Aqui e ali, alinhados, triângulos, esquadros e outros símbolos da seita. Depois, livros e rituais maçônicos. Em volta, poltronas douradas, tendo, todas, na moldura que coroa o encosto, um grande olho de vidro iluminado por pequenina lâmpada elétrica. No meio do templo infame elevava-se o trono especial do Grande Pontífice Satanista (43)."

Segundo nos conta Domenico Margiotta o satanista convertido, nas cerimônias paládicas se canta o GODDAEL MIRAR, canto cabalístico luciferiano, o GENNAITH MENNOG e o VANERIAM OHBLERRAK, cantos obscenos e fálicos; se rezam, em lugar da Ave Maria, o AVE EVA! em lugar da Salve Rainha, o SALVE CAIM; em lugar dos Sete Salmos da Penitência, os SETE SALMOS A MOLOCH; em lugar da Ladainha da Virgem, o ABAH DE ASTARTEA; em lugar da Ladainha dos Santos, o ABAH DOS SETENTA E TRÊS; em lugar do Glória ao Padre, o GLORIA LUCIFER VICTORI (44).

O Paladismo Maçônico é um neo-gnosticismo maniqueu, segundo o qual Lúcifer é igual a Adonai, deus da luz e do bem, que vive lutando em prol da humanidade. O doutor Bataille estudou profundamente a questão num livro célebre e difícil de ser encontrado, porque os interessados o têm feito desaparecer — "Le diable au XXéme.siécle". A loja maçônica PALLADIUM, que espalhou o culto no mundo, foi fundada em Charleston, nos Estados Unidos, em 1801, pelo judeu Isaque Long, que para ali levou, como paládio, a figura do Bafomet templário e um crânio que declarava ser de Jacques de Molay (45). O PALLADIUM agia em íntima conexão com o Rito Escocês Antigo e Aceito, cujo Supremo Conselho do Brasil foi instalado no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1829, dois anos antes da abdicação e quando começava a funcionar a Bucha paulista, graças ao misterioso Júlio Frank, dado à magia negra, conforme afirma o historiador Escragnolle Dória (46). A maçonaria satânica prolongou-se até nosso país. Nada sabemos quanto a épocas mais remotas, porém, de acordo com os documentos do arquivo do Grande Diretório Central de Nápoles, o Rio de Janeiro era a Vigésima Oitava Província Triangular e seu grão-mestre, em 1890, era o sr. Henrique Valadares (47).

O Paladismo vê em Lúcifer um rival mais poderoso do que Deus, cujo triunfo, de acordo com o LIVRO APADNO, está marcado para 29 de setembro de 000999, ano da verdadeira luz, que corresponde a 1995 da era cristã (48). Domenico Margiotta é de opinião que "os

povos, para voltarem à sua primitiva grandeza, só têm um meio: abater e destruir completamente toda a lama maçônica judaica, porque maçonaria e judaísmo se dão as mãos e se completam, porque maçonaria e judaísmo são os verdadeiros inimigos do progresso, da civilização, do cristianismo (49)."

Na verdade, a maçonaria em qualquer de seus aspectos ou formas nada mais é do que uma seita religiosa maniqueia, sendo a última palavra de seus segredos e mistérios o culto de Lúcifer ou Satan, adorado nas lojas de retaguarda como o Deus Bom, em oposição ao Deus dos católicos, que os iniciados blasfemos chamam o Deus Mau (50).

De posse dos dados e documentos que aqui alinhamos é que se pode compreender a formal condenação das sociedades secretas pela Igreja, capitulada no Cânone 2.335 do "Código de Direito Canônico": "os que dão seu nome à seita maçônica ou a outras associações do mesmo gênero que conspiram contra a Igreja ou as legítimas potestades civis, contraem pelo mesmo fato a excomunhão simplesmente reservada à Sé Apostólica." O Cânone 2.336 condena com maiores penas os eclesiásticos que se filiarem a essas sociedades. Os Papas jamais cessaram de repetir suas condenações formais: Clemente XII pela Constituição IN EMINENTI, Bento XIV pela Constituição PROVIDAS, Pio VII pela Carta Apostólica ECCLESIAM A JESU CHRISTO, especialmente contra os carbonários, Leão XII pela Constituição QUO GRAVIORA, Gregorio XVI pela Encíclica MIRARI VOS, Pio VIII pela Encíclica aos Bispos do Mundo, Pio IX vinte vezes e Leão XIII pela Encíclica HUMANUM GENUS. A maçonaria, nas publicações que faz em sua defesa, costuma dar os nomes de clérigos que a ela pertenceram ou que a elogiaram em público. Não se deixem os fiéis desavisados e os padres enganar com o subterfúgio. A maçonaria é condenada e todos os que dela fazem parte estão excomungados **ipso facto.** A Igreja não compactuará nunca com a maçonaria. Jesus Cristo não faz concessões a Satanás. Este é o Pai da Mentira. Por isso, a maçonaria vive da mentira.

Somente o culto do demônio explica os atos de satanismo byroniano dos estudantes bucheiros de São Paulo, criados na escola secreta de Júlio Frank, cujo túmulo deveria ser retirado da Faculdade como sinal de que o Brasil cristão não suporta mais o poder das trevas, que o assassino de Kotzebue lhe impôs através da infeliz mocidade que a sua seita abastardou.

Capítulo V

A DIVINDADE DO MISTÉRIO

A maior prova de ter sido a abdicação de 7 de abril de 1831 obra das forças secretas e não das forças verdadeiramente nacionais se encontra na confissão de Joaquim Nabuco: "A abdicação surpreendeu a nação, que esperava somente mudança de ministério (1)." E acrescenta que o remédio fôra demasiado violento para os pequenos males de que sofria a nação, e poderia ter sido evitado com vantagem (2)!

Deu-se o mesmo fenômeno na proclamação da República, em 1889. O movimento militar visava a deposição do gabinete Ouro Preto, mas dele surgiu a surpresa da República maçônica-posítivista diante da nação estupefata. Assim, os poderes ocultos têm feito em todos os tempos, usando dos idealistas e dos inconscientes em seu proveito. O maior dos artifícios maçônicos é levar seus servidores a um fim, tendo em vista outro, o verdadeiramente secreto.

Citemos as sábias, insuspeitas palavras de Bernard Fay: "Em pleno dia, a Igreja Católica adora um Deus misterioso. O deus maçônico é evidente, porém a sociedade que o adora é toda mistério. Esse deus, reduzido a um princípio lógico (sic!), é um instrumento do espírito humano, enquanto que a sociedade, forte pelo seu domínio sobre os homens, é um poder obscuro. A maçonaria, desdenhosa do dogma, independente dos reis e da religião, mas envolta no seu segredo, que a ilumina como uma auréola, tem a suprema habilidade de substituir o Mistério da Divindade pela divindade do mistério (3)."

Iniciara-se a época que Justiniano José da Rocha denominava do "triunfo democrático inconstestado", coroando o "período de experiência e de luta" dos elementos monárquico e democrático, que durara de 1822 a 1831. Em 1836, iniciou-se, segundo o mesmo autor, a reação monárquica, que acabaria na maioridade. "De 1840 até 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violên-

cia, e é esmagado (4)." Esse **triunfo democrático** com a queda de um Império constitucional, de instituições liberalíssimas, melhor seria chamado **triunfo republicano,** gerando, como o reconhece esse autor, aquela violência tão própria do liberalismo mentiroso. Isso também não escapou à agudeza de Nabuco, que afirmou, de 1831 a 1840, uma experiência da República, a qual produziria "somente desapontamentos", de maneira que o desastre fôra completo e "a opinião republicana desaparecera da face do país como em França após o Terror (5)."

A nação francesa enojara-se da sangueira jacobina, instaurada pelo judaísmo e pela maçonaria; a nação brasileira enojou-se por sua vez da violência e da desordem assopradas pelas sociedades secretas.

Como em todos os triunfos demagógicos dos homens cuja mentalidade foi deformada hábil e lentamente no recesso das lojas maçônicas, surgiram as facções rivais e se entredevoraram. O 7 de abril, que "resultara de dez anos de embates entre as correntes monárquicas e democráticas", como diz Euclides da Cunha (6) ou, melhor, entre as correntes monárquicas e republicanas, influenciadas pelos poderes ocultos das buchas e maçonarias, não podia, dum momento para o outro, impor a paz a essas opiniões divergentes e envenenadas. A confusão dos espíritos prosseguira, mercê da velocidade adquirida. O país achava-se profunda e violentamente dividido. Essa divisão provocaria incessantes lutas estéreis, destinadas a enfraquecê-lo e levá-lo a um processo de esfacelamento, do qual milagrosamente foi salvo. Chocaram-se no cenário nacional **exaltados, reacionários** e moderados, muitas e muitas vezes de armas em punho, derramando o sangue dos heróis na arena da guerra civil, para maior gáudio daqueles que têm interesse vital na destruição das sociedades cristãs.

Foi ainda o princípio monárquico que salvou o Brasil da anarquia e da **violência democrática.** Confessa-o claramente o próprio Euclides da Cunha, embora deixando que lhe introduzira no espírito o curso da Escola Militar: "Somente as tradições dinásticas, mais tarde, permitiriam que entre os **Exaltados,** utopistas avantajando-se demasiado para o futuro até entestarem com a República prematura, e os **Reacionários,** absolutistas em recuos excessivos para o passado, repontasse o influxo dos **Moderados,** ou liberais monarquistas da Regência, o que equivalia à conciliação entre o Progresso e a Ordem, ainda não formulada em axioma pelo mais robusto pensador do século (7)."

O mais robusto pensador do século a que se refere o autor de "Os sertões" é Augusto Comte. Ignorando as questões judaico-maçônicas, que não preocupavam a sua geração, Euclides da Cunha não poderia suspeitar as ligações que existem entre a maçonaria e o positivismo, o que permitiu sua estreita colaboração na destruição do Segundo Reinado e na implantação da República sob o dístico "Ordem e Progresso". Os representantes, por assim dizer oficiais, do positivismo da época, Littré e Wirouboff, foram recebidos em 1873 pela loja parisiense **La clémente amitié.** "Essa recepção não foi um fato comum: quis-se assinalar que **a franco-maçonaria adotava toda a doutrina positivista,** isto é, a eliminação radical de toda idéia de moral, de todo fato que não pode ser experimentado pelos sentidos, em conclusão, o mais brutal materialismo (8)." Deu-se tanta importância a essa recepção que a referida loja celebra seu aniversário, solenemente, todos os anos. Na celebração de 1877, o **irmão** Júlio Ferry pronunciou um discurso alusivo, do qual extraímos os trechos mais significativos: "Se o positivismo fez sua entrada na maçonaria, é que esta era positivista de há muito, sem o saber. A fraternidade é uma coisa superior a todos os dogmas, a todas as concepções metafícas e não só a todas as religiões como a todas as filosofias. Isto quer dizer que a humanidade, que não é mais do que o nome científico da sociabilidade, é capaz de se bastar a si mesma; isto quer dizer que a moral social tem suas garantias, suas raízes na consciência humana, que pode existir sozinha, que pode, enfim, lançar fora suas muletas teológicas e marchar livremente para a conquista do mundo. Sois **um dos mais preciosos instrumentos** para essa cultura, para esse desenvolvimento da moral social e **leiga** a que pertenceis (9)." Referindo-se ao positivismo na "Masonic Review" de 16 de janeiro de 1874, o deputado e maçon italiano Mauro Macchi escrevia que o homem precisa da liberdade e esta consiste em libertar-se de qualquer responsabilidade além da morte, acreditando somente na matéria e no que os sentidos percebem, o que é positivismo puro.

Como se vê, dogma e moral da maçonaria são idênticos, no fundo, aos do positivismo. Sua aliança se faz, pois, naturalmente. **Qui s'assemble se ressemble.**

Apeado do trono o Imperador D. Pedro I, exaltados, reacionários e moderados se encontraram da noite para o dia donos do país que iam convulsionar. Agruparam-se logo em sociedades e clubes, como Os girondinos e jacobinos de 1793, grêmios que não passavam de Manifestações aparentes dos conciliábulos secretos que tomaram o Poder e somente sob esse disfarce podiam mostrar-se, atuando dire-

tamente nos acontecimentos políticos. Os exaltados fundaram a Sociedade Federal. Os resíduos absolutistas acoutaram-se na Sociedade Militar. Os moderados organizaram a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência, que se tornou o maior poder político da época, nominalmente presidida por um iniciado nas **grutas** de Coimbra, Odorico Mendes, onde pontificava Evaristo da Veiga (10), à frente de seu bando: Vergueiro, Limpo de Abreu, Carneiro Leão, Paula Souza. Os exaltados tinham à sua frente Epifânio José Pedroso, Pais de Andrade, o maçon mirandista fujão de 1824, Bernardo de Vasconcelos, os irmãos França, Miguel de Frias, republicano mutino, Cipriano Barata, artesão da intentona baiana de 1798 que levara os pobres alfaiates à forca. Dirigiam os reacionários José Bonifácio, tutor dos príncipes, Paranaguá, Cairu, Martim Francisco. Depois, veio ainda a formar-se a Sociedade Conservadora, composta de senadores, deputados, negociantes, generais e capitalistas, os que tinham o que perder e punham as barbas de molho, fazendo a propaganda da restauração. Todos esses clubes de declamadores vazios tinham sucursais nas províncias e somente serviram para entreter na capital do Império e propagar pelo interior lutas, conflitos, crimes e agitações (11).

A Regência Provisória, eleita pelas Câmaras, composta pelo marquês de Caravelas, o senador Vergueiro e o general Francisco de Lima e Silva, restituiu as pastas ao ministério despedido pelo Imperador no dia 5 de abril: Souza França, Francisco Carneiro de Campos, José Manuel de Almeida, José Manuel de Morais e o visconde de Goiana. Unicamente Holanda Cavalcanti foi substituído por José Inácio Borges. Mandou cantar um TE DEUM na igreja de São Francisco de Paulo e deitou, nestes termos, manifesto aos povos pasmados pela inesperada mudança governamental: "Compatriotas! Está terminado o primeiro e mais perigoso período de nossa tão necessária quão gloriosa (12) revolução. O Imperador acaba de sair do porto desta capital, retirando-se para a Europa. Uma embarcação de guerra nacional o acompanha até largar as águas do Brasil. Os nossos inimigos são tão poucos e tão fracos que nem merecem consideração; contudo o governo vela sobre eles como se fossem muitos e fortes. Mas, se nada temos a temer dos nossos inimigos, devemos temer de nós mesmos, do entusiasmo sagrado do nosso patriotismo, do amor da liberdade (13), e pela honra nacional que nos pôs as armas nas mãos. Vossa nobre conduta e vossa moderação, depois da vitória, podem servir de modelo a todos os povos do mundo. Não lanceis nela a mais pequena mancha. Confiai inteiramente no governo (14)."

Recolheram-se aos quartéis as tropas que se tinham indisciplinado e que, breve, deles sairiam para outras indisciplinas. Obediente às lições dos mestres, a soldadesca se desmandaria dali por diante em sucessivas quarteladas e pronunciamentos. Promulgou-se a eterna anistia aos implicados nos vários sucessos políticos, excetuados os estrangeiros.

Reinava uma calma aparente. A 9 de abril, os pequeninos príncipes, cujo pai rumava para o exílio e para a sua maior glória, à reconquista do reino lusitano, os pequeninos príncipes, órfãos de carinho familiar, entregues a uma tutoria política-maçônica, D. Pedro, Donas Januária, Francisca e Paula, compareciam em trajes de gala ao Paço da Cidade e José Bonifácio apresentava duma das sacadas D. Pedro ao povo, conforme se vê numa estampa de Debret. Debuxava-se o terror nos seus pálidos rostos infantis. Pareciam reféns, na opinião dum dos próprios ministros do novo governo (15). E, na verdade, não eram outra coisa.

Aquela calma durou pouco. Dias depois, a atmosfera toldava-se. Tumultos e desordens rebentavam por toda a parte, regidos por uma batuta invisível. As noites eram cheias de ameaças e violências. Atacavam-se os que se suspeitavam serem partidários do Imperador. Enfocavam qualquer resistência pelo terror, favorável aos manejos das trevas, o qual alastrava diante da incapacidade da política e da impotência das autoridades. O princípio da autoridade fôra mortalmente ferido por aqueles mesmos que dela se haviam apoderado.

Tudo era visivelmente conduzido de modo a enfraquecer o poder central, já de si dividido por três homens, um dos quais, Vergueiro, profundamente ligado à bucha e à maçonaria, poder, portanto indeciso e impotente. Surgiam de todos os lados jornais panfletários, semeando alarma e confusão, desfazendo reputações, provocando motins, acirrando ódios, baralhando idéias e princípios. Alguns com títulos nitidamente maçônicos: "A Nova Luz Brasileira", "O Exaltado de Jurujuba", êmulo daquela "Sentinela da Praia Grande" de antes da abdicação. "A Aurora", "O Independente", "A Astréa" envenenavam os cariocas; "A Bússola", os pernambucanos; "O Observador", os paulistas; "A Sentinela" e "O Eco da Liberdade", os baianos.

Nesse ambiente agitado, convulso, as manobras ocultas contra a incipiente riqueza nacional, já iniciadas, como vimos, ao tempo do motim dos mercenários. O comércio definhava a olhos vistos. A indústria e a agricultura anquilosavam-se. Reinava a falta de dinheiro, misteriosamente retirado da circulação. As rendas públicas diminuíam, assoberbando de dificuldades os governantes. O câmbio baixava. As apólices cotavam-se a menos 30% do seu valor.

Breve, as sedições começaram a espoucar por todo o país que mergulhava numa "decomposição espontânea" como a das juntas governativas anteriores (16). Por trás das sedições de caráter militar nas capitais, já se podia adivinhar um panorama trágico de rebeldias matutas que iam ser tangidas por um dedo invisível e misterioso como todas as suas irmãs da história, jaquerias sem razão e sem destino. Os jaques de 1358 queimaram os castelos, mataram e violaram sem saber bem por que, afirma o velho Froissard (17). Os primeiros queimadores de castelos da França revolucionária agiram do mesmo modo. Os bandos de Hoja, na Transilvania, em 1784, e os Robota da Boemia, em 1783, idem (18). Assim fizeram Cabanos e Balaios da Regência. Uma força oculta os impelia. Mas, quando se sabe que o movimento dos jaques é mais ou menos contemporâneo da grande conspiração maçônico-judaica dos Templários, que o dos transilvanos e boêmios corresponde aos manejos dos Iluminados na Europa Central e que o dos franceses corrobora a Grande Revolução, logo o segredo se aclara...

Euclides da Cunha sentiu como ninguém a tragédia das rebeldias matutas, mas explicou-as somente com os dados que se obtêm à luz meridiana, não com os que se vão procurar nos subterrâneos da história: ".. .questão mais séria, que passou despercebida e se destinava a permanecer na sombra até aos nossos dias. Era o crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e do litoral. O raio civilizador refrangia na costa. Deixou na penumbra os planaltos. O maciço dum continente compacto e vasto talhava uma fisionomia dupla à nacionalidade nascente. Ainda quando se fundissem os grupos abeirados do mar, restariam, ameaçadores, afeitos às mais diversas tradições, distanciando-se do nosso meio e do nosso tempo, aqueles rudes patrícios perdidos no insulamento das chapadas. Ao **cabano** se ajuntariam no correr do tempo o **balaio,** no Maranhão, o **chimango,** no Ceará, o **cangaceiro,** em Pernambuco, nomes diversos duma diátese social única, que chegaria até hoje, projetando nos deslumbramentos da República a **silhuoette** trágica do **jagunço** (19)."

Sedições borbulham ateadas a qualquer pretexto ou sem pretexto algum como que por mãos misteriosas. São fogachos que queimam e logo se apagam para novamente se acenderem. Prenunciam os grandes incêndios que quase consumirão o país inteiro. Já antes da abdicação, como em obediência a ordens desconhecidas, os quartéis se manifestavam. Na Bahia, no dia 4 de abril, a guarnição se insubordinou contra o general Calado, herói de Ituzaingó, que se encerrou com as forças fiéis no forte de São Pedro, pronto para a resistência.

Os amotinados ocupam o forte do Barbalho (20). Mas a luta não se trava. O presidente Araújo Bastos prefere um conchavo à maneira liberal, do qual resulta o embarque do general para o Rio, no dia 6. O conchavo não salvou o presidente que o fez. Sentindo-se fraco, desprestigiado, renuncia. E tudo, então, se acalma à espera de novas instruções para novas desordens.

Em junho, vem a furo o primeiro tumor republicano. O deputado Antônio Ferreira França apresenta um projeto, estabelecendo que o governo do Brasil fosse vitalício na pessoa do pequenino D. Pedro, sucedendo-lhe, por morte ou impedimento, um presidente das Províncias Confederadas do Brasil. "A Câmara decidiu que o projeto não fosse discutido (21)." Já fôra votada a lei organizando e dando atribuições à Regência, que seria permanente e sem poder moderador. Isto correspondia a verdadeiro enxerto republicano no regime monárquico (22). Vê-se aonde conduziam as tendências dóceis às sugestões das lojas, mas o projeto do deputado Ferreira França as tornava demasiado claras, o que não convinha.

Apresentou-o a 16 de junho. A 17, o parlamento elegia a Regência Permanente: Costa Carvalho, mais tarde marquês de Monte Alegre, Bráulio Moniz e o general Francisco de Lima e Silva, Dos três regentes provisórios somente se salvava, na segunda fornada, o de espada... Outras fornadas de regentes conjugados ou sozinhos se sucederiam. A nação ia mudar de governos como se muda de camisa...

A sedição baiana de 6 de abril, antecipando-se de modo curioso à abdicação, prenunciava outras, muitas outras. No Pará, a Sociedade Patriótica, dirigida pelo cônego Batista Campos, deu um golpe com a tropa e o poviléu assanhado, a 24 do mesmo mês, depondo o presidente da Província, barão de Itapicuru-Mirim, que se refugiou a bordo do brigue "3 de maio". Mas o general Soares de Andréa despejou-se dos quartéis com as forças fiéis, varreu as ruas à baioneta e repôs a autoridade. Gonçalves Campos foi preso violentamente em sua casa. Estudaremos mais minuciosamente a anarquia paraense no capítulo reservado aos cabanos. Enquanto o general Andréa permaneceu no Pará, a ordem não foi perturbada; mas o padre, através da Sociedade Patriótica, procurava impor sua saída aos políticos da capital.

Sentia-se que esses fogachos acabariam incendiando o Rio de Janeiro. Daí a necessidade de dar permanência, estabilidade aos regentes. Ao mesmo tempo, porém, reinava o **medo democrático** de fortalecer o poder. A Câmara, tonta, manobrada da sombra, dividida

em grupelhos palreiros e rivais, votava uma enxertia republicana na Constituição do Império e retirava de D. Pedro I o direito de nomear o tutor de seus filhos. Negava-lhe o pátrio poder para atribuí-lo à assembléia, isto é, à irresponsabilidade das maiorias ocasionais. A voz do visconde de Cairu protestou contra esse ato que hesitamos em classificar como enormidade ou mesquinharia. O fito não era arrancar diretamente a tutoria a José Bonifácio, mas enfraquecê-la em suas mãos, pondo-a na dependência do poder político, e, ao mesmo tempo, ferir de longe o monarca deposto, o **ingrato,** o **perjuro,** que, na linguagem do manifesto maçônico de Ledo e José Bonifácio, ferira e dispersara os obreiros de Hiram com o próprio malhete dourado que lhe haviam confiado...

A permanência dos regentes não era bastante para lhes dar força. Precisavam de mão hábil e enérgica que os guiasse e sustentasse. Escolheram para ministro da Justiça o padre e maçon Diogo Antonio Feijó, o qual seguia o idealismo pregado nas lojas, mas não até ao ponto a que chegava o anarquismo de muitos de seus contemporâneos. Estava disposto a combatê-los. Era um revolucionário liberal que não desejava ir além de certos limites. Essa sinceridade não impede os homens assim de inconscientemente trabalharem pelo Poder Oculto.

Quase todos os revolucionários liberais se medem pela mesma craveira. Vão somente até certo ponto, pensando que é possível deter-se ali. Alguns chegam, por exemplo, ao socialismo avançado. Ao comunismo, não. Diante do comunismo, querem recuar, ignorando que o declive fatal não o permite. Trabalham desta sorte a prol do comunismo, levando seu país à etapa mais próxima. Outros concluirão a obra que deixaram perto do termo. Desta forma, sugestionados por ideais falsos, utópicos ou mentirosos, embora parecendo atuar em campos opostos, os cristãos que se enfeudam às sociedades secretas vão servindo sem o saber à causa de Israel, o qual, alheio às competições que provoca, unicamente ganha com elas. Ele divide a sociedade cristã em campos violentamente opostos, enfraquecendo-a para a dominar. Enquanto os seus inimigos, pois de outra maneira não considera os gentios, se combatem, separados em grupos rivais que chegam até o derramamento de sangue, o grupo unido e coeso do judaísmo vai dando as cartas.

Feijó assumiu a pasta da Justiça. "Os olhos da população ameaçada, como escrevia Evaristo da Veiga, voltaram-se para este homem forte e íntegro." Era tempo. Os pronunciamentos militares estavam a rebentar por dias. Foi nomeado e tomou posse a 5 de julho. No dia 12, rebelava-se o 26º de infantaria no morro de São Bento. Dominado, foi

embarcado para a Bahia. Era o anúncio da "torrente revolucionária" a que alude Euclides da Cunha. Sua primeira vaga desaba sobre a Regência, frágil tapume que separa o Império da República e que às forças secretas convinha destruir. No dia 14, os exaltados conseguem levantar o corpo de Polícia e a maior parte dos batalhões de linha, desobedecendo ao comandante das armas, general José Joaquim de Lima e Silva, visconde de Magé, ocupando o Campo de Sant'Ana, eterno teatro de indisciplinas militares assopradas pela maçonaria, e exigindo alterações ministeriais, deportamentos e castigos. Como certos grevistas da atualidade, exigiam o que sabiam impossível obter, a fim de continuar o pretexto invocado para a agitação. Os exaltados queriam derrubar Feijó, que pusera fora do ministério Bernardo Gama, visconde de Goiana, e Inácio Borges, derrotado no parlamento por Bernardo de Vasconcelos, quando quase confessara a bancarrota do erário (23).

Deixando os arquartelamentos na noite de 13 para 14 de julho, a soldadesca de polícia desrespeitara os oficiais, saqueara as casas de comércio, matara quem encontrara e acampara de manhã no largo do Rocio, ligando-se com os outros sediciosos que ocupavam o Campo de Sant'Ana. Situação grave. Os homens de governo tremiam, indecisos. Pavor na cidade. Feijó não perdeu a calma e fez frente aos acontecimentos. Reuniu no Paço da Cidade os príncipes, os regentes e os ministros. As Câmaras declararam-se em sessão permanente. Havia um núcleo de tropas fiéis ao governo de que se podia lançar mão: a artilharia de marinha, o 1 - batalhão de artilharia de posição e o 5^2 de infantaria. Em torno dele, o ministro da Justiça organizou a resistência e preparou o ataque com três mil paisanos armados, os guardas municipais permanentes, muitos estrangeiros, o famoso batalhão de oficiais-soldados instituído para manter a ordem na cidade anarquizada após o 7 de abril.

No dia 15, os rebeldes mandam uma representação à Assembléia, que a repele. "Mostremos aos inimigos da ordem pública que os representantes da nação não se aterram!" exclamava Bernardo de Vasconcelos. A 16, a revolta estava vencida. Dissolvia-se a Polícia. Esfacelavam-se os batalhões sediciosos. Atufavam-se de presos Santa Cruz, São João e Villegaignon. Feijó aproveitava a ensancha para modificar a seu sabor o ministério, despedindo o general José Manuel de Morais e Souza França, substituídos, respectivamente nas pastas da guerra e do Império por Manuel da Fonseca Lima e Silva e Uno Coutinho. Do antigo gabinete somente se conservaram o general José Manuel de Almeida e o marquês de Caravelas (24).

A ação do ministro da Justiça se fez logo sentir em medidas fortes. "Patenteava o padre Feijó um ardor febril na luta travada contra os turbulentos. Entre muitas providências, recomendava em instruções expedidas aos juizes de paz a maior vigilância nas suas paróquias, tornava-os responsáveis pelos acontecimentos, e obrigava-os a reuniões semanais sob a presidência do intendente geral de polícia, a fim de se esclarecerem sobre as tramas revolucionárias e combinarem meios adequados a abafá-las (25)."

Os exaltados reagem contra o viril ministro na Assembléia. Martim Francisco, seu inimigo pessoal, organiza um grupo para hostilizá-lo: Francisco Gé Acaiaba de Montezuma, iniciado na universitária secreta de Coimbra, Antônio Ferreira França, republicano e maçon, Ernesto Ferreira França, idem, Rebouças, Castro Alves e Augusto May, de origem israelita. Apóiam o projeto com que Holanda Cavalcanti pretende aniquilar os frutos da vitória de 16 de julho: anistia aos amotinados, retirada de forças das municipalidades e castigo como rebelde a qualquer força que entrasse numa cidade sem licença do governo municipal. Era o extremo fortalecimento da política dos municípios em detrimento do governo geral, o estabelecimento oficializado da anarquia. Essas medidas foram rejeitadas nas sessões de 22 e 24 de julho (26).

De então por diante vamos assistir aos distúrbios dentro e fora do parlamento, obedecendo a dois sistemas de ataque ao governo regencial, de modo a evitar que se fortaleça: o sistema da quartelada, que mata a disciplina militar e cria a insegurança e a anarquia; e o sistema das idéias martelantes nos projetos de leis e suas discussões, criando o estado de espírito anti-monárquico a escorregar pouco a pouco para a República, enfraquecendo, no mesmo tempo, o poder e até os candidatos ao poder. Na aparente confusão de figuras e ideologias, o olhar percuciente nota que todos esses tons discordantes se fundem na harmonia misteriosa do Poder Oculto, em caminho para seus supremos objetivos, dividindo para debilitar, debilitando para imperar, servindo-se de todos quantos pensam servir-se dele para subir, cegos pela mesquinhez de suas ambições pessoais.

Há como que uma palavra de ordem secreta a que obedecem os pró-homens da política no trágico entremês dos primeiros tempos da Regência: descentralização. Notou-o o próprio Pereira da Silva, sempre tão desavisado. Essa descentralização se concretiza no projeto de reforma da constituição, apresentado por José Cesário, criando o Império Federativo, abolindo o poder moderador, última prerrogativa do soberano, último espantalho dos maçons, abrogando o Conselho

de Estado, alargando os âmbitos das Assembléias Legislativas e instituindo a Regência Una (27), presidência da República meio disfarçada. Em derredor dessas idéias fundamentais, a farândola das idéias maçônicas, habilmente sugeridas ou sugestionadas, brotando a cada passo no recinto da Câmara: abolição da religião de Estado, justiça eleita e não nomeada, o que seria judaizá-la ou bolchevizá-la, entregando-a, com a política, à irresponsabilidade do sufrágio universal, constituições provinciais, conversão do país à forma republicana por morte ou simplesmente impedimento de D. Pedro II.

Sob esse republicanismo que vem com pés de lã, com todos os disfarces maçônicos, o federalismo reponta. É a idéia desagregadora que será lançada continuamente pelo tempo além, cortejando certas aspirações provinciais, para atingir a meta final da República Federativa, cujos frutos são as hegemonias estaduais e os separatismos conseqüentes, levando-nos da desmoralização progressiva ao caminho do comunismo soviético. O mote "Federação ou Morte!" sucedia ao "Independência ou Morte!". Saint-Hilaire, que nos visitou na época, sentiu e compreendeu os graves perigos desse federalismo que vinha entrando paulatinamente na vida das idéias nacionais, cuidadosamente se alimpando das teias de aranha trazidas dos escusos subterrâneos das lojas e capítulos. O sábio viajante anunciou que ele romperia os fracos liames que uniam as províncias e geraria as **patriarquias** dos reguletes regionais, piores mil vezes do que um só tirano. Viu admiravelmente bem os males que hoje verificamos com a dura lição dos fatos.

A 11 de outubro de 1831, os irmãos Antônio e Ernesto Ferreira França, acompanhados por Alves Branco e Fernandes da Silva, voltam à carga com o projeto federalista das constituições provinciais (28). A mania do federalismo grassava por toda a parte. O velho senador Nabuco, que seria mais tarde reacionário, batera-se pelo federalismo no início de sua vida de jornalista (29).

Defendendo o princípio da autoridade, que periclitava, Feijó compreendeu a necessidade de se apoiar numa força armada de confiança, pois que o Exército, indisciplinado pelo maçonismo desde o 7 de abril, se convulsionava em mazorcas seguidas, sem finalidade patriótica. Não se podia mais contar com as antigas Milícias e Ordenanças, dependentes do ministério da Guerra, como tropas de segunda linha, definitivamente desorganizadas. Criou-se, então, a Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831, milícia civil dirigida pelo ministério da Justiça, tendo por missão a defesa da constituição, a manutenção da integridade do Império, do prestígio das leis e da ordem, auxiliando

ainda o Exército na defensão da soberania externa. Ela prestou "relevantíssimos serviços à ordem pública e foi um grande auxílio do Exército de Linha nas nossas guerras estrangeiras (30)."

As convulsões populares e militares espraiavam-se. Chegariam até Mato Grosso. A 7 de agosto, no Pará, desassossegado apesar dos esforços de Andréa, mal o retiraram do comando das armas, a tropa depôs o presidente Bernardo da Gama, visconde de Goiana, ex-ministro de Estado. Tinha querido depor seu antecessor. Queria depor um presidente. Atacava não os indivíduos por estes ou aqueles erros, sim o cargo, a autoridade. A 13 de setembro, tropa e populacho se amotinam no Maranhão, obrigando o presidente da Província, Araújo Lima, marquês de Sapucaí, a transigir, o que permitiria nova bernarda a 19 de novembro, eivada de lusofobia. Desta vez, o governo provincial teve de reagir. Os rebeldes lutaram. Batidos, muitos se afundaram nos sertões sob o comando do caudilho Damasceno, tornando-se salteadores (31), início duma das jaquerias a que já aludimos. Temos presenciado o mesmo fenômeno nas revoltas da República: a coluna Prestes, os remanescentes dos surtos comunistas de 1935, no Nordeste.

A 14 de setembro, estala o motim militar no Recife. Saque e matança. Tal qual no movimento comunista de novembro de 1935, ali mesmo. O coronel Lamenha Lins, veterano de 1824 e de Ituzaingó, reuniu milicianos e voluntários, derrotando os sediciosos, que nem sabiam o que queriam. Sitiados nos fortes da Soledade e do Brum, renderam-se. Mais de 300 foram mortos (32).

A 28, o republicano maçon Miguel de Frias desrespeita um magistrado no teatro São Pedro, põe a cidade em polvorosa durante dois dias e acaba preso com 30 companheiros. A 6 de outubro, é a artilharia de marinha, até então fiel, que se levanta na ilha das Cobras, trabalhada pela influência do velho conspirador maçônico, pode-se dizer profissional, Cipriano Barata. Os soldados libertam os presos. A tripulação da fragata "Paraguassu" adere, prendendo os oficiais no porão. Arriam-se dos mastros as bandeiras imperiais e tenta-se um desembarque que o capitão-tenente José Joaquim Faustino logra impedir à frente dum punhado de valentes, dando tempo ao preparo da reação. Dirige-a o general Pinto Peixoto, no dia 7. As baterias de São Bento bombardeiam os rebeldes. Duas colunas de ataque, comandadas por Santos Barreto e o futuro duque de Caxias, Luiz Alves de Lima, apoderam-se da praça. Cipriano Barata vai para a cadeia. Feijó demite o ministro da Marinha, general José Manuel de Almeida,

não se sabe bem se indolente ou conivente, substituído por José Joaquim Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí (33).

Na Bahia, o 26^{2} de caçadores, transferido do Rio de Janeiro, onde se rebelara, toma novamente as armas contra o governo. É vencido. A 15 de novembro, nova quartelada no Recife, com caráter nitidamente republicano, que se não estende além do forte das Cinco Pontas, logo abafada pelo próprio povo em armas (34).

Por que tantas desordens?

Não estava livre o país, por obra e graça do **povo maçônico,** da odiosa tirania de D. Pedro I, o perjuro e ingrato Guatimozim e Arconte-Rei? Que fundo descontentamento poderia lavrar na soldadesca e em certas camadas para justificar tantos e tão seguidos levantes? O povo, em verdade, não parecia compactuar com eles, pois que por quase toda a parte ajudava de bom grado as autoridades a sufocá-los. As forças secretas, cujos agentes, Cipriano Barata ou Miguel de Frias, apanhamos com a boca na botija, é que convinha manter a permanente e ruinosa agitação, desmoralizando o poder e esfacelando o país, que só um verdadeiro milagre salvaria.

Tantos motins e os do primeiro semestre de 1832 são as tentativas avançadas das grandes revoltas campônias, de fundo comunista, e republicanas, liberais, separatistas, de fundo bucheiro, carbonário ou maçônico, que se vão deflagrar enchendo as páginas tristes de nossa ensangüentada história até depois da maioridade do pequeno soberano entregue aos aventureiros políticos pelo Imperador deposto a 7 de abril. Olhemos rapidamente o esquema desses movimentos desagregadores em que o sangue de tantos bravos e dignos brasileiros foi vertido em holocausto ao Moloc do judaísmo envolto no mistério das monstruosas sociedades secretas, cancros do mundo: 1831-1832, revolta reacionária de Pinto Madeira, no Ceará; 1832-1835, revolta de Pernambuco sob o governo daquele mesmo Pais de Andrade, que fugira em 1824 e voltara sob o pálio da maçonaria internacional; 1835-1837, jaqueria da cabanagem, no Pará; 1837-1838, revolução na Bahia, a sabinada bucheira; 1838-1841, a balaiada anarquista, no Maranhão, Piauí e norte do Ceará; 1839, surto de fanatismo satânico, no sertão nordestino; 1835-1845, guerra dos Farrapos, do Rio Grande do Sul a Santa Catarina; 1842, revolução liberal maçônica e bucheira em São Paulo e Minas Gerais. Outras menores de permeio. O último estertor dessa anarquia generalizada: a revolta praieira, em Pernambuco, depois da maioridade.

Felizmente, houve um homem criado no seio das próprias sociedades secretas, cujo patriotismo acordou em face da dolorosa tragé-

dia nacional, homem de altas qualidades pessoais, de notável talento, sem sede de ouro, pobre sempre, que fez o primeiro esforço para dar marcha à ré a esse processo de desagregação do Brasil (35). Foi Evaristo da Veiga, que, "adivinhando a missão histórica do Império, salvou o princípio monárquico, identificado, então, com a unidade da pátria; prevendo a anarquia que esfacelaria o país, Feijó restaurou por um milagre de energia incomparável, a autoridade civil (36)." O apoio de Evaristo completou a obra benemérita de Feijó. Dois grandes historiadores reconhecem essa glória: Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. O juízo da posteridade está pronunciado.

Para conseguir isso, Evaristo da Veiga quase perdeu a vida. O Poder Oculto armou um braço para assassiná-lo a 10 de novembro de 1832. Mas a covarde tentativa falhou. Ela demonstra, contudo, que esse Poder, visando uma finalidade anti-cristã, não respeita de modo algum aqueles que lhes serviram de instrumentos, quando, por acaso ou abertos os olhos, lhe contrariam os planos. A perigosa e sombria divindade do mistério não tem entranhas. Os que engabela com seus sortilégios maçônicos, tornando-os, no dizer dum pensador célebre, **judeus artificiais,** não passam para ela de meros instrumentos de ocasião. Não servindo mais, abandonam-se ou eliminam-se.

Capítulo VI

A RELIGIÃO DO SEGREDO

O barão de Homem de Melo, em carta ao desembargador cearense Paulino Nogueira, datada de 30 de novembro de 1894, declarava não haver na história do Brasil episódio mais dramático do que o de Pinto Madeira, no Ceará (1). O coronel de milícias Joaquim Pinto Madeira, potentado sertanejo da região do Cariri, levantou-se a 14 de dezembro de 1831 contra a autoridade da Regência, em favor de D. Pedro I (2). Acompanhou-o o cônego Antônio Manuel de Souza, vigário da vila do Jardim. Foi essa a única reação anti-maçônica em todo o território nacional. Prova-o de sobejo a proclamação publicada na vila do Crato, depois de tomada pelo destacamento de linha local em revolta, auxiliado pelos sertanejos armados do coronel e do padre. Leiamos esse pouco citado e pouco conhecido documento, datado de 2 de janeiro de 1832:

"Brasileiros! (3) É chegada a época de nossa regeneração política! Época em que malvados liberais vão ser punidos de tão horrorosos crimes por eles perpetrados. Brasileiros! Estou em campo; reuni-vos a mim, e vamos desafrontar a nossa honra, honra tão manchada por essa vil escória de sevandijas, que com o título de liberais têm feito viva guerra à religião e ao trono do melhor dos soberanos. Brasileiros! Nem mais um dia devemos esperar, e mostraremos ao mundo inteiro o nosso ressentimento quanto ao extraordinário insulto feito ao nosso adorado Imperador, o Senhor D. Pedro I, no sempre execrável dia 7 de abril! Dia enfim que sepultará para sempre a honra brasileira no túmulo infernal da ingratidão e do opróbio, se um rompimento inesperado, se uma vingança terrível contra os malvados não aparecer nesta ocasião para nos separar do número deles. Brasileiros! O Senhor D. Pedro I, nosso adorado Defensor Perpétuo, foi insultado e esbulhado do nosso solo e dentre nós; porém há de ser vingado por nós! Brasileiros! Às armas! Vamos dar fim à obra gloriosa por nós encetada! Os malvados não vos resistem, pois os seus mesmos crimes os

fazem cobardes, enquanto que a nossa atitude e a santidade de nossa causa redobra nossos esforços, o que praticamente já foi demonstrado no campo da honra do Buriti (4). Brasileiros! Estou à vossa frente com três mil e oitocentos heróis bem armados e municiados, e jamais retrogradarei meus passos sem que ainda no mais remoto canto do Brasil se não respeite a religião de nossos pais (5) e o trono do Senhor D. Pedro I. E, em abono disto quanto vos acabo de dizer, só vos recomendo que, se eu avançar — segui-me; se fugir — matai-me; e se eu morrer — vingai-me (6) com a conclusão de nossa honra. Brasileiros! Viva a Religião Católica Apostólica de Nosso Senhor Jesus Cristo! Viva o nosso Adorado Imperador o Senhor D. Pedro I e sua Augusta Dinastia! Vivam os bons e fiéis brasileiros em geral, e em particular os habitantes do Jardim! (7)"

O teor da proclamação indica que Pinto Madeira esperava uma repercussão do seu movimento em todo o país. Todavia, ficou sozinho e não pôde passar além da região do Cariri, onde, naturalmente, teria de ser vencido mais cedo ou mais tarde.

Por que esperava essa repercussão?

Pinto Madeira fazia parte duma sociedade secreta, **Colunas do Trono,** fundada em Pernambuco em 1829, cujos órgãos de imprensa eram "O Cruzeiro" e "O Amigo do Povo" (8). "Alentavam-lhe as esperanças na vitória a proteção de políticos eminentes e as instigações dos clubes colunistas, cujos adeptos eram largamente espalhados no país (9)."

Por que lhe falhou esse apoio?

A tal sociedade secreta fôra instituída naturalmente com o fito de enquadrar, entre iniciados no **verdadeiro segredo maçônico,** os patriotas sinceros, monarquistas de convicção, católicos praticantes, como Pinto Madeira sempre deu provas de o ser, de maneira a trazê-los sob vigilância, podendo abandoná-los no momento em que se comprometessem entusiasticamente pela causa legitimista. A maçonaria tem uma habilidade verdadeiramente judaica em aproveitar-se de todos quantos os seus sortilégios possam seduzir, seja qual for o campo político em que atuem. Desde as lutas de 1817 e 1824, Pinto Madeira fôra "um dos realistas que mais se salientaram (10)." Era, pois, um elemento que, sendo possível, devia ser posto sob as vistas do Poder Oculto. As lojas **Colunas do Trono** não podiam ter outra finalidade senão captar e procurar dirigir os homens que sinceramente queriam a continuidade do Império e da Dinastia (11).

O grito legitimista e católico do Jardim não teve eco. Depois da vitória do Buriti e da conquista do Crato, os guerrilheiros de Pinto Ma-

deira e do padre Antonio Manuel, derrotados na sua marcha sobre Missão Velha, tiveram de enfrentar os bandos armados e as milícias do coronel Agostinho José Tomás de Aquino, e os soldados de linha do tenente Antonio Cavalcanti de Albuquerque, que cometiam os mais "horrorosos atentados contra os direitos civis, vidas e propriedades". Verdadeiros bárbaros, "mataram prisioneiros, queimaram casas, legumes e mobílias, roubaram grados, confiscaram bens dos dissidentes e receberam donativos gratuitos..." O general Labatut reclamava da Regência uma devassa contra os culpados de tamanhas atrocidades (11). A presença do presidente da Província no teatro da guerra matuta, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, não impedia a prossecução desses atos nefandos contra quem fosse suspeito de comungar as idéias dos **pintistas.** Todos os ódios e vinditas sertanejos se desaçaimaram sob o pretexto da guerra civil.

Como os destacamentos enviados da capital ao sertão, unidos com as guerrilhas e tropas sertanejas, não conseguissem dar cabo dos rebeldes nem penetrar a região caririense de que eram senhores, e como a intriga maçônica espalhasse o boato de que Pinto Madeira queria rebelar os escravos para reproduzir as matanças da ilha de São Domingos (12), o governo enviou para a Província convulsionada o general Labatut, soldado da Independência, que chegou a Fortaleza no brigue "Alcides", desembarcando no dia 23 de julho de 1832, com duzentos homens de infantaria.

A 31 de agosto, encontrou-se no Icó corm o presidente José Mariano, que regressou à capital. O general avançou pelo sertão, cautelosamente, indo acampar no Correntinho, entre Brejo Grande e o Grato. Para evitar derramamento de sangue, queria entender-se com os chefes rebeldes, aos quais já enviara uma proclamação, declarando que os direitos de todos seriam respeitados, bem como as vidas e prioridades, sob a proteção da Divisão Pacificadora do Norte (13).

"Pinto Madeira e o vigário Antonio Manuel, já extenuados de uma luta sanguinolenta de quase dois meses consecutivos, sem esperança mais de vitória, e cientes, por outro lado, da humanidade com que eram tratados pelo general os prisioneiros rebeldes, sendo uns postos logo em liberdade e outros recolhidos a cadeias suportáveis, convenceram-se de ter-lhes chegado a ocasião azada para deporem as armas, mediante uma só condição — de o general garantir-lhes a vida e aos seus camaradas, fazendo remeter a ambos para a Corte, onde esperavam justificar-se perante a Regência. A proposta foi aceita, e

no dia 3 de novembro os chefes rebeldes cumpriram sua palavra, depondo no Correntinho as armas com mais de três mil homens (14)."

A vindita particular, naturalmente assoprada do fundo das lojas, espiava aquele momento para cevar-se nos caudilhos prisioneiros. Labatut, porém, apesar de maçon mirandista, tinha uma alma reta de soldado. Sabia cumprir fielmente a palavra duma capitulação. Não mareava com a desonra de Jacob Rabbi, no Cunhau, ou de Amaral Gurgel, no Capão da Traição, os bordados de sua farda. Acompanhou os dois chefes presos até a vila do Jardim, no extremo sul da Província, de onde os enviou para o Recife "sob a guarda dum oficial de sua plena confiança, a cuja bravura deveram eles não serem maltratados (15)." Esse oficial era o capitão Joaquim da Silva Santiago, destinado a morrer picado a espada pelos cabanos do Pará. Levava um ofício ao presidente de Pernambuco, Bernardo Luiz Ferreira, no qual o general declarava ter concluído sua campanha sem dar um tiro, procurando apagar "a sede de sangue brasileiro" que animava os partidos e desmentindo pelo seu procedimento os "boatos acintosamente espalhados pelos intrigantes (16)." O boato, arma judaico-maçônica por excelência, arma de todos os tempos, arma da confusão e dos pescadores de águas turvas!

A maçonaria mostrou-se enfurecida com a generosidade de Labatut através, naturalmente, de seus órgãos aparentes. Os liberais do Crato não escondiam a fúria. O presidente da Província mostrava franco descontentamento. Dois anos depois, na sessão da Câmara dos Deputados de 24 de maio de 1834, dizia em discurso que "o general, em vez de pacificar o Ceará, tinha pelo contrário semeado a desordem, pois se havia entendido com os rebeldes e os protegera." Em 12 de dezembro de 1832, o ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês do Paraná, desautorizava o nobre procedimento do pacificador em ofício ao presidente do Ceará. A maçonaria somente propugna a anistia, o perdão **para os seus criminosos.** "O Clarim da Liberdade", órgão maçônico liberal do Aracati, fazia violenta campanha contra os atos do general, ameaçando-o até pessoalmente. Era autor dos virulentos artigos um alagoano, de estirpe um tanto confusa, Joaquim Inácio Wanderley, maçon, comprometido na revolução do Equador em 1824, que se refugiara, para evitar o castigo, no convento do Carmo (17), no Recife, de onde se evadira para o Ceará. Fixou-se no Aracati, mudou o nome para Joaquim Emílio Aires e continuou sua obra de maçonismo impenitente (18).

Pinto Madeira e o padre Antônio Manuel de Souza chegaram ao Recife, sendo metidos na fortaleza do Brum, de onde foram transferi-

dos para a escuna "União", transformada em presiganga (19). Dali já havia querido tirá-los o vice-presidente de Pernambuco em exercício, Manuel Zeverino dos Santos, a fim de remetê-los para o Rio de Janeiro. Mandou embarcá-los para esse efeito no paquete imperial "Pedro I". Mas, à última hora, constrangido por **influências poderosas,** recuou. Cobriu-se com as desculpas habituais em tais casos: descontentamento **do povo** por se "ultimar a injúria que o general tinha principiado a fazer ao presidente e às justiças ordinárias do Ceará"; inconstitucionalidade desse ato; falta de culpa formada e falta de jurisdição no requisitante, isto é, Labatut. Apesar de levado à parede, o vice-presidente não quis, como ele próprio confessou, depois de dar todas essas razões jurídicas, que **caísse só sobre ele o odioso.** Ora, é óbvio que, se tantas razões de natureza constitucional e jurídica militavam em favor do ato, ele não podia ser **odioso.** O vice-presidente, ao grito espontâneo que veio do fundo de sua consciência, esqueceu as razões que alinhavara e o próprio descontentamento que dissera lavrar no povo... Naturalmente, não podia declarar em instrumento público que as influências da maçonaria se disfarçavam por trás desses pretextos. Mas não se podia conter, sentindo a odiosidade do ato. Para lavar as mãos como Pilatos, consultou o Conselho do Governo da Província, o qual foi de parecer que os presos ficassem e o caso fosse levado à consideração da Regência (20). Esta aprovou o ato por aviso ministerial da Guerra de 5 de dezembro de 1832.

A 4 de agosto de 1833, porém, os dois prisioneiros foram embarcados no Recife, no brigue-barca "Vinte e nove de agosto", com destino ao Ceará. Chegaram de surpresa, no meado do mês, a Fortaleza, desembarcando cercados por vinte e cinco baionetas e sendo recolhidos à cadeia do quartel de 1ª linha, à disposição do juiz de direito. Isto foi no dia 18. No dia 21, eram, sob o pretexto da segurança e tranqüilidade públicas, reembarcados no citado brigue-barca e remetidos para o Maranhão, de onde seriam reconduzidos ao Ceará, quando chegasse a ocasião de serem julgados. Os pretextos invocados para isso pelo presidente do Ceará, José Mariano, que também se amparou nas muletas de seu Conselho Provincial, são duma futilidade irritante. Os manejos deviam ser outros, inconfessáveis... José Mariano alude a uma **urgente causa** que não especifica e se enreda no cipoal das pequenas desculpas: falta de guardas, de cadeia adequada, de segurança e até de dinheiro... (21).

Do Maranhão, Pinto Madeira voltaria a Fortaleza. De Fortaleza, iria para o Crato, onde o executariam. Vem à lembrança o Evangelho,

mal comparando, como diz o povo: Anaz mandou o Justo para Caifás; Caifás, para Pilatos; Pilatos, para Herodes; Herodes para Pilatos... Numa carta escrita às pressas à esposa, a fim de desanuviar-lhe cuidados, o infeliz Pinto Madeira dizia-lhe que, de Pernambuco, fôra a Fernando de Noronha, de Fernando de Noronha, viera ao Ceará e, do Ceará, seguia para o Maranhão, que estava bom, que os oficiais do navio **muito o estimavam,** fazia-se lembrado aos amigos íntimos e afirmava: "Quem segue a lei de Cristo e de sua Mãe Santíssima nunca se arrepende (22)."

A longa ausência dos desgraçados, penando de cárcere em cárcere, de presiganga em presiganga, não arrefecia o ardor dos ódios partidários e maçônicos contra eles. Os implicados no levante do Jardim, que a generosidade de Labatut deixara em liberdade no sertão, começaram a ser atrozmente perseguidos. Reagiram e, como corressem notícias da volta de D. Pedro I, que era o espantalho dos maçons, se tornaram ousados, batendo destacamentos de linha e até se apoderando de povoações. Um dos caudilhos dessa retardatária reação pintista fôra o célebre Joaquim José Machado. Havia estremecimentos nos sertões pernambucanos, onde os cangaceiros de Panelas de Miranda faziam guerra às tropas legais. Tudo isso era de molde a fazer recear pela permanência de Pinto Madeira no Recife ou em Fortaleza. Por acaso, um desses movimentos matutos podia vencer e pô-lo à sua frente, determinando grande efervescência nacional contra os liberais-maçons da Regência que se impopularizavam. O sucessor de José Mariano na presidência do Ceará, coronel Inácio Correa de Vasconcelos, reconhecia em documento público que bastara a vinda de Pinto Madeira e Antonio Manuel a Fortaleza para "despertar e animar seus sectários e comparsas espalhados pelos distritos da antiga e extinta comarca do Crato, pondo-os em uma atitude hostil (23)." O coronel quis esmagá-los e entrou pelo sertão. Os cangaceiros, como os vendeanos, evaporaram-se diante dele. Não pôde combater senão em proclamações. Em março de 1834, recolhia à capital. "À sua retirada, porém, levantaram-se e progrediram bandos de malfeitores, que tornaram a Província inabitável e intransitável no interior (24)."

A Regência escolheu um homem atilado e forte para impor ordem ao Ceará, José Martiniano de Alencar, revolucionário de 1824, "seminarista-maçon e inimigo feroz de D. Pedro I (25)". O hibridismo de clérigos-pedreiros-livres era, infelizmente, para a Igreja, demasiado comum na época. Na sessão do Senado de 19 de fevereiro de 1850, dezesseis anos mais tarde, defendendo-se de acusações, ele expôs

qual a situação em que encontrara a Província. O armamento espalhado no interior devido à rebeldia de Pinto Madeira andava pelas mãos de bandos de assassinos que assolavam certos rincões. Outros assassinos, "prepotentes e de séquito, faziam aterrar tudo." Imolavam-se vítimas dentro das próprias prisões. Algumas pessoas de prol abandonavam as vilas do interior, onde a vida se tornara impossível, refugiando-se nas províncias vizinhas.

Havia necessidade inadiável dum governo enérgico. Alencar começou a realizá-lo, naturalmente com alguma parcialidade política, pois era de família tradicionalmente ligada à maçonaria, às lutas e rebeldias sertanejas; naturalmente também com grande oposição.

"Poucos dias depois da sua posse, chega à capital, a 15 de outubro (1834), procedente do Maranhão, o paquete "Patagônia", trazendo a seu bordo Pinto Madeira, que, à requisição do ex-presidente Vasconcelos, era remetido para responder ao júri no Crato; ficando ainda em São Luiz, por doente, o vigário Antônio Manuel (26)". Alencar providenciou para o desembarque, custódia e remessa do preso para o interior; mas não foi quem o mandou buscar ao Maranhão. A culpa oficial disso cabe, documentadamente, a Inácio Correa de Vasconcelos, seu antecessor (27). Ele não fez mais do que receber e encaminhar o preso.

Este seguiu, escoltado, de Fortaleza para o Crato, onde entrou, após trinta e três dias de viagem, num cavalo, cujo cabresto era puxado por um soldado. As pernas estavam amarradas por baixo da barriga do animal; os pulsos, algemados. Fizera nessas condições uma travessia de 110 léguas (28)! O júri reuniu-se, convocado extraordinariamente, no paço da Câmara Municipal. No dia 26 de novembro de 1834, depois de sua entrada **triunfal,** como vimos, Pinto Madeira compareceu perante o tribunal popular. Havia pressa.

Tomaram parte no julgamento do infeliz: como presidente do júri, o tenente-coronel José Vitoriano Maciel, reformado da extinta 2ª linha de cavalaria, isto é, de Ordenanças, homem rico, que veio a morrer octogenário, na maior penúria; como promotor de justiça, o major Antônio Raimundo Brígido dos Santos; como advogado da defesa, o padre Manuel dos Santos Brígido, vigário encomendado da freguezia do Exu, em Pernambuco; como escrivão, Antônio Duarte Pinheiro; como conselho de sentença: José Gregorio Tavares, Antônio Ferreira de Lima Sucupira, Raimundo José Camelo, Manuel Joaquim Carneiro, o sargento-mór das antigas milícias Romão José Batista, Raimundo Gonçalves Parente, Manuel Carlos da Silva, Roque de Mendonça

Barros, Antonio de Oliveira Carvalho, Raimundo Pedroso Batista, José Ferreira Castão e Antonio Luiz do Amaral.

Com surpresa geral, o crime de que se viu acusado Pinto Madeira não foi o de rebelião, pelo qual havia sido "devassado e pronunciado" regularmente, mas o de homicídio! O crime político era posto de lado de modo formal, para que dum incidente contido na órbita de seus fatos naturais se fizesse um crime comum, a fim de que o réu não tivesse justificativa nem escapatória (29). Assim, seria mais segura a sua condenação. Como bem se sente, havia forças interessadas nela.

"O promotor público, por parte da Justiça, acusa o réu Joaquim Pinto Madeira pela morte feita a Joaquim Pinto Cidade, e diz por esta ou pela melhor forma de direito... (30)" Quem era Joaquim Pinto Cidade? Pinto Madeira o matara? Como, quando e por quê? Procuremos as respostas no próprio processo. O réu, à frente das tropas do Jardim — diz o Libelo — "inimigo do sistema jurado revolucionário" (?), bateu as tropas liberais no lugar Buriti; Joaquim Pinto Cidade, português, morador no Crato, acompanhou "como soldado" as tropas do governo para a Barbalha; foi feito prisioneiro por uma guarda avançada de Pinto Madeira, comandada por Francisco Xavier Veneno; Pinto Madeira ordenou a morte do prisioneiro, o qual foi executado. O réu — finalizava o Libelo — "é homem mau, péssimo, sem religião (!!!), já afeito em matar... deve ser afastado da sociedade como um ente pernicioso..."

Na sua defesa, Pinto Madeira não negou a rebelião, mas negou qualquer coparticipação na morte do português Cidade. Afirmou que, ao chegar à guarda avançada, já ele havia sido morto pelos soldados desenfreados e raivosos. Não o conhecia, nunca o tinha visto antes e até chegara a tempo de impedir que matassem um companheiro do referido Cidade. Das trinta testemunhas da acusação, vinte depuseram que sabiam do fato **somente por ouvir dizer;** três disseram de nada saber; duas ouviram os tiros **que mataram o Cidade;** duas afirmaram que foi morto **pela tropa** de Pinto Madeira; uma assegurou conhecer o caso **por ser do domínio público;** e unicamente uma **presenciou e viu** o comandante da vanguarda e seus soldados atirarem na vítima, depois daquele ter estado com Pinto Madeira... **Testis unus, testis nullus!**

Compareceram somente três testemunhas de defesa. O juiz não permitiu que se transcrevessem por escrito os depoimentos de duas. O da terceira foi completamente invertido. Ela protestou com energia. Ao sair do tribunal, deram-lhe tão bárbara surra que deitou sangue pela boca! Chamava-se João Martins do Nascimento. "À vista disso, o

réu pediu ao seu advogado que desistisse da inquirição das outras... **(31)"**

Ao conselho de sentença, o juiz logo apresentou os seguintes quesitos: 1 — Existe crime no fato ou objeto (?) da acusação? — 2 — O acusado é criminoso? — 3 — Em que grau de culpa tem incorrido? As perguntas, capciosas em si, não deixavam margem a evasivas. Era pão-pão, queijo-queijo. O conselho respondeu sim às duas primeiras e capitulou o crime, **com circunstâncias agravantes,** no art. 192 do Código Criminal, o que correspondia à pena máxima. O presidente do tribunal leu, por conseguinte, a sentença de morte.

Quando terminou a leitura, Pinto Madeira disse, calmamente:

— Apelo!

O juiz José Vitoriano replicou-lhe com arrebatamento:

— Não tem apelo nem agravo, senhor coronel, prepare-se para morrer que morre sempre (32)!

Vê-se bem que um **poder superior,** aproveitando-se da paixão política como instrumento, condenara de antemão o pobre Pinto Madeira à morte, **sem apelo nem agravo...**

"O réu foi logo passado para o calabouço, e no dia seguinte, quase ao escurecer, para o oratório, nada se tendo poupado para aterrá-lo ou amofiná-los nos seus últimos momentos (33)." Às seis horas da tarde, os sinos começaram a dobrar a finados. O desgraçado perguntou por quem eram aqueles dobres. O comandante da guarda, sargento de 1ª linha Manuel José Braga, o Braga Caraôlho (34), respondeu cruelmente:

— São pelo senhor que vai morrer amanhã de manhã (35)!

Pinto Madeira não deu uma palavra. "Sinais de véspera, coisa nunca vista nem contada (36)!" O ódio maçônico tem desses refinamentos.

Distribuíam-se pela cidade versalhadas manuscritas contra o "monstro", "o ímpio", "o malvado", "o dragão" (37). Nada, porém, acobardava o ânimo varonil e cristão de Pinto Madeira. Nem uma recriminação, nem um queixume, nem um pedido! Um único protesto, o contra a morte ignominiosa na força, porque supunha assistir-lhe o previlégio, como oficial superior, de ser passado pelas armas. Todavia, sua patente de tenente-coronel, comandante do *78º* de caçadores da *2-* linha, já fôra cassada pelo governo (38).

A forca de trave de aroeira fôra erguida no alto do Barro Vermelho. Para ela, dirigiu-se o préstito, com o condenado, às oito horas da manhã. Na frente, apregoando a sentença, o porteiro dos auditórios. Pinto Madeira, logo após, "calmo, passo firme, vestido de calças de

brim branco e jaqueta de riscado, entre os confessores da agonia, com uma corda de tucum ao pescoço, em cujas pontas segurava o carrasco Cosme Pereira da Silva, por alcunha **Cavaco** (29)." Seguia-se o juiz de direito interino, Antônio Ferreira Lima, a quem o juiz leigo José Vitoriano passara o cargo, o juiz de paz, Antônio Vicente de Moura, e o escrivão. Atrás, a força sob o comando de Francisco Pereira Maia, "a alma de toda essa tragédia" (40). Era o célebre Maínha, rival de Pinto Madeira na influência política local, egresso dos cárceres da Bahia, homem odiento e sedento de vingança. Depois da rebelião pintista, tornara-se com a vitória da legalidade o "verdadeiro ditador da comarca" (41).

"Ao chegar o préstito ao patíbulo, depois de haver percorrido algumas ruas, Pinto Madeira pediu aos seus confessores que obtivessem a comutação da pena em fuzilamento, poupando-se-lhe deste modo a ignomínia de ser enforcado como um malfeitor, ele que fôra um coronel de milícias. Então, José Vitoriano, conferenciando com Moura e Maia, este decidiu-se logo pelo deferimento; mas Moura se opôs, alegando em contrário o preceito expresso da lei. Mais, então, caráter impetuoso e resoluto, cortou logo o nó gordio com este dilema, que valeu na ocasião por uma verdadeira Razão de Estado:

— Pois, ou o réu é fuzilado, ou volta para a cadeia, para apelar como também é preceito expresso da lei!

À vista disto, não houve outro remédio senão serem satisfeitos os últimos desejos do réu (42)."

O sargento Braga escolheu cinco soldados para constituir o pelotão de fuzilamento. Um deles, Miguel do Couto Garcez, recusou-se e foi logo preso. Outro o substituiu. Um cabo de esquadra, pálido de emoção, quase tendo uma vertigem, comandou o pelotão. Sentaram o réu numa cadeira presa a uma das traves da forca. O comandante Maia ofereceu-lhe um lenço para cobrir o rosto. Pinto Madeira recusou-o, desdenhoso, com estas simples palavras:

— Eu também tenho.

O cabo tirou-lhe uma de seda de ramagens, dos que chamam de Alcobaça, do bolso da jaqueta, com que lhe tapou a cara. A descarga prostrou-o. Caiu de bruços, murmurando:

— Valha-me o Sacramento!

O soldado Gonçalo Rolão deu-lhe o tiro de misericórdia, ao ouvido (43).

Sepultaram o corpo na matriz do Crato. Mais tarde, revolvida a catacumba, não se sabe bem como nem por que, encontraram o crânio, que até o ano de 1848 andou rolando pelo chão no lugar onde

ficava a pia batismal (44). "Não tardou, porém, que a reação popular, exagerando a desgraça de Pinto Madeira, chegasse ao ponto de atribuir-lhe milagres! Asseveram ainda hoje pessoas fidedignas que essa crença foi tão profunda no povo que, ao perder alguém um objeto, tinha a certeza de achá-lo, oferecendo um padre-nosso e uma ave-maria à alma de Pinto Madeira (45)!" "Os últimos momentos do condenado fizeram calar no ânimo do povo tamanho sentimento de veneração por ele, que ficou, muitos anos, como um intercessor para os infelizes. Rezavam-lhe para obterem favores do céu (46)." "Os últimos momentos do infeliz chefe imperialista impressionaram tão vivamente o espírito do povo que muitos o ficaram tendo na conta de santo e à sua intercessão se socorriam, quando queriam pedir a Deus alguma coisa (47)."

Estes testemunhos de historiadores como João Brígido, Paulino Nogueira e o barão de Studart demonstram qual o verdadeiro sentimento popular diante do horrível crime judiciário praticado contra o infeliz cabecilha sertanejo por uma política maçônica. Não lhe valera nem a anistia com que a maçonaria acode sempre aos irmãos da Acácia em apuros. Proposta ao Senado em 1832, fôra rejeitada por dezoito votos contra dezessete (48)!

O juiz José Vitoriano participou o atentado ao presidente Alencar com o mais deslavado cinismo, declarando o réu "odiado de todas as pessoas beneméritas" (49), não se lhe tendo feito injustiça nem se faltando a um só requisito da lei (50) Alencar, informado da maneira por que se fazia o processo, substituindo o crime de rebelião pelo de homicídio, já havia mandado um estafeta ao Crato, a toda pressa, o qual quando lá chegou, encontrou tudo ultimado (51). Em ofício de 1^2 de dezembro de 1834 veio a participação da execução. O presidente respondeu, declarando seu profundo desagrado pela execução do réu sem a apelação da lei e censurando acremente o juiz, que se não podia desculpar nem com a ignorância para infringir "os princípios do direito e da humanidade". Classificou o feito como um "ato de ferocidade", derramamento ilegal de sangue, e mandou apurar as responsabilidades (52). Em ofício de 28 de dezembro ao ministro da Justiça, transmitia o presidente a notícia do fato, manifestando seu dissabor e mostrando que o interior do Brasil não estava "bem preparado para as instituições que garantem o nosso Código do Processo Criminal". E dizia mais: "Eu não podia prever que as autoridades do Crato o justiçassem ilegalmente".

O juiz de direito justificou-se humildemente, reconhecendo-se justamente repreendido pelo erro, falando do **orgulho do povo ofen-**

dido (53); alegando que o próprio réu declarara não lançar mão de recurso algum, "porque via que com a força ninguém podia", para provar o que juntava um atestado do promotor que funcionara no júri (logo de quem!), Antônio Raimundo Brígido dos Santos, sobre o clamor do povo contra o "monstro"; pedindo desculpas servis e prontificando-se a ser castigado (54).

Replicou-lhe o presidente às "coartadas de defesa", dizendo-se inclinado a crer na sua **boa** fé e mandando levasse ao conhecimento da Regência "uma conta bem circunstanciada dos motivos que o induziram à execução do réu Pinto Madeira" (55). O juiz fez o relatório e remeteu-o. A Regência não aceitou **a** justificação e mandou fazer efetiva a responsabilidade de quem deixara de cumprir as claras disposições da lei penal (56). Alencar deu cumprimento à ordem da Regência, que exigiu mais a remessa do processo de responsabilidade, logo que ficasse pronto. A coisa parecia séria. Fê-lo o promotor público do Crato, que era parte nele! Seguiu para a Relação de Pernambuco. Estava-se já em 1836 e as influências secretas tinham tido de sobra tempo de obrar em favor de seus instrumentos. Os acusados foram **absolvidos** pela sua **ignorância do direito...** A Relação esquecera os grandes preceitos jurídicos: **Nemo jus ignorare debet** e **Ignorantia legis nemini excusat** (58). Ora, se ninguém deve ignorar o direito e se **a** ignorância da lei não desculpa ninguém, como absolver, depois de tantos ofícios **enérgicos** e condenatórios, magistrados, embora leigos, mas magistrados? Vê-se que a indignação das autoridades superiores não passou de mera comédia...

O presidente José Martiniano de Alencar foi continuamente acusado de ter cooperado para esse **assassínio jurídico.** Muitos jornais o atacaram com grande veemência de linguagem. Em 1837, na Câmara, Bernardo de Vasconcelos, Honório Hermeto, Miguel Calmon, Bernardo da Gama, Figueira de Melo e Martim Francisco o acusaram diretamente. Na sessão de 21 de maio desse ano, entre outras coisas, dizia Martim Francisco: "Sr. Presidente, se eu pudesse rasgar o véu que oculta o mistério de semelhante atentado; se eu pudesse revelar nesta Câmara o nome da pessoa ou pessoas, que esse presidente encarregou de assassinar a Pinto Madeira, ou a quem quis encarregar, ou a quem falou para assassinar a Pinto Madeira, apenas chegado à Província do Ceará, todo o mistério **(sic!)** estava patente, toda a discussão tinha acabado; mas a RELIGIÃO DO SEGREDO (59) me o veda, e é por isso que entrarei na análise dos fatos, que se apresentam nesse processo monstruoso, que levou Pinto Madeira ao patíbulo." E passava a articular **indícios veementes** contra Alencar.

Simples briga entre irmãos da Acácia. Tanto assim que, em 1840, sob o ministério de que faziam parte Antônio Carlos e Martim Francisco, Alencar era, com seu beneplácito, nomeado para governar outra vez a Província do Ceará (60). O fato aqui digno de nota e irrefutável é a confissão, em pleno parlamento, feita por um homem como Martim Francisco, do VÉU DO MISTÉRIO, de TODO O MISTÉRIO que envolvia o **assassínio jurídico** do antigo **Coluna do Trono,** rebelado contra o maçonismo imperante, que tramara e conseguira a abdicação, MISTÉRIO que somente não podia ser revelado graças à RELIGIÃO DO SEGREDO. Que RELIGIÃO DO SEGREDO é essa? Por certo, não pode ser a católica, que só admite os segredos do confessionário no sacramento da Penitência. Não parece tratar-se de mera alusão a um segredo prometido a amigo ou a necessidade de guardar certa discreção. Para isso, usam-se de outros termos. Essa fórmula aí é muito ritual, muito séria: a **Religião do Segredo** coberta pelo **Véu do Mistério!** Assim, quando brigam as comadres é que se sabem os segredos de sua religião misteriosa...

A defesa de Alencar, na Câmara, podia ter sido melhor (61). Se exibisse o primeiro ofício ao juiz criminoso, documentaria sua não coparticipação **oficial** no assassínio jurídico. Todavia, é bem possível que essa energia e indignação não passassem de atitude de efeito, destinada a encobrir a atitude particular, que podia ser outra. De fato, as acusações contra ele partiram de todos os lados e tiveram a esposá-las vozes famosas; também sua atitude para com o juiz culposo, depois do ofício servil desse logo se abranda e dá crédito à sua **boa fé.** Por sua vez, a Regência expediu ordens peremptórias para se apurarem responsabilidades. O processo foi feito por um promotor que participara do crime jurídico. E a Relação absolveu os culpados...

Se não fôra a RELIGIÃO DO SEGREDO, rasgar-se-ia o VÉU DO MISTÉRIO! "Quem fez tal revelação a Martim Francisco, fê-la sob a RELIGIÃO DE TÃO INVIOLÁVEL MISTÉRIO que nem a paixão partidária, nem a inimizade pessoal, nem o tempo que tudo consome tiveram força bastante para quebrar o segredo (62)!" Que SEGREDO terrível!

O padre Antônio Manuel de Souza, antigo Constituinte, companheiro de lutas e de prisão do infeliz Pinto Madeira, alcunhado o BENZE-CACETE, porque diziam que benzia os cacetes dos pintistas, não pôde vir do Maranhão para o Ceará "por se achar bastante enfermo" (63). Escapou, assim, à forca levantada no Crato pela RELIGIÃO DO SEGREDO, sob o VÉU DO MISTÉRIO. Essa mesma **religião** que levou Pinto Madeira à morte pelo fuzilamento e que cobre

com a capa de chumbo do silêncio a memória do mártir cearense, venerado pelo povo sertanejo como um órago, é a mesma que quebrou lanças em prol do português Ratcliff e ainda hoje vive comemorando, sob o disfarce de verdadeiros heróis e santos, unicamente os que a serviram. Quase todos a serviram, na verdade, iludidos pelas suas ideologias e pelo seu falso liberalismo, crentes de que serviam as grandes causas da Liberdade, da Fraternidade Humana e do Brasil.

Não se compreende que para servir essas causas seja necessária a RELIGIÃO DO SEGREDO. São causas que é honra servir publicamente.

Capítulo VII

TARTUFO E O PODER OCULTO

A Regência era a convulsão contínua. O remédio da abdicação — como o reconhecia Joaquim Nabuco — fôra demasiado violento para os pequenos males que afligiam o Brasil. As forças secretas não dão água tofana somente aos indivíduos; dão-na também às nações sob a forma açucarada dos xaropes liberais. Quando elas não morrem disso, na epilepsia dos comunismos e anarquias, adoecem para sempre na podre politicalha do falso liberalismo. Aquela anarquia espontânea das juntas governativas a que aludira Euclides da Cunha, também assoprada da maçonaria, quase levara, antes da Independência, nossa pátria ao separatismo sonhado pelo Poder Oculto. D. Pedro I, o **perjuro** e o **ingrato,** salvara a unidade nacional. De novo, ela periclitava nos dias tumultuarios da Regência, em que o **véu do mistério** cobria a maior parte dos acontecimentos. Separatismo e República rondavam nas sombras daquela ensangüentada noite política o berço em que dormia, órfão de carinhos maternos e com o pai no exílio, o pequenino D. Pedro II.

Nos bastidores maçônicos da política, onde imperava aquela **religião do segredo** invocada publicamente pelo **irmão** Martim Francisco, as lançadeiras das tramas se cruzavam e recruzavam. O governo, o tutor dos príncipes-reféns, as Câmaras, os militares indisciplinados, todos lutavam entre si. Ninguém se entendia. Como que a abdicação tinha sido um apagar de luzes no começo dum conflito. O conflito continuava no escuro, os amigos, às vezes, batendo nos amigos. Só os pontífices da **religião do segredo** sabiam o porque daquela confusão. No momento preciso de entrar tudo na ordem predeterminada, o marcador secreto da trágica quadrilha gritaria:

— **À vos places! Balancé!**

Os sertões nordestinos começavam a ficar em ebulição. Os pintistas do Ceará guerreavam pelo Cariri e pela Serra Grande. De Alagoas a Pernambuco, com sua base de operações em Panelas de

Miranda, o facinoroso Vicente de Paula capitaneava maltas de índios mansos, súcias de escravos, bandos de cangaceiros, devastando as cercanias, batendo os destacamentos e tomando-lhes as armas. Pintistas e cangaceiros tinham, ao princípio, no fundo, o sentimento chuã da terra da tradição: respeitavam a religião e o trono, diziam-se **chimangos,** o que significava conservadores ou reacionários. Mais tarde, como veremos oportunamente, essas reações foram transformadas em verdadeiros surtos comunistas.

A ebulição era a lei geral em 1832. A 26 de fevereiro, Guanais Mineiro revolucionava a região de Cachoeira e São Félix, na Bahia, hasteando a bandeira azul e branca do Federalismo, cores de Israel e do pavilhão da República Bahiense de 1798. Preso com algumas dezenas de companheiros no forte do Mar, revoltar-se-ia novamente em abril de 1833(1).

A 12 desse mês, sedição em Manaus, com o assassínio do comandante das armas, coronel Joaquim Filipe dos Reis (2). Foi como que um dos golpes da defeituosa articulação da bernarda republicana do dia 3, no Rio de Janeiro, promovida pelo famigerado major Miguel de Frias, monarquista até a abdicação e republicano exaltado após o 7 de abril (3). Estava preso na fortaleza de Villegaignon. Revoltou a guarnição e desembarcou em Botafogo com trezentos homens e uma peça. Marchou pelo Catete e foi ocupar o Campo de Sant'Ana. Proclamou a destituição da Regência, a dissolução das Câmaras e a instituição da República. Mandado contra ele, o major Luiz Alves de Lima carregou-o à frente dos Permanentes. Pôs-lhe em debandada os companheiros e perseguiu-o a galope. Frias embarafustou pela residência do desembargador Nabuco, à rua do Areai. O major apeou-se e entrou na casa. Havia um quarto fechado. Abriu-o. Lá dentro, estava o fugitivo. Conta o biógrafo do futuro duque de Caxias, o padre e maçon Pinto de Campos, que tornou a fechar a porta e se retirou, sem dar palavra, o que permitiu ao outro poder eximir-se ao castigo e retirar-se para os Estados Unidos, de onde voltaria, mais tarde, servindo no estado-maior do então general chefe do exército contra Rosas, apesar dos protestos de muitos (4).

Por que o futuro grande homem não efetuou, como era de seu dever de soldado, a prisão do turbulento inimigo do regime que ele defendia? Por que não lhe pediram contas por isso? Por que se atribuiu o fato a mera generosidade de camarada para camarada? Talvez a única explicação plausível seja esta: ambos eram maçons. Ao se defrontarem sem testemunhas, com certeza o perseguido levou as mãos com os dedos enclavinhados e as palmas viradas para fora,

ao alto da cabeça, fazendo o sinal de socorro e soltando o grito de auxílio a que nenhum **irmão** pode faltar de acordo com seu juramento:

— A mim, **os Filhos da Viúva!** (5)

A 14, uma explosão da mesma articulação falha, em Pernambuco. Vimos idêntico fenômeno no governo Artur Bernardes, de 1922 a 1926, e nos recentes surtos comunistas. O tenente-coronel Francisco José Martins sublevou-se, arrastou a guarniçao do Brum e tomou conta do bairro do Recife. As milícias e as forças de marinha dominaram o movimento (6).

De novo, a 17 de abril de 1832, o Rio de Janeiro em polvorosa. O motim dessa vez era reacionário. Queria depor a Regência e queria a volta de D. Pedro I. Na véspera, fôra preso um dos conspiradores, tentando seduzir os guardas nacionais de serviço no Arsenal de Marinha. O governo estava de sobreaviso. A fortaleza de Santa Cruz amanheceu revoltada. A cidade foi logo atacada por mar e por terra. Os rebeldes tentaram um desembarque no cais da Glória e foram repelidos. O aventureiro hanoveriano Hoiser, barão de Bülow, à frente de quinhentos homens, com duas peças, veio de São Cristovam pelo Aterrado, hoje Mangue. Os Permanentes de Luiz Alves de Lima, o esquadrão de Minas, do capitão Mascarenhas Peçanha e os guardas nacionais de Saturnino de Souza Oliveira carregaram-nos e os desbarataram (7). Fugas e prisões. José Bonifácio muito suspeitado de conivência. A Família Imperial transferida para o Paço da Cidade.

Não há mais sossego. Quando falham os golpes armados, vêm as revoluções parlamentares. Acirrava-se a luta entre o Senado, conservador, e a Câmara, liberal. Na noite de 29 de julho, pequeno grupo de deputados, a minoria ativa e ousada da moderna técnica comunista, trama verdadeiro golpe de Estado, destinado a abolir o Senado e o Poder Moderador (8). O Senado havia querido exautorar José Bonifácio e dar o tombo em Feijó. Na sessão de 30, apresenta-se à Câmara o projeto que a transforma em Assembléia Nacional para reformar a constituição, aconselhado por Feijó em luta com o Senado e desconfiado de estar José Bonifácio conspirando pela restauração, devendo Antônio Carlos encarregar-se de ir chamar D. Pedro I na Europa. Os moderados tinham combinado tudo em "reunião secreta". Criou-se uma agitação fictícia, a fim de se poder "explicar o ato revolucionário". Mas Honório Hermeto Carneiro Leão, rompendo à última hora o que fôra combinado, pronunciou um discurso contrário, que mudou a opinião da maioria. A sessão entrou pela noite. No dia 31, o projeto foi retirado e o ministério demitiu-se. O que lhe sucedeu só foi organizado a 3 de agosto. Durou somente até 13 de setembro, um mês e dias (9).

Não se findaria o ano de 1832 sem outro levante militar, o do 10º de caçadores, na Bahia, desarmado pelos soldados fiéis de Correa Seara e embarcado para a capital do Império. A 26 de novembro, a Regência o dissolveu (10).

Era incessante a luta inglória e impatriótica em que recursos e vida do país se esvaíam para gáudio dos interessados no seu enfraquecimento e divisão. Chocava-se o espírito conservador e moderado com o espírito de exaltação e aventura política; chocava-se a "franca tendência para a federação", a que alude Calógeras (11) com os desejos restauradores. E, no meio do caos, os comodistas, **caracóis** ou **caramujos,** engrossando as fileiras para cujo lado se anunciassem as vitórias rápidas e efêmeras.

"Palavras e teorias estéreis", em conflito, continuaram a encher o ano de 1833. Revolta em Ouro Preto, a 22 de março. As tropas depõem o presidente da Província, Manuel Inácio de Melo e Souza, depois barão de Pontal. Prendem-no e o expulsam com o vice-presidente, Bernardo de Vasconcelos, que o povo de Queluz liberta e que vai instalar o governo em São João d'El Rei. As forças legais sufocam o pronunciamento a 19 de maio (12). Em Belém, a 16 de abril, combatem nas ruas os partidários da continuação no governo provincial do coronel Machado de Oliveira contra os que querem empossar o novo presidente e o novo comandante das armas nomeados pela Regência, Mariani e Correa de Vasconcelos, saindo os primeiros vencedores (13). É o desprestígio do poder central da nação, erigido ele próprio sobre as traições maçônicas do 7 de abril. Na Bahia, a 26, rebelam-se os federalistas presos no forte do Mar (14). No Rio de Janeiro, a 5 de dezembro, o povo desaçaimado e atiçado pelos mutinos empastela jornais e a sede da Sociedade Militar (15), clube conservador oposto aos clubes exaltados nessa época de sociedades e clubes.

É o prelúdio da queda definitiva de José Bonifacio, que todos diziam trabalhar pela restauração do **ingrato.** No dia 15, o governo suspendeu-lhe a tutoria, substituiu-o pelo marquês de Itanhaen, arrancou-o do paço de São Cristovam, violentamente, e confinou-o na ilha de Paquetá(16).

Em 1834, o fermento da desordem penetra até no longínquo Mato Grosso. Corriam vozes de pretensa conspirata para o regresso de D. Pedro I, **vozes malevolamente espalhadas.** Diziam que o ex-Imperador viria servir de regente ao filho pequenino. Em muitas Províncias, organizavam-se clubes aparentes, sob a inspiração oculta das lojas, a Sociedade dos Zelosos da Independência (17), mais uma!

"À meia-noite de 30 para 31 de maio, aos gritos de **Mata Bicudo!** foram assassinados em Cuiabá os residentes portugueses e brasileiros adotivos; a cidade ficou em poder dos bandidos que executaram essa espécie de **Saint Barthélémy,** aconselhada pelo deputado Antônio Luiz Patrício da Silva Manso. À noite, todas as casas foram obrigadas a pôr luminárias, festejando essa covarde matança de homens desarmados. Um dos assassinados era o capitão José Antônio de Azevedo, cuja viúva, vendo ameaçada pela plebe a sua vida e a de seus filhos, viu-se obrigada a iluminar também a casa. A matança continuou depois (18)." A maçonaria, que propaga sua indignação contra a chacina da noite de São Bartolomeu, cala-se cinicamente sobre aquelas que tem insidiosamente provocado, entre as quais se encontram como padrões de sua técnica as de setembro na Revolução Francesa, obra de que se vangloria.

O medo da volta do ex-imperante repercutiu até na Câmara com o vil projeto em que se proibia ao banido entrar no território brasileiro ou nele residir, mesmo como estrangeiro e em caráter particular, projeto apresentado por Venâncio Henrique de Rezende na sessão de 30 de maio e aprovado por 61 votos contra 19. A 18 de junho, o Senado rejeitou-o (19). As democracias liberais que vivem numa desordem orgânica têm pavor até de fantasmas... D. Pedro I não passava, então, de mero fantasma. A maçonaria sabia de fonte limpa que o herói do Mindelo e do Porto, envenenado por ela como querem alguns ou não, se finava no paço de Queluz, onde nascera; agitava, porém, seu nome como um espantalho espectral, apavorando nessa triste noite nacional da Regência os clubes e sociedades que a representavam cá fora.

A 12 de agosto, promulgou-se o Ato Adicional à Constituição do Império, depois do qual Bernardo de Vasconcelos fundaria um grupo político moderado, meio lá, meio cá, entre a reação e o federalismo, o qual iria decidir do futuro político do país.

A 24 de setembro, morria afinal, em Queluz, golfando sangue, o senhor D. Pedro I, fundador da Monarquia, então batida de ventos tempestuosos. A obra do **ingrato,** que ainda à borda do túmulo causava pavor aos matadores de inofensivos **bicudos,** desrespeitadores da dor de órfãos e viúvas, aos 61 deputados que votaram o mesquinho projeto de Henriques de Resende e a quejandos, resistiria por dezenas de anos aos embates das forças secretas, que, usando dele, separaram o Reino-Unido e, tendo-lhe tirado um Império, o impeliam a esmagar no Reino que ficara o "dragão" reacionário e miguelista, seu inimigo do peito...

Em todas as lutas do tormentoso período regencial, vê-se a agitação sem motivo, o derramamento improdutivo de sangue patrício e o inútil desperdício de energias do povo brasileiro. Sente-se aqui e ali a ambição dos homens públicos. Não se sente nunca a alma do povo. Ela está, por assim dizer, ausente dos motivos determinantes desses movimentos militares ou de patuléia, sem finalidade patriótica e sem ideal superior. Manifesta-se unicamente nos entusiasmos que lhe assopram à ingenuidade e à ignorância e nos sacrifícios que impõem à sua provérbial cegueira. "O papel da maçonaria é sempre o de Tartufo, explorando esses entusiasmos e sacrifícios, associando-se a eles e deles se vangloriando mais tarde. Assim, se devem estabelecer distinções no que se refere aos fatos e períodos revolucionários, as quais devem seguir os rumos que indicamos. Existe nesses fatos uma parte de idealismo, de sonho, de entusiasmo, de sacrifício e de heroísmo, que pertence à nação. Mas, ao lado, há uma parte feita de mentira, de duplicidade, de hipocrisia, de ferocidade e de covardia, que cabe inteiramente à maçonaria, a qual engana o povo, e que cabe ainda mais ao Poder Oculto Judaico, o qual engana, ao mesmo tempo, o povo e a própria maçonaria (20)."

Esta magnífica observação de Copin-Albancelli, maçon arrependido e convertido, profundo conhecedor dos segredos da seita, situa a questão no seu verdadeiro ponto de vista. Por isso, temos pena de tantos brasileiros, estadistas e políticos, ilustres pelo talento e pelas virtudes, que, às vezes, acreditando servir ao Brasil, nada mais fizeram do que obedecer às sugestões diabólicas do tartufismo judaico-maçônico em favor daquilo que o referido autor pinta desta sorte: "Tudo isso nos leva, de etapa em etapa, à realização definitiva de um fim misterioso, de um fim obstinadamente secreto, colimado pelo Poder Oculto" (21).

Estudemos perfuntoriamente o plano geral que à Tartufo-Maçonaria executa por conta de Poder-Oculto-Judaísmo. "Se o Poder-Oculto — expõe Copin-Albancelli (22) — é um grupo humano, se representa uma raça, cujos membros estão unidos por um pacto social e religioso, essa raça possui aquilo que precisa para durar. Destruindo nas nações cristãs o pacto social e religioso que mantinha a duração destas, assim as torna inferiores e tem probabilidades de vencê-las. Substituindo esse pacto pela religião materialista que suprime todo ideal, precipitando as nações em busca de um estado social tanto mais incoerente quanto é precisamente mais susceptível de tornar impossível esse estado, o Poder-Oculto consegue pôr o mundo cristão em pleno absurdo, em completa demência, isto é, fora das leis

da própria vida. Desagrega-lhe a inteligência, enlouquece-o e o desumaniza. Se esse trabalho de descristianização chegar a seu termo, dia virá em que os filhos da raça a que pertence o Poder-Oculto serão os únicos a possuir o pacto social e religioso que diferencia os homens dos animais. Por conseguinte, domesticar-nos-ão tão naturalmente e sem esforço como nós hoje domesticamos as aves de nossos galinheiros. Se essa é a obra que se pretende, se se trata, na verdade, de estabelecer por surpresa o domínio dessa raça sobre as outras, compreende-se o trabalho de descristianização a que assistimos. Em caso contrário, não se compreende. Compreende-se também, nesse caso, a constituição da franco-maçonaria, o organismo tendente a assegurar o domínio do invisível sobre o visível. Esse plano não deve sequer ser suspeitado para poder ser realizado. Compreende-se igualmente a prodigiosa acumulação de dissimulação e mentiras, graças às quais essa franco-maçonaria foi apresentada ao mundo como uma associação cristã, fundada por cristãos, iniciadora de todos os progressos humanos, dedicada às instituições políticas sobre as quais repousavam as nações, aceita e acatada por causa disto. Compreende, afinal, porque ela foi preparada para atacar na sombra, encarniçadamente: de um lado, o catolicismo, fortaleza central, abrigo da rigorosa e intangível disciplina cristã; do outro, as monarquias conservadoras das sociedades; porque se cobre, para esse duplo ataque, com a máscara da tolerância e do respeito; porque se disfarça por trás da RAZÃO, do PROGRESSO e da LIBERDADE; porque, enfim, não ousando ainda, com tudo isso, atirar-se diretamente ao adversário que sente necessidade de ir sempre enganando até esmagar, inventou esse **fanatismo da tolerância** e essa hipócrita distinção entre catolicismo e clericalismo, pela qual tantos espíritos nada mal intencionados foram iludidos. Então, toda a questão maçônica se torna compreensível, iluminada em todos os pormenores. Não há outra maneira de esclarecê-la. O Poder-Oculto aparece-nos, combinando seus esforços com uma lógica tão segura nisso como em tudo o mais..."

Essa explicação abre as janelas fechadas pelas mentiras maçônicas e inunda de luz solar os subterrâneos da história. Ela é a única plausível para o que se passou no Brasil desde a abdicação de 7 de abril e para o que se vai passar depois, como para o que se passou antes.

Capítulo VIII

OS CABANOS DO GRÃO-PARÁ

Naquele tempo, a província do Grão-Pará era um mundo. Ainda dela não fôra destacada a comarca do Rio Negro para formar a província do Amazonas, o que só se daria em 1850. Imenso território. Florestas imensas no meio de rios imensos. Exígua população perdida no vasto labirinto de lagoas, pântanos, igapós, igarapés e furos. De longe em longe, uma ou outra povoação lutando contra a selva envolvente que a devora ou como que a empurra da barranca dos cursos de água. Na capital da província, Belém, grande núcleo de lusitanos mais ou menos enriquecidos no comércio, em relações diretas com a ilha da Madeira, Lisboa e o Porto. Filhos educados fora do país e voltando com idéias novas. Uma reação nativista latente, cabocla, fácil de ser explorada.

No interior, baldo de comunicações, a imensidade grulhante dos párias. Tapuios. Mamelucos. Negros. Canoeiros e pescadores. Caçadores e pioneiros das matas virgens. Gente ávida, ignorante e brutal. Ávida pelas privações em que vegeta. Ignorante pelo abandono em que jaz. Brutal pela vida selvagem que leva. Massa apta a ser moldada num clima revolucionário para se atirar, depois, como um aríete contra a sociedade e destruí-la nos seus fundamentos. As forças secretas, querendo aproveitar os frutos do 7 de abril, que amadureciam na Regência, não podiam deixar de lado o Grão-Pará na sua obra de esfacelamento do Brasil.

O ataque seria levado ao Norte e ao Sul, simultaneamente: Cabanos e Farrapos. Estes ficariam a cargo dos carbonários, como veremos a seu tempo; aqueles, dos iluminados e maçons. Preparada na sombra a tragédia, era só fazê-la subir ao palco para ser representada. E assim se fez. Os chamados **motins políticos** do Pará passaram pelas seguintes fases: preparo do clima revolucionário, eclosão do movimento, transformação de sua finalidade, reação e cansaço, término.

A anarquia parense nasceu com os tumultos das juntas governativas, ao influxo das Cortes de Lisboa, que precederam o movimento da independência. Prolongou-se pelo tempo além, encorajada pelas fraquezas dos poderes públicos, sobretudo quando das ocorrências de 1832 (1). Até 1831, a ação maçônica obedece a iniciativas de particulares iniciados. Somente se coordena e irradia de um foco em 1831, quando se funda em Belém a loja **Tolerância** (2). Então, começa a agitação que pouco e pouco levará a vasta província aos delírios da anarquia.

Todo o primeiro período dessa excitação política tem a dominá-lo a figura de um padre, o cônego Batista Campos, preso logo no início como partidário da independência (3). Era fundador de um órgão de imprensa nacionalista, "O Paraense". Em 1825, quando se perseguiam e castigavam os que haviam tomado parte na revolução separatista maçônica da Confederação do Equador, o cônego se viu acusado de ser o agente de Pais de Andrade no Pará. Prenderam-no e o enviaram a lord Cochrane, no Maranhão. O almirante remeteu-o para o Rio de Janeiro, onde chegou com 107 dias de penosíssima viagem. Defendeu-se, provando ser caluniosa a imputação, e foi absolvido por sentença da Casa de Suplicação (4). A calúnia parecia provir dos maçons alapardados nas funções de comando e governo, porque a atividade política do sacerdote lhes estorvava os planos. Apesar da oposição das autoridades, ele fundara em Belém, com ramificações para outras partes, a Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, destinada, como preceituavam seus estatutos, a instruir nas verdades políticas e sociais, a defender as liberdades públicas e a debelar o despotismo (5). Linguagem característica dessa época inteiramente maçonizada.

Quando dos primeiros tumultos rueiros da Regência, em Belém, dominados pelas baionetas do general Soares de Andréa, as testemunhas da devassa então aberta declararam que tudo partira dos "sócios secretos filantrópicos" e que o maior suscitador da anarquia era o padre. O governo mandou prendê-lo violentamente em casa e os soldados o cobriram de doestos. Deportaram-no para São João do Crato. Seguiu no navio "Campista", no qual se introduziram, decerto com a conivência do comandante, quatro membros da sua Sociedade: Honório José dos Santos, o coronel Marinho Falcão e os padres Jerônimo Roberto da Costa Pimentel e Gaspar de Siqueira Queiroz (6). Todos se tornariam mais tarde inimigos fidagais de Batista Campos. Durante a viagem, o cônego se evadiu e agitou o interior, onde contava muitos partidários. Levantou as vilas de Alter do Chão, Vila Franca e Faro, proclamando-se presidente da província (7).

Nomeado presidente do Pará, o brigadeiro J. J. Machado de Oliveira tomou posse a 27 de fevereiro de 1832 e escreveu uma carta ao padre, convidando-o a aquietar-se e voltar a Belém, onde nada lhe aconteceria. O ato generoso do novo presidente não granjeou simpatias: "Foi considerado pelos membros do partido Caramuru como proteção prestada ao partido Filantrópico, e daqui provieram os primeiros motivos de desconfiança contra o novo administrador" (8). A agitação no interior não descontinuava. No distrito de Baião, à frente dum bando de asseclas, andava praticando horrorosos atentados o "monstro Jacob Patacho" (9), que acabou preso e levado a ferros para Belém. Era um desses judeus covardes e sangüinários da marca de Bela Kun e do Jacob Rabi da guerra holandesa.

Sabemos que a Regência foi a era das sociedades e dos clubes, que representavam na primeira linha dos embates políticos, como outrora Jacobinos e Girondinos, as lojas mergulhadas nas penumbras da retaguarda. No Pará, tais sociedades refletiam a excitação dos partidos e esta, segundo consciencioso historiador, era "a maior que se podia imaginar". A chamada Sociedade União, que tivera grande influência, perdera-a nos últimos acontecimentos. Os maçons minaram-na intimamente. Machado de Oliveira e a maçonaria resolveram criar uma outra que contrabalançasse a força dos caramurus, a qual foi a Federação, com seu criador na presidência. Ela obedecia à palavra de ordem maçônica no momento: Federação. Seu nome indicaria sua finalidade, se esta não estivesse consignada no § *2-* dos Estatutos: **propalar idéias claras a respeito do sistema federativo** (10).

A mais importante dessas sociedades que vão poderosamente influir nos sucessos a se desenrolarem depois de 1832, é, sem dúvida, pelo seu caráter **iluminado, bucheiro,** insofismável, a das NOVAS AMAZONAS ILUMINADAS, destinada a manobrar os homens de certa categoria através de suas esposas, irmãs ou filhas atraídas ao antro pelos embustes do iluminismo. Domingos Antônio Raiol nos conservou a descrição da organização e ritual dessa loja feminina. As ILUMINADAS dividiam-se em três classes, o que está de acordo com todas as tradições maçônicas: Educandas, correspondendo aos Catecúmenos da Bucha paulista e aos Aprendizes da maçonaria ordinária; Mestras, correspondendo aos Crentes e aos Companheiros; e Sublimes Mestras, correspondendo aos Apóstolos e aos Mestres. O distintivo das Sublimes era um Sol de ouro, tendo no verso esta inscrição: "Honra e Glória à Mulher Forte!"; e, no anverso, a palavra "Brasil", no centro de uma grinalda de dez estrelas. O distintivo das outras era

uma Estrela de ouro, com este dístico: "Às Sublimes Amazonas, eterno louvor!" Todos os distintivos pendiam de fitas semeadas de rosas. A presidente da loja tinha o tratamento de Excelsa e Sublimíssima Irmã; as do terceiro grau, o de Excelentíssima; as do segundo, o de Excelente e Amabilíssima; as do primeiro, o de Amável. A loja se dividia em três partes. A primeira, destinada às Educandas, denominava-se Jardim; a segunda, destinada às Mestras, denominava-se Bosque; e a terceira destinada às Sublimes, Floresta. Nas sessões dos graus inferiores, podiam estar presentes as Amazonas dos graus superiores; mas nas destas não podiam entrar aquelas. A Venerável presidia à loja coroada de rosas, acendiam-se velas e todas se sentavam em cadeiras de espaldar. As festas revelavam o velho culto solar das antigas iniciações, todas elas equinoxiais e solsticiais: 21 de março, 22 de junho, 22 de setembro e 23 de dezembro. Então se realizavam ágapes fraternais. Ao entrarem na Ordem, as Amazonas juravam guardar os **segredos que lhe fossem confiados,** "para glória do Brasil e felicidade da humanidade". Funcionava na rua de Sant'Ana n[2] 8. Estudava o socialismo (?). Envolvia-se nas intrigas partidárias e dava azo à maledicência (11).

Enquanto o iluminismo bucheiro enquadrava as mulheres, a loja **Tolerância** ia arrolando os homens. O presidente Machado de Oliveira "era membro proeminente" desta (12). A Regência nomeou para substituí-lo, a 12 de dezembro de 1832, José Mariani, que chegou a Belém no paquete "Feliz", em companhia do novo comandante das armas, Inácio Correa de Vasconcelos.

A obra de organização maçônica de Machado de Oliveira precisava ser continuada. Por isso, Filantrópicos, maçons e Amazonas formavam uma frente única em favor de sua permanência no governo, impugnando a nomeação das novas autoridades até ulterior deliberação da Regência. O Conselho Provincial apoiou Machado de Oliveira e este resolveu não dar posse aos que chegavam da Corte. Era o início de uma série de abusos destinada a desprestigiar o princípio de autoridade até vir o domínio da anarquia. Logo, os caramurus entrincheiraram e fortificaram o litoral, dispostos a impedir o desembarque de José Mariani e Inácio Correa de Vasconcelos (13).

Não dispondo de forças, estes se limitaram a trocar ofícios e proclamações com o detentor do poder. A Regência, distante e desprestigiada, nascida de um grave atentado ao princípio de autoridade, não era obedecida nas províncias que andavam à matroca. Na organização da resistência a qualquer desembarque, distinguiu-se um tal Jales, cujo nome tem cheiro de judeu, reunindo e armando gente,

interessado na perturbação da ordem. Sua casa ficava na rua da Cadeia e, intimado, mais tarde, pelas autoridades a dispersar os sequazes, resistiu à bala. Alguns tiros de artilharia derrubaram as paredes da habitação, que estava repleta de armamento, entrado às escondidas. Após três horas de fogo, Jales foi morto (14).

José Mariani retirou-se do Pará. Machado de Oliveira continuaria abusivamente na presidência até 4 de dezembro de 1833, quando teve de entregar o cargo a novo presidente, Bernardo Lobo de Souza, nomeado pela Regência após o insucesso de Mariani, a 5 de setembro do mesmo ano (15). Durante a turbulenta e anárquica era regencial, em quase todas as províncias assim acontecia. O poder central, fraco, manietado pelas sociedades secretas através da floração política dos clubes de vários matizes, não tinha coragem de impor seus delegados. Hesitava. Tergiversava. Recuava diante das resistências locais, fossem ou não justas, e fazia novas nomeações. Todas essas concessões e fraquezas cada vez mais o iam debilitando. À sua custa, fazia-se o jogo maquiavélico dos poderes ocultos.

No Pará, essas debilidades determinarão, depois do desprestígio das altas autoridades, a entrada "em cena das classes ínfimas, rebeladas contra o governo" (16). A revolta dos cabanos será o coroamento dessa obra nefasta. Os sucessos da cabanagem "são todos verdadeiros efeitos dos atos subversivos cometidos nos anos anteriores: como elos da mesma cadeia, todos se prendem uns aos outros, tendo sempre por origem a anarguia derramada no seio da população pelos próprios agentes da autoridade: emanados do arbítrio do poder público, foram depois agravados pelos delírios das massas populares e por fim terminaram nos excessos, não menos lamentáveis, da necessidade exagerada da repressão ao crime" (17). E, ao lado disso, naturalmente, a obra judaica de fazer da anarquia política fonte de lucros infames: "flagelo da moeda falsa de cobre" e "astutos especuladores", manobrando com a moeda e os gêneros do país (18).

A permanência abusiva de Machado de Oliveira no governo não teve durante muito tempo o apoio daquela frente única que impedira a posse de José Mariani. O cônego Batista Campos rompeu logo com ele. "Em uma loja maçônica estabelecida na capital (19), por ocasião de ser ele proposto para membro da mesma — conta Domingos Raiol —, Machado de Oliveira falou acremente contra a proposta e conseguiu que fosse rejeitada. O cônego Batista Campos não se deixou facilmente vencer, e longe de mostrar-se agastado, declarou que não queria e nem lhe era possível ser maçon como sacerdote que era da religião de Cristo; e daí em diante tratou de prevenir o espírito do povo

ignorante contra a maçonaria. No seio das famílias, no púlpito, no confessionário, por toda a parte, por si e por intermédio de seus correligionários, fez propalar que esta instituição era um fruto do inferno para combater a Igreja e seus ministros; e que todo cristão devia fazer-lhe guerra, para não vingarem seus tenebrosos fins, sob o escandaloso patrocínio do presidente da província. E para melhor conseguir seu intento, fez também propalar que a maçonaria tentava estabelecer a manumissão da escravatura sem garantia alguma ao direito de propriedade. Queria assim conquistar as simpatias pelo menos dos proprietários e homens abastados. E, revivendo um fato que se tinha dado em 1832 entre o prelado e a maçonaria, acrescentou no jornal de sua redação: "Todos sabem que a seita condenada ofereceu por meio de seu tesoureiro ao nosso venerando bispo a soma de oitocentos mil réis, resultado de uma subscrição promovida por uma sociedade secreta em benefício do recolhimento das educandas, que está sob a sua imediata proteção. Todos sabem que o diocesano devolveu esta oferta, declarando que por decoro do ministério sagrado e por melindre de sua consciência não podia entreter relações com sociedades de tal natureza. Portanto, é evidente que a maçonaria é associação que deve merecer o estigma geral de todos os católicos. Por ser irreligiosa é que o pastor da Igreja Paraense não quis aceitar o óbulo de caridade que ofereceu às infelizes educandas." Machado de Oliveira que ocupava lugar proeminente na sociedade maçônica, mostrava-se empenhado em contrariar o seu adversário, e cada vez mais fazia engrossar a loja a que pertencia com a admissão de novos membros, escolhidos entre as pessoas mais gradas e entre os próprios possuidores de escravos, a fim de que eles mesmos pudessem com os seus próprios olhos ver e conhecer os embustes com que pretendiam embaí-los. Mas não obstante os seus reconhecidos esforços, foi-lhe impossível destruir os efeitos das insinuações malignas contra a maçonaria, insinuações que, inoculando no espírito do povo sentimentos de ódio e rancor a tal associação, vieram depois influir nas calamidades da província... Como ato de represálias, Machado de Oliveira fez propalar que o cônego Batista Campos recebera do ex-Imperador muitos favores, e era afeiçoado ao partido que pretendia restaurá-lo no trono (20)."

Este depoimento de Raiol é sobremodo precioso, porque esse historiador clássico dos motins do Pará defende, sempre que pode, a maçonaria. Dele e do que escrevia o próprio cônego se vê que Batista Campos, embora muitos sacerdotes de seu tempo ingressassem em sociedades secretas, conhecia a fundo a condenação da **seita** pela

Igreja e sua finalidade demoníaca. Portanto, não é muito crível que quisesse entrar para ela e dela falasse por mero despeito. Tudo leva a crer que abriu formidável campanha contra a Acácia e sua proposta à loja não passou de comédia adrede preparada para justificar com a pecha de despeito os seus ataques cerrados, justificados e proveitosos. Todos os da Filantrópica, fundada por ele, que se fizeram maçons, ficaram seus inimigos. Daí o ódio com que foi perseguido até morrer. Vê-se ainda que a revolução paraense se inicia numa reação anti-maçônica e que a sociedade secreta acusa o primeiro chefe dos cabanos de restaurador, procurando, desta sorte, excitar contra ele os sentimentos da população, que via em D. Pedro I, por obra da propaganda maçônica, o chefe do partido português. Na verdade, os cabanos se apresentam ao princípio sob essa má fama de restauradores, tanto que, no Maranhão, cabano era sinônimo de corcunda ou lusitano (21). Outras calúnias piores foram assacadas ao padre.

Também, no começo, a cabanagem combate a maçonaria. Depois da morte do cônego, sofre uma mudança de rumo, como veremos oportunamente, passando a ser instrumento das forças ocultas e flagelo dos pobres bicudos, marinheiros ou portugueses, muito numerosos no comércio do Grão-Pará. De idêntica maneira, de monarquista a revolta passa a tendências republicanas e ao combate franco ao Império (22).

Aberta estava a luta entre a maçonaria, capitaneada pelo presidente da província, e o partido do cônego. A fim de provar que este queria a volta de D. Pedro I, Machado de Oliveira apresentou à Sociedade Federal, que era o biombo público da loja **Tolerância,** uma indicação que devia ser assinada pelos bons patriotas no prazo de oito dias, na qual juravam manter o governo de D. Pedro II sob os auspícios da Regência. Até o bispo, levado pelo canto das sereias maçônicas, apôs ali a sua assinatura. Batista Campos não o fez. Então, a imprensa governista começou a gritar que ele mostrara não passar de um restaurador e que lhe tinha arrancado a máscara do falso patriotismo.

Batista Campos respondeu que não era adulador nem conivente com o presidente-venerável, que não reconhecia nele autoridade legítima para organizar e preceituar fórmulas de juramento, que achava censurável o procedimento do bispo, mas que isso era lá com o foro da consciência do prelado (23). Ao mesmo tempo, saíam nas folhas verrinas assinadas pelo **Desmascarador** contra o **Mascarado-mór,** Machado de Oliveira.

Azedavam-se os ânimos maçônicos e anti-maçônicos, quando chegou a Belém, no dia 2 de dezembro de 1833, a corveta "Bertioga", trazendo o novo presidente, Bernardo Lobo de Souza, e o novo comandante das armas, tenente-coronel Joaquim José da Silva Santiago, homens, segundo depõem os contemporâneos, pretensiosos e insolentes, prepotentes e resolutos, que "mais pareciam instigadores de revoltas do que autoridades legais (24)."

Todavia, os primeiros atos da nova administração deram lugar a fundadas esperanças de paz. Executou-se o decreto de anistia da Regência para os implicados na deposição do visconde de Goiana e na resistência à posse de José Mariani (25). Seguiram-se outras medidas simpáticas: abolição definitiva do odioso dízimo do pescado e da incômoda revista das canoas de transporte, conserto de estradas, impedimento da alta do preço da carne pelos marchantes monopolizadores, pagamento do soldo à tropa de dez em dez dias e providências contra a falta de numerário. Mas, ao se proceder ao bárbaro recrutamento da época, a fim de preencher os quadros do Exército e da Armada, os ânimos se esquentaram e principiaram as contendas entre restauradores e federalistas. O federalismo maçônico envenenava todo o Brasil regencial. Havia brigas nas ruas a cada passo e começavam, em certos pontos, ajuntamentos suspeitos de escravos, "que manifestavam sentimentos partidários" (26), decerto açulados pelos seus senhores.

Fervilhava a conhecida boataria maçônica confusionista, porque aos mutinos não convinha a tranqüilidade e queriam pescar nas águas turvas, embora ensangüentadas. Lançava-se mão do **leit-motif** das convulsões da Regência: os restauradores estavam tramando a volta de D. Pedro I. O moribundo de Queluz continuava a ser, de verdade ou fingidamente, o espantalho das lojas. Chegavam continuamente à capital queixas de atentados e assaltos pelo interior. O governo resolveu-se a providenciar seriamente, armando a Guarda Nacional e mandando recrutar os fautores de desordem. Sentiam-se os efeitos de verdadeiras "combustões subterrâneas" (27).

Antes de partir para o Rio de Janeiro, Machado de Oliveira conferenciara longamente, a portas fechadas, com seu **irmão na Acácia,** Lobo de Souza (28) e o deixara convencido de ser o cônego Batista Campos o chefe do partido restaurador, além do que era notório: inimigo n^{2} 1 da maçonaria. O antigo companheiro do cônego nos Filantrópicos, padre Gaspar de Siqueira Queiroz, que se tornara seu inimigo, influía terrivelmente no novo presidente nesse sentido (29).

Foi quando se deu um incidente que entornou o caldo. Tendo comparecido a uma festa de igreja e não tendo sido recebido à porta, protocolarmente, pelas autoridades eclesiásticas, Lobo de Souza irritou-se, penetrou no templo, desacatou os padres e ameaçou o próprio bispo. O cônego atacou-o impetuosamente pela imprensa, afirmando ser aquilo do "plano maçônico de humilhar a religião" (30). A simpatia popular aplaudiu-o.

O presidente sentiu o perigo que o ameaçava e enviou uma circular aos juizes de paz, a 28 de abril de 1833, determinando procedessem a sindicâncias, a fim de "descobrir e castigar os anarquistas". A resposta de Batista Campos foi desencadear violenta campanha contra a maçonaria, com todo o clero a seu lado, inclusive o bispo, D. Romualdo de Souza Coelho, varão eminente pelas suas virtudes e sabedoria. O prelado escreveu uma Pastoral magnífica na forma e no fundo contra a "seita filosófica, inimiga capital de Jesus Cristo", prevenindo suas ovelhas contra o "artifício de sedução" a que recorria a sociedade secreta, quando afirmava não combater a Igreja. Essa Pastoral é um dos mais brilhantes documentos do clero brasileiro no combate à maçonaria. Termina profeticamente, declarando que o fim das sociedades secretas é, simplesmente, o COMUNISMO DE TUDO: dos bens, das mulheres e dos filhos. Quatorze anos antes do Manifesto Comunista de Marx e Engels, o venerando antístite o adivinhava envolto nos mistérios maçônicos! (31) As vinganças maçônicas demoram: D. Antônio de Macedo Costa pagou a Pastoral esclarecedora de D. Romualdo mais de quarenta anos depois...

D. Romualdo mandou compor a Pastoral, para ser publicada, na tipografia de Honório José de Lemos, que era maçon e logo a levou ao conhecimento de Lobo de Souza. O presidente leu-a, encolerizou-se e mandou o ajudante de ordens dizer ao bispo que lhe constava seria publicada uma **pastoral inconveniente,** mas que dispunha de meios para castigar os facciosos e meter o próprio culpado na grilheta, fosse qual fosse sua posição social (32)!

Surpreendido pela ameaça intempestiva e grosseira, própria mesmo de um maçon, o bispo mandou buscar os originais à oficina e levá-los ao presidente para que lhe mostrasse quais os pontos subversivos neles existentes. Não atacava o governo, não se referia a pessoas, não tratava de política, condenava somente as sociedades secretas em nome da religião, como era do seu direito. Que tinha a autoridade a ver com isso? Tinha muito, dizemos nós, porque era parte ativa nessas sociedades... Lobo de Souza nem ao menos fingiu ler os papéis, que, às escondidas, já havia lido. Devolveu-os brutal-

mente, dizendo não ter tempo para isso e sustentando os termos do recado ameaçador que mandara. Desmascarava-se. Evitando a luta, o modesto e sábio epíscopo não publicou a Pastoral e retirou-se para Cametá.

A notícia do fato espalhou-se logo pela cidade toda. Não se falava noutra coisa. Um escândalo! Batista Campos, que arranjara com o secretário do bispado uma cópia do documento, mostrava-a a quem podia. Começou grande efervescência popular contra o presidente maçon, penetrando no próprio seio da tropa (33). Entre os que contribuíam para essa ebulição, notava-se o homem destinado ao papel preponderante na revolução cabana, Eduardo Francisco Nogueira, o Angelim, cearense do Aracati, ambicioso e moço que tentara infrutiferamente romper caminho no comércio e na lavoura. Em abril de 1833 combatera contra Jales, como federalista. Era, não obstante, amigo do cônego, bem como seus dois irmãos, Geraldo, cognominado o Gavião, e Manuel. De há muito se tornara suspeito ao governo, que o prendera violentamente na "Bertioga", de cujo porão o tirara a influência de amigos. Indignado com a prisão, jurara vingar-se de Lobo de Souza. Era o eixo das conspirações que se tramavam e determinaram o levante, logo sufocado, do corpo de Permanentes, a 1º de agosto (34).

Tudo isso exacerbava o ânimo do presidente, não lhe permitindo refletir com calma sobre a situação. Numa reunião do Conselho Provincial, do qual fazia parte o cônego Batista Campos, quando propôs a concessão duma verba para aumentar a cadeia pública, este se manifestou contra, opinando melhor seria construir uma escola. Interrompeu-o, desabridamente, declarando que o mandaria prender, se fizesse qualquer tentativa de reação. O sacerdote, surpreso ante aquela atitude agressiva que o assunto em debate não justificava, disse não duvidar desse tal ordem, mas sim que alguém a cumprisse. O outro, esmurrando a mesa, rubro de cólera, uivou: — "Quer ser preso já?!" Coacto, o cônego calou-se e retirou-se (35).

Batista Campos era provedor da Santa Casa de Misericórdia e "seus inimigos não perdiam ocasião de desconceituá-lo no exercício do cargo". A maçonaria espalhava que era desonesto. Fundando-se nessa atoarda, o presidente nomeou um fiscal do governo para o estabelecimento e mandou chamar o padre à sua presença. Este ocultou-se, fugindo à citação. Vendo que tinha de lutar contra a prepotência presidencial e não o podia fazer sozinho, procurou o apoio do tenente coronel Felix Antonio Clemente Malcher, inimigo de Lobo de Souza. Batista Campos odiava-o, porque o supunha um dos autores

de sua prisão e quase fuzilamento em 1825; mas pôs de lado os ressentimentos e reconciliou-se com ele numa conferência secreta. Planejaram a conspiração. Deveriam prender o presidente na festa de 7 de setembro, em casa de Tenreiro Aranha, onde devia ir. Embarcá-lo-iam na "Bertioga" para o Rio de Janeiro e o cônego assumiria a presidência da província. A excitação dos espíritos não permitiu a conservação do segredo. Lobo de Souza não foi à casa de Tenreiro Aranha. A conspiração gorou (36).

Chegou, então, a Belém, vindo do Ceará com escala pelo Maranhão, um agente revolucionário de **primo cartello,** do qual o padre se iria servir, porém que se serviria deste para levar por diante o plano de que devia vir secretamente incumbido. Era o torpe pasquineiro mercenário Vicente Ferreira Lavor, o Papagaio (37). O recrutamento dos mutinos e arruaceiros pusera toda a populaça de pé contra o governo; o sentimento católico da maioria da população dele se afastara por causa de suas ligações maçônicas evidenciadas no caso da Pastoral. O Papagaio começou a publicar uma folha verrineira, a "Sentinela Maranhense na Guarita do Pará". O título recorda o daquela maçônica "Sentinela da Liberdade à beira do mar da Praia Grande refugiada em Buenos Aires", do aventureiro internacional Grondona, que desancava D. Pedro I. Em 1830, no mês de março, quando se preparava no Sul a agitação que determinaria a guerra civil mais tarde, surgira; depõe Aurélio Porto, a "Sentinela da Liberdade na guarita ao norte da barra de São Pedro do Sul". Todos esses nomes revelam a mesma inspiração...

Tanto o rumo que fôra traçado ao Papagaio nos bastidores era diverso do do cônego, que o jornaleco imundo começou a desmoralizar o sistema monárquico, a atacar a Regência e a excitar os furores da plebe. Raiol reconhece que a subversão da ordem pública "parecia ser a mira de Lavor Papagaio (38)."

Veio a reforma constitucional, recebida com grandes aplausos no Pará a 10 de outubro de 1834. Houve girândolas, festas e vivórios. O Papagaio esganiçava-se a berrar: — "Viva a Federação Republicana!" Sintomático. Tal viva estava em desacordo com as assoalhadas tendências de restaurador de Batista Campos. A 13 de outubro, quando o presidente passava pela rua onde este residia, o foliculário esgüelou-se de uma janela: — "Viva a Federação Norte-Americana Brasileira!" (39). O brado é digno de nota. Que ligação, a não ser judaico-maçônica, poderia ter os sucessos do Pará com os Estados Unidos? Que liame oculto seria esse da revolução que ali se tramava com a poderosa república do Norte? Não esqueçamos os fios que

ligavam à América do Norte Pais de Andrade e os revolucionários da Confederação do Equador, que Inocêncio da Rocha Galvão, eleito presidente da morti-nata república da Sabinada, na Bahia, estava nos Estados Unidos e que dali viera um dos mais influentes personagens da cabanada, como verificaremos adiante. Dá que pensar... Compreende-se, pois, que o cônego vai ser simplesmente joguete de acontecimentos, cujo encadeamento lhe escapa e foram preparados pelas próprias forças que pensava combater. A lição poderia ser proveitosa para muita gente que, pensando dirigir, é dirigida...

Uma portaria de Lobo de Souza, mandando, após esse viva republicano, dar busca na casa do Papagaio e do cônego, esclarece mais ou menos que o primeiro vinha a Belém com uma missão predeterminada, porquanto havia testemunhas de ter dito, a bordo do paquete "Feliz" em que viajara, **que ia fazer uma revolução no Pará e que esta rebentaria ao sair o terceiro número do seu jornal** (40). A busca foi dada, mas depois de aviso aos interessados. Nada se achou que os comprometesse. O Papagaio e o padre correram a refugiar-se numa fazenda do furo Atituba, enquanto a excitação dos ânimos se generalizava e seus coligados iam agindo conforme podiam (41).

Entre esses, é tempo de nomear os que vão ser os principais cabecilhas da cabanagem: Francisco Pedro Vinagre e seus irmãos, Antônio, Raimundo, José e Manuel. O primeiro distinguira-se pela sua bravura em 1833, como tenente da Guarda Nacional, e tinha certa ascendência no interior. Acudiu ao chamamento de Malcher, que começava a reunir gente e armamento na sua fazenda do Acará (42).

O fazendeiro Seixas, vizinho e inimigo de Malcher por questões de moedagem falsa, informou Lobo de Souza do que ali se passava (43). Seguiu uma escolta de cincoenta homens, comandada por Nabuco de Araújo, para prender o Papagaio no seu refúgio, em outubro. A tropa caiu numa emboscada preparada por Francisco Vinagre e perdeu o comandante. Os prisioneiros e as armas foram levados para o Acará. Um único soldado logrou escapar e trouxe a notícia do desastre a Belém. Era grave a situação. Ninguém obedecia a ninguém. O incêndio, ateado pela maçonaria, começava a consumir a infeliz província.

O presidente enviou uma expedição de marinheiros e soldados de linha ao Acará, no brigue "Cacique", na escuna "Bela Maria" e em lanchões artilhados, a 24 de outubro de 1834. Os marujos e infantes desembarcaram sob a proteção dos canhões e os revoltosos debandaram pelo mato. A fazenda foi incendiada. Manuel Vinagre morreu.

Agarraram Malcher no rio Castanhal. Procurou-se prender sem resultado o cônego (44). Os chefes da expedição, major Monte Roso e o tenente J. Inglis, "pardo da Jamaica" (45), regressaram vitoriosos.

Mau grado essa vitória, a situação de Lobo de Souza não melhorava na capital. Sabia-se que os Permanentes e a Guarda Nacional estavam dispostos a tomar partido pelos rebeldes. A Sociedade Federal ofereceu seus membros ao governo, para servirem como soldados (46). Lobo de Souza, porém, não dava ouvidos aos clamores que lhe chegavam, julgando-se forte. Contudo, ao sentir que as últimas camadas sociais estavam de coração com seus inimigos, mandou recolher todo armamento que se encontrasse e pôr de prontidão os navios de guerra: corvetas "Defensora" e "Bertioga", barca "Independência" e escuna "Alcântara". À fortaleza da Barra foi recolhido o agente conspirador judeu Henrique Rhossard, que já se achava preso por precaução no quartel dos Permanentes, onde "continuava a pregar doutrinas incendiárias contra o governo" (47). A indisciplina dos soldados era o fruto da insidiosa propaganda desse predecessor de Harry Berger. A reserva da Guarda Nacional e os oficiais reformados foram convocados; as fortalezas, consertadas; a artilharia, reparada; o forte da Barra pôs os canhões à barbeta.

Todo o empenho de Lobo de Souza visava prender o cônego Batista Campos, que ele considerava chefe principal da amotinação e que, explorando o recrutamento feito até nas missas, o desacato aos padres na igreja e o incidente da Pastoral anti-maçônica, o tornara alvo da indignação popular. Todas as diligências efetuadas em vários sítios para capturá-lo foram improfícuas. O padre achava-se bem escondido na fazenda Boa-Vista, no furo Atituba, no distrito de Barcarena, propriedade de seu amigo, Oliveira Pantoja. Ali faleceu, ungido e sacramentado pelo Vigário da paróquia, Silva Cravo, em conseqüência de uma espinha gangrenada, no dia de Santa Luzia, 13 de dezembro de 1834, sendo sepultado na igreja de Barcarena, no dia de Ano-Bom, 1º de janeiro de 1835.

Seus parentes e amigos clamaram por vingança e começaram a reunir-se na ilha das Onças, defronte de Belém. Antonio Vinagre exigia a morte de Lobo de Souza pela vida do irmão morto no Acará. Os outros desejavam somente a sua deposição. Os irmãos Aranha incitavam a todos. O mais velho, João Miguel, andara pelos Estados Unidos (?), de onde regressara iniciado nas doutrinas da maçonaria, e era empregado de confiança do judeu inglês Samuel Philips, estabelecido na capital. O mais moço, Germano era oficial de marinha

demissionário e ia servir de ótimo elemento de ligação com seus antigos colegas da estação naval em que o presidente confiava (48).

Em janeiro de 1835, nova expedição ao Acará retirou, desfeita, sob o comando do major Monte Roso, depois de haver perdido numa tocaia seu comandante, o coronel Marinho Falcão. A cidade dia a dia ia se enchendo de gente que vinha do campo com ares misteriosos. A maioria dos guardas nacionais se ajuntava, sob as ordens dos irmãos Vinagre, no mato do Cacoalinho. A plebe reunia-se aos magotes no Bacuri e em Nazareth. A indisciplina da tropa de linha era manifesta e dizia-se que seus comandantes não eram estranhos ao que se tramava. Na noite de 7 de janeiro, estourou o esperado movimento. Antônio Vinagre invadiu a cidade e sublevou os caçadores e a artilharia. Os oficiais fiéis ao governo foram caçados a tiro. Os sinos das igrejas tocaram a rebate. Grupos de populares penetraram no palácio da presidência, completamente desguarnecido. O comandante das armas, Santiago, escapuliu pelo jardim e foi assassinado à bala na rua do Aljube pelo tapuia Mãe-da-Chuva. Soltaram-se e armaram-se os presos da Cadeia Pública. Bandos ferozes percorreram as ruas, semeando o terror. O tenente Inglis, que ia embarcar e, antes, quis ver do que se tratava, foi fuzilado por um tal Domingos Sapateiro. Lobo de Souza asilou-se numa casa particular. Cercaram o quarteirão. Pulou de quintal em quintal e acabou querendo voltar ao palácio. Domingos Onça matou-o a tiro. Seu cadáver e o de Santiago sofreram os maiores ultrajes da populaça (49).

Espalhados por toda a parte, os cabanos vitoriosos iam gritando: — "Morram os maçons!" (50) Foram à sede da loja **Tolerância** e a empastelaram, espalhando pelas ruas os livros e a papelada do arquivo. Foi pena ninguém se lembrar de apanhar e guardar algum documento interessante! Eram os frutos da propaganda corajosa do cônego Batista Campos. Agora, ele estava morto. A força destrutiva e anárquica do poviléu, depois dessa manifestação, seria aproveitada pelas próprias forças secretas para os seus planos e desígnios misteriosos!

Malcher, que estava encarcerado na fortaleza da Barra, foi trazido em triunfo e aclamado presidente. Francisco Vinagre assumiu o comando das armas. "Malcher era homem de instrução acanhada, de caráter altivo e pouco expansivo. Seu semblante sombrio denotava quase sempre ausência de sentimentos amistosos e conciliadores. Rancoroso com os seus inimigos, raras vezes sabia perdoá-los. Amante da dominação, não admitis rivais que o contrariassem. Soberbo do prestígio que afirmava ter, mostrava-se intolerante com quem

partilhava o poder e não consentia que se menosprezasse o princípio de autoridade de que por qualquer forma de achasse investido. Mas olhava com sobranceria as turbas e não era simpático a estas, nem tinha energia bastante para contê-las nos seus desvairamentos (51'. Seu fim seria trágico na anarquia que ajudara a desencadear sobre a sua terra.

Os revoltosos, como que obedecendo à mesma ordem que leva os grevistas de nosso tempo a reivindicações impossíveis de serem satisfeitas, para manter permanente agitação nas massas operárias e o clima revolucionário, faziam ao novo governo, emanado deles próprios, exigências descabidas. Alastravam sintomas de novas perturbações desconcertantes. O presidente revolucionário, cedendo ao seu gênio intempestivo, desconfiando de que elementos contrários a eles se refugiavam no vice-consulado francês, não trepidou em violá-lo. O vice-cônsul retirou-se ameaçadoramente de Belém, de onde a gente pacata e melhor começava a desertar.

Explodiu a primeira divergência entre Malcher e o comandante Vinagre. Aquele suspeitava este de proteger seus inimigos e mandava chibatear os cabanos mais exaltados, alienando-se a simpatia das massas. Receava tudo e a todos. Nem pernoitava no palácio. Enquanto isso, Vinagre cada vez se tornava mais popular e os pasquins choviam contra o outro. Quem era o autor desses papéis? Quem havia de ser senão o Papagaio, que levava por diante sua tarefa maçônica de propagador da anarquia? Malcher, para conciliar-se às boas graças da Regência e dar ares de legalidade ao seu governo intruso e violento, comunicou as ocorrências à Corte, esperando ordens (52).

O Papagaio foi deportado; mas outros Papagaios anônimos continuaram a pasquinada. Imputavam a autoria a Angelim. Depois dos pasquins, que eram a propaganda, veio a ação: conflitos, tentativas de revolta. Angelim e seu irmão foram para o calabouço (53). Restava de pé Francisco Vinagre, cujos violentos bate-bocas com Malcher eram já do domínio público. O presidente mandou prendê-lo. Ele fugiu, reuniu gente, apoderou-se do Arsenal e sitiou Malcher no Castelo e no Hospital Militar. Uma revolta dentro da revolta. Senhor de toda a cidade, obrigou o outro a asilar-se na esquadra, que bombardeou Belém no dia 21 de fevereiro. O palácio do bispo anti-maçônico, como que de propósito, ficou em cacos. As baterias de terra responderam ao bombardeio e o presidente teve de recorrer ao seu prisioneiro Angelim para ir como emissário propor um armistício, do qual resultou sua demissão e a aclamação de Vinagre como novo presidente. O Saturno revolucionário ia devorando, assim, os próprios filhos...

Jorge Rodrigues, futuro barão de Taquari, que partiu do Rio de Janeiro, **sem forças,** a 1- de abril, tomando na Bahia um batalhão de caçadores. Chegou às águas paraenses, levou a esquadra ao Guajará e, depois de uma troca de ofícios com o rebelde Vinagre, desembarcou no dia 25 de junho e tomou posse. Os revoltosos, dirigidos e industriados pelos seus condutores ocultos, simularam uma dispersão, mas foram a pouco e pouco se concentrando nas fazendas Benjamin e Pinheiro, de onde marcharam contra a vila de Vigia. Era um antigo feudo dos assentistas do estanco judaico que levara Bequimão à forca, nos tempos coloniais. Ali, os judeus estrangeiros tinham todos os privilégios, até mesmo o foro privativo. Mais tarde, os jesuítas tomaram conta do lugar, estabeleceram um colégio e deram-lhe progresso e riqueza (56).

Os cabanos assaltaram a povoação, cuja gente melhor fugiu, e depuseram as autoridades. Os fugitivos pediram socorro ao tenente-coronel Raimundo de Souza Alvares, que reuniu guardas nacionais no seu sítio Mujuim e retomou a vila, expulsando os invasores. Voltaram em grande número, entocaram os defensores na Casa do Trem, mataram-nos todos e saquearam as casas (57). A cabanada transformava-se em jaqueria.

O governo de Manuel Jorge Rodrigues tentou medidas repressivas. Mas a plebe desaçaimada invadia a capital. O presidente quase não dispunha de gente e de armas. Pediu o auxílio dos navios de guerra estrangeiros surtos no porto, um brigue inglês e a corveta portuguesa "Elvira". Ambos não podiam fornecer mais de trezentos homens. Os rebeldes concentraram-se na fazenda Itaboca. A cidade estava em alvoroço e pavor. Penetraram nela por três colunas. A primeira veio por Nazareth, sob o comando de Angelim, e bateu as forças que encontrou. A segunda, com Geraldo, o Gavião, atacou o Arsenal. A terceira, chefiada por Antonio Vinagre, de reserva, em seguimento da de Angelim. Uma bala matou-lhe o chefe e Angelim reuniu-se à sua. O governo resistia em vários pontos, ajudado dos contingentes ingleses e lusos. A luta, renhidíssima, durou de 14 a 22 de agosto, mostrando-se Angelim, como referia o comandante Taylor, "muito bravo, mas muito malvado (58)." Reinava fome na capital, desde muitos dias mal abastecida. As famílias asilavam-se a bordo dos navios de guerra, espavoridas. O marechal Manuel Jorge Rodrigues acabou também se retirando para a fragata "Campista", porque seus voluntários começavam a desertar. A esquadra levantou ferros e voltou à baía de Santo Antônio. Instalou-se a sede do governo legal na

ilha da Tatuoca, pedindo-se socorros urgentes ao Maranhão e à Regência (59).

As correrias dos cabanos à solta assolavam o interior. As forças legais ou aderiam aos seus bandos ou eram batidas. Reinava a mais completa anarquia em toda a vastíssima província, embora o marechal pretendesse circunscrever a ação dos rebeldes à capital que fôra obrigado a abandonar em suas mãos, mandando rondar a baía de Guajará pelos navios de guerra e enviando expedições vitoriosas a Mosqueiro, Chapéu-Virado, Turiaçu e Vigia.

Perpetravam-se os maiores atentados. Bandos de populacho em armas só obedeciam a seus chefes naturais, filhos dos acontecimentos: o cafuzo Manuel Pedro dos Anjos, o Coco; o mulato Fidélis; o preto José Ourives, o Piroca-Cana; o Chico Veado, o Saraiva, o Pipira. Pilhavam tudo. Satisfaziam instintos bestiais, ódios e vinganças. A subversão da ordem pública era seguida em maior escala pela subversão da ordem moral (60)!

Enquanto a devastação rolava pelo Pará e pela comarca do Rio Negro, Angelim sera senhor inconteste de Belém, aclamado presidente como Malcher e como Vinagre. Mas logo que quis fazer uso de sua autoridade e castigar os facciosos que judiavam com os pobres bicudos e praticavam os maiores desatinos, viu quanto era precária e as conspirações o rondaram dia e noite. Os homens de cor queriam depô-lo e os guerrilheiros do negro João do Espírito Santo, o Diamante, não lhe davam descanso (61). Era a guerra de raças, tão do agrado do judaísmo maçônico, que abrolhava daquela anarquia social, fomentada na província desde a fundação da loja **Tolerância** e da organização das AMAZONAS ILUMINADAS. A revolução foi baixando de nível até chegar ao quilombo e ao candomblé. Veremos o mesmo processo ser seguido na balaiada maranhense anos depois, tão idêntico na sua marcha que não é lícito duvidar serem ambas filhas de um só pai... A mão oculta que guiou uma fatalmente guiou a outra.

Em 1836, chegou à Tatuoca uma expedição mandada de Pernambuco e entrou no porto de Belém uma esquadrilha inglesa a reclamar contra desacatos cometidos no navio britânico "Clio". Angelim ofereceu um almoço à oficialidade e deu as desculpas exigidas. Com a expedição, chegaram dois homens enérgicos: o general Soares de Andréa e o comandante Mariath. As tropas legais acamparam na ilha de Arapiranga. Os rebeldes sentiram que desta vez não poderiam resistir com vantagem e abandonaram Belém. Antes de sair, Angelim entregou noventa e cinco contos pertencentes à fazenda pública (62). No dia 13 de maio, os legalistas ocuparam a capital

deserta e triste. Mas as atribulações dos paraenses não estavam findas. Em julho, bandos de cabanos atacaram três vezes a vila de Cametá, de 28 a 31, seguidamente, sendo repelidos pelo heroísmo do juiz de paz Prudêncio das Mercês Tavares (63). Em agosto, a vila de Oeiras foi tomada, retomada e tornada a tomar pelos insurretos e pelos imperiais (64). Somente a 30 desse mês Gregorio Nazianzeno e João Inácio conseguiram expulsar os facciosos que se tinham apossado de Manaus a 6 de março de 1835.

Até 1837, ainda continuaram reides e correrias de cabanos no Pará, sendo os derradeiros bandos batidos a 12 de julho do referido ano, no campo entrincheirado de Icuipiranga, pelo padre Sanches de Brito (65). Na comarca do Rio Negro, embora diminuída, a cabanagem só foi definitivamente extinta, quando os últimos lutadores depuseram as armas, em princípios de 1840 (66). Às barbaridades que os cabanos cometiam, os legalistas respondiam com outras, falando-se de expedicionários que ostentavam rosários de orelhas cortadas aos plebeus rebelados!

A 20 de setembro de 1836, Angelim e seus irmãos foram presos na lagoa do Porto Real, nas cabeceiras do rio Capim, pelo capitão Joaquim Francisco de Melo (67). As medidas de Andréa eram drásticas. Proclamou a lei marcial e não deu mais quartel aos revoltosos, que descambavam para o republicanismo e o socialismo, combatendo o Império, como diz Calógeras. Os que inspiravam ocultamente o movimento tinham sabido diabolicamente conduzi-lo a esse ponto. Lembremos a profética Pastoral do bispo D. Romualdo, mostrando ser o fim verdadeiro do maçonismo o comunismo.

Vinagre apresentou-se de motu próprio à prisão. Com Angelim e os irmãos deste, foi levado para o Rio de Janeiro, onde teve residência obrigatória. Angelim também foi condenado a residir dez anos na Corte; seu irmão Geraldo o Gavião, a sete, em Pernambuco; o outro irmão, a cinco, na mesma província. Em 1841, Angelim perturbou uma sessão da Câmara, dando vivas a Antônio Carlos e foi mandado para Fernando de Noronha. Voltou ao Pará em 1851 e faleceu em 1878, na obscuridade. O general Andréa e o comandante Mariath levaram a cabo a pacificação do Grão-Pará. Mais tarde, ambos libertariam Santa Catarina dos farrapos. Não se sabe que fim levou o judeu Rhossard. Mergulhou na treva de onde viera...

Ao terminar a história fartamente documentada de tão tormentoso período, diz Domingos Raiol: "A imprensa apaixonada e mal dirigida teve grande parte nas calamidades do povo (68)." Sem dúvida. O velho historiador, porém, como crente que se mostra nos ideais de

fachada da maçonaria, esqueceu a ação deletéria das sociedades secretas na intrigalhada e na decomposição política que propositalmente geraram a desordem, da qual brotou a flor de sangue da anarquia cabana. Do mesmo modo como hoje a polícia descobre células comunistas, dirigidas por homens e mulheres do povo, sem achar seus inspiradores e sustentadores ocultos, ele e outros viram o panorama das correrias e atentados, sem suspeitar seus verdadeiros autores, os escondidos, os embuçados, os mascarados.

"A conquista judaica — ensina Drumont — difere somente das outras no seguinte: é que, ao invés de proceder abertamente, se exerce pela entrega a Israel de todas as molas do governo, quer por meio de judeus, quer por meio de maçons, quer por meio de funcionários e magistrados comprados a dinheiro (69)." Podemos acrescentar em sã consciência: quer por meio da anarquia da sociedade, levada a efeito por indivíduos habilmente transformados em verdadeiros instrumentos inconscientes do Poder Oculto que desarticula o mundo cristão. A obra de desarticulação tem como principal fator a imprensa mercantilizada, abastardada, mentirosa, pérfida, judaizada.

Raiol viu isso demasiado bem para seu tempo, em que ninguém conhecia, como hoje se conhece, o plano maldito do judaísmo.

Capítulo IX

A MAÇONARIA NEGRA

Na sangrenta anarquia tumultuária da Regência, resultado fatal do traiçoeiro golpe maçônico de 7 de abril, que destruiu o prestígio da autoridade imperial, as forças secretas tudo tentaram para anemiar e retalhar o Brasil. Fomentaram jaquerias, fanatismos sertanejos, revoluções carbonárias e bucheiras, sublevações de índios e de negros, mesmo a guerra santa dos muçulmanos contra os cristãos.

Parece incrível!

E havia muçulmanos no Brasil?

Havia, sim, se é que ainda não existem.

Eram os escravos importados dos reinos e impérios maometanos da África para o Rio de Janeiro, Pernambuco e, em maior quantidade, para a Bahia. **Musulmis,** diziam-se. Os negros fetichistas chamavam-lhes **Malês,** nome de etimologia duvidosa. Para o vulgo, o corruptela de **má-lei,** sectários de um credo perverso, de urra lei má. Para uns, do quelimano **Malê,** pedagogo, mestre, porque ensinavam a religião de Mafoma, fazendo proselitismo no seio da escravaria. Para outros, de **Melle, Mellé, Mali,** abreviações corrompidas de **Mali-nké,** a gente de **Mali,** império afro-muçulmano do Niger. A designação abarcava os negros Haussás, Nagôs ou Iorubás, Tapas, Gêges, Grunas, Bornos, Cabindas, Barbas, Minas, Calabares, Jobus, Mondubis ou Mendobis e Benins (1).

Seu maometismo não era puro e sim uma das setenta e três seitas nascidas do Islam. Criam num Deus Único, **que não fôra gerado e não gerara,** numa hierarquia de anjos, na existência do diabo, **Satanadjah,** e mesclavam em suas práticas e liturgias, abusões e mandingas (2).

Seus levantes, em diversas épocas, — afirma o douto Nina Rodrigues — ficaram "até hoje incompreendidos". Eram negros policiados e aguerridos, muitos sabiam ler e escrever a sua língua nativa ou o árabe e tinham mestres que lhes davam lições, apostolavam o

credo islâmico entre os outros pretos e organizavam insurreições (3). Possuíam até o seu clero; limanos ou imans, alumás ou marabus, a quem obedeciam e consultavam em tudo e por tudo.

Tentaram várias rebeldias antes do grande golpe que desferiram, ajudados da sombra pelas forças que procuravam desagregar a Nação, de 24 para 25 de janeiro de 1835. As primeiras revoltas foram as dos negros Haussás. Em 1807 e 1809, segundo cartas do 6- conde da Ponte, governador da Bahia, que as debelou, a Sua Majestade o Rei de Portugal e a D. Fernando José de Portugal, respectivamente. Depois, as de 1813, sufocados pelo conde dos Arcos, e a de 1816. Em seguida, vieram as dos Nagôs ou Iorubás, que se reuniam nas chamadas **Casas do Candomblé,** em 1826, 1827 e 1828, esmagadas com mão de ferro pelas autoridades. Em 1830, houve uma insurreição parcial, abortada por denúncia (4). Afinal, a **guerra santa** de 1835, que só foi vencida graças à revelação em cima das buchas das libertas nagôs Sabina e Guilhermina.

No Rio Grande do Sul, aproveitando os fermentos da política local, os maçons e carbonários haviam acendido a fogueira de uma guerra civil que duraria dez longos anos. O governo da Regência diminuía as guarnições militares das províncias, ora tirando tropas para atender à rebelião farroupilha, ora reduzindo os efetivos por medidas de economia e ora dissolvendo corpos que lhe não mereciam confiança. Dias antes de rebentar o movimento dos pretos baianos, saíra da cidade do Salvador uma expedição para o Sul. As tropas que ficaram eram pouco numerosas e armadas com péssimas espingardas, o refugo dos depósitos (5). Momento azado para um golpe de surpresa, desferido com habilidade. Nesse malaventurado tempo, as "revoltas eram a triste arma usada por uma infame política, e de costume era provocar desordens e matanças e depois dizer serem elas obra do governo (6)." Tática das sociedades secretas, do comunismo, do judaísmo, de há muito observadas e conhecidas. O historiador que a revela nas palavras acima sentiu perfeitamente que mais alguém havia por trás dos negros muçulmanos. Veremos quem, no decurso deste capítulo, o que nos ajudará a compreender o que Nina Rodrigues declara até hoje incompreendido.

Os documentos oficiais coevos claramente nos mostram a rebeldia com um caráter, além de político-social, religioso: uma verdadeira **guerra santa,** visando a chacina de todos os brancos e a redução dos mulatos ao papel de lacaios e escravos dos vencedores (7). Demais, a conspiração tinha ramificações em várias províncias. As dificuldades de articulação, certamente, não permitiram os golpes esperados de

modo simultâneo. Alguns, porém, se produziram, como, por exemplo, na cidade de Campos (8). Contavam com a adesão dos negros fetichistas, de outras raças, sequiosos de liberdade e vingança, como era natural em pobres escravos. A conversão de toda essa pretalhada ao catolicismo era superficial. Ainda agora, seus descendentes misturam à religião as mais absurdas crendices da feitiçaria. Depois do morticínio, seria proclamada uma Rainha, princesa negra reduzida à escravidão e trazida pelos traficantes de carne humana para o Brasil (9).

As reuniões conspiratórias tinham como pretexto danças e festas. Outras se faziam nos adros desertos das igrejas isoladas, na escuridão das noites sem lua. Do processo, que existe no Arquivo Público da Bahia, consta que haviam adotado um traje de guerra — camisola branca e faixa vermelha — e uma bandeira. Que bandeira? O estandarte verde do Profeta de Allah? Os documentos são mudos a respeito. Entre os papéis apreendidos pela polícia, escritos em geral em caracteres árabes, recados, comunicações, rezas, patuás, suratas do Corão, existe um plano grosseiro para a execução do levante, aproveitando-se os festejos de Nossa Senhora da Guia, na noite de 24 para 25 de janeiro, no Bomfim (10). Ali se aglomeraria a população. Marchando de diversos pontos sobre a cidade descuidosa e meia deserta, os Malês se apoderariam do forte de São Pedro e do quartel da Mouraria. Armar-se-iam melhor e espalhariam o terror, **enfocando a burguesia,** como se diz na gíria comunista contemporânea.

Por que até quase o momento de explodir a perigosa revolta de que milhares de homens iam participar se conservou o segredo, que, à última hora, as libertas, por terem sido ameaçadas de morte após a vitória, levaram ao conhecimento das autoridades?

Porque os negros muçulmanos conservavam das lutas e conquistas dos reinos e impérios africanos a tradição das **djemaas,** associações religiosas e militares fechadas, nas quais se preparavam sigilosamente para as **guerras santas.** Porque, além disso, quase todos, senão todos, pertenciam a uma sociedade secreta, decerto introduzida por elementos semitas nas civilizações incipientes do Niger e do Senegal, denominada OBGONI ou OHOGBO, "verdadeira instituição maçônica, assegura Nina Rodrigues, que governava os povos iorubanos, com ação muito superior mesmo à vontade dos régulos. E em todos os atos desta associação dominava o mais absoluto sigilo (11)." Um Estado Oculto nos Estados aparentes dos sobas. A MAÇONARIA NEGRA vinha juntar-se na obra de desagregação e enfraquecimento do Império à maçonaria judaica internacional.

Vejamos agora como ambas poderiam estar **secretamente** ligadas. Os conluios eram dirigidos por libertos, que forneciam dinheiro para as armas e o mais: "Os fios das conjuras prendiam-se a mãos livres", escreve Pedro Calmon (12). O padre Etienne Ignace Brasil reconhece a participação de homens forros e abastados, na conspiração, de acordo com os documentos do processo, que estudou. "O plano — diz ele — fôra maquinado com suma perícia (13)." E o relatório do chefe de polícia, barão de São Lourenço, nos traz precioso esclarecimento: **grande quantidade** dos insurgentes, **os melhores armados,** eram escravos de **ingleses.** A autoridade ingenuamente atribui isso à menor coação em que viviam os escravos de estrangeiros.

Não podemos ser tão ingênuos como o chefe de polícia baiano do ano da Graça de 1835. A Bahia, cidade negreira por excelência, estava cheia de judeus que exploravam o tráfico de negros, como hoje exploram o tráfico de brancas, em sua grande maioria súditos ingleses. Um deles deixou o rabo de fora na Sabinada, em documento impresso por ele próprio e insofismável, que encontraremos no capítulo respectivo, o **cidadão britânico** Isaac Amzalak... Logo esses escravos é que estavam melhor armados! Dá para desconfiar... Demais, a Bahia era um terrível foco maçônico desde os tempos coloniais. Os maçons ali libertaram o aventureiro **inglês** Lindsay. Ali andara o misterioso **inglês coxo** da falhada conjura maçônica dos Alfaiates. Ali, em 1837, a maçonaria daria fuga do forte do Mar a Bento Gonçalves, o presidente da república carbonária-farroupilha do Rio Grande do Sul...

O citado relatório ainda se refere à grande matula de Malês reunida na casa de um ricaço, cujo nome parece que a Religião do Segredo fez o chefe de polícia calar. Não é de admirar, quando se sabe de fonte limpa que políticos, administradores e estadistas da época, na quase totalidade, pertenciam à maçonaria, como os maiorais da República, na mesma proporção, pertencem à Bucha, fundada em São Paulo no crepúsculo triste do Primeiro Reinado pelo **divino** ou Minerval Iluminado Júlio Frank.

Os libertos, mãos livres a que alude Pedro Calmon, eram necessariamente os elementos de ligação entre a pretalhada muçulmana e os altos inspiradores do movimento subversivo, aos quais convinha essa **guerra santa,** que, só foi vencida com certa rapidez e energia, graças à prevenção a tempo ainda dos responsáveis pela ordem pública. Entretanto, aniquilou o comércio baiano, reconhece uma das testemunhas do acontecimento (14). Naturalmente **certo** comércio **estrangeiro** ganhou com isso, anulando a concorrência nacional.

Na tarde de 24 de janeiro de 1835, corria pela cidade um zum-zum de que se preparava qualquer coisa. A atmosfera estava carregada, como vulgarmente se diz. Às dez horas da noite, o juiz de paz a quem as libertas haviam revelado a conjura, trouxe a denúncia a Francisco de Souza Martins, presidente da província. Este oficiou imediatamente ao chefe de polícia para reforçar as patrulhas e prender os indivíduos suspeitos. Oficiou, depois, aos juizes de paz, prevenindo-os e determinando providências rápidas. Às onze horas, o chefe de polícia mandou guardar o palácio do governo e o largo do Teatro. Pôs de prontidão a cavalaria e, com um piquete, foi ao Bomfim, onde se realizava a festa de Nossa Senhora da Guia.

Os negros agitavam-se já àquela hora na Vitória, na Baixa dos Sapateiros, na ladeira do Carmo, no Pilar e no Taboão. Uma busca de negros fugidos deu por acaso com um ajuntamento de Malês, no Guadelupe. Os negros se alvoroçaram, pensando que estavam descobertos, e resistiram. Houve tiros. Espalhou-se certo alarma entre os insurgentes, que cometeram o erro de esperar a calma da madrugada para se lançarem ao assalto dos pontos visados em seu plano. Os minutos eram preciosos. O governo ganhou tempo para se precaver (15).

Ao madrugar, atiraram-se à luta com o maior denodo. Suas colunas convergiram para o centro da cidade, deslizando pela escuridão no mais completo silêncio. Vinham armados, na maioria, de chuços, espadas, parnaíbas, facalhões e pistolas. Os escravos dos **ingleses** traziam todos boas armas de fogo! Iam matando quem encontravam. Um grupo atacou o palácio, assassinando a sentinela. A guarda fechou o portão e meteu-lhe bala. Recuou ante o inesperado revide e lançou-se sem resultado contra o quartel dos Permanentes, em São Bento. Outro devia assaltar o forte de São Pedro. Julgando-se fraco, resolveu esperar o terceiro bando, que marchava da Vitória e estava tardando. Erro grave. O forte estava de sobreaviso e abriu fogo, repelindo-os. Correram tontos a ver se, ao menos, tomavam o quartel da Mouraria, onde só estavam doze soldados. Estes tinham cerrado os pesados portões e resistiram. Então, desceram, saqueando, depredando e chacinando as pessoas indefesas, para a Barroquinha.

Em Água de Meninos, o chefe de polícia carregou-os com as forças que reunira, quinhentos infantes e o esquadrão de cavalaria. O combate foi renhido. Os Malês defendiam-se heroicamente, vendendo caro a vida. Mas a tropa os impeliu à bala, baioneta, espada e pata de cavalo para a beira-mar. De súbito, à sua retaguarda, tiros partidos da

praia. Um escaler da fragata "Baiana" desembarcava ali um pelotão de imperiais marinheiros. Introduziu-se a desmoralização nas hostes muçulmanas. Uns galgam as ladeiras, outros se acoutam nas vielas e nos matos próximos, grande número se afoga, querendo fugir a nado (16).

Logo de início, os infelizes pretos que haviam sonhado um reino maometano no Brasil, açulados por via indireta pelo Poder Oculto através de seus prepostos e de suas organizações secretas, foram fuzilados, chibateados, arrastados às galés ou deportados para a África. Quando se tratou de apurar mais fundamente as responsabilidades, as forças desconhecidas intervieram com suas mãos de veludo que não deixam rasto. A imprensa silenciou. O processo arrastou-se manhosamente até 1844 (17). Quase dez anos! E tudo ficou por isso mesmo...

Nós, que estamos presenciando nos dias que correm o lento e dilatado processo dos comunistas matadores de 1935, os quais desrespeitam o tribunal em obediência às ordens de Komintern e fazem ostensivamente o gesto dos sequazes de Moscou, contando ora com o silêncio, ora com a propaganda meio disfarçada ou mesmo clara dos jornais, compreendemos perfeitamente como as coisas se deveriam ter passado naquelas priscas eras.

Pobre Brasil! O sangue de teus filhos, brancos ou de cor, cabanos e balaios, pintistas e sebastianistas, malês e nagôs, Farrapos e sabinos, quando cessará de correr estupidamente, inutilmente, esterilmente, em holocausto às maçonarias brancas — iluminadas, adonhiramitas, escocesas, buchas, carbonárias e paládicas; em holocausto às maçonarias negras — **ohogbos, obgonis, casas do candomblé** e até macumbas, postas hoje em moda pelos judeus que zombam dos imbecis que sugestionam; quando cessará de correr na luta fratricida dos partidos políticos e dos grupos econômicos, para que todos, unidos numa consciência cristã, edifiquem, sob esta ou aquela forma de governo forte e estável, o grande Império pela sua força moral, espiritual e material, cuja formação as forças secretas até hoje têm combatido, usando para isso da inconsciência de muitos brasileiros, da ignorância da maioria, das paixões e da corrupção de alguns? Essa obra grandiosa somente pode resultar do ritmo harmonioso da marcha de novas gerações, esclarecidas sobre o problema de seu destino. É por isso que, desafiando as iras das maçonarias negras e brancas, nós nos pusemos ao serviço dessa causa nacionalista e cristã, abrindo os olhos que estavam fechados e até os olhos que não queriam ver...

NOTAS

I

(1) "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", t. III, relativo ao 3º ano social, 1841, reimpresso em 1860, tip. de D. L Santos, pg. 134.

(2) Op. cit., t. III, pg. 235.

(3) "E antes uma luta pelos interesses e domínio do judaísmo do que uma luta pelos interesses da humanidade. E, nessa luta, o judaísmo se revela como o poder dominante a que a maçonaria deve submeter-se. Isto não nos deve espantar, porque, de modo oculto e cuidadosamente disfarçado, o judaísmo já é, de fato, o poder dominador em muita loja da Europa." Findei (autor judeu e maçon), "Die Juden ais Freimaurer". "A maçonaria é uma instituição judaica." Dr. Isaque Wise, art. no "The Israelite", n[2] de 3 de agosto de 1866. "O espírito da maçonaria é o espírito do judaísmo". Art. na "Verité Israelite", 1865. Por decreto de 12 de setembro de 1874, confirmando um tratado assinado entre a loja judaica dos Bnai Brith e a autoridade suprema do Conselho Supremo de Charleston, o grão-mestre Albert Pike autorizou os israelitas maçons a constituírem uma federação secreta que funciona ao lado das lojas ordinárias e cujo centro universal ficava em Hamburgo, na rua Valentinskamp, com o título de Soberano Conselho Patriarcal.

Justamente por ser uma instituição judaica é que por pouco importam o nome ou o rito das organizações maçônicas. Todas se eqüivalem e visam idêntica finalidade. Di-lo o maçon Mackey na "Enciclopédia": "É evidente que não há unidade de ritos, mas essa variedade não afeta a universalidade da maçonaria. O ritual é somente a forma externa e extrínseca. A doutrina da franco-maçonaria é a mesma em toda a parte. É o corpo imutável, o mesmo em todos os lugares." Citado em D. José Maria Caro, "Mistério!" Santiago do Chile, 1924, pg. 20.

V. sobre o assunto "L'influence juive au Grand Orient", cap. V da obra de Lucien Pemjean, "La Maffia Judéo-Maçonnique", ed. Baudiniére, Paris, 1935, pgs. 55 e "passim".

Na revista maçônica francesa, "Le Symbolisme", se lê isto: "O primeiro ato dos maçons deve ser glorificar a 'raça judaica' que conservou intacto o depósito sagrado da ciência." Com isto se compreende aquela raça a que se refere a proclamação do Oriente de Porto Alegre...

Para se ver que não inventamos a ação do judaísmo na história do Brasil, leia-se em Agenor de Roure, "A constituinte republicana", ed. da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1918, o trecho à pgs. 449-450 do t. II, em que se refere ao fato de, na Assembléia Constituinte de 1823, terem "os judeus pleiteado culto público", sendo-lhes negado. Já eram tão audaciosos que pretenderam essa medida, sabendo que a religião Católica era a oficial do Império...

(4) General José Inácio de Abreu e Lima, "Compêndio da História do Brasil", E. e H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1861.

(5) "História Secreta do Brasil", t. I, pg. 210, "nota" 3.

(6) Léon de Poncins, "La dictature des puissances occultes", Beauchesne, Paris, pg. 73.

(7) R. Le Forestier, "Les Illuminés de Baviére et Ia Franc-Maçonnerie", ed. Hachette, Paris, 1915, pgs. 16-27. Para desviar a atenção de seus manejos secretos, Weishaupt criou a fábula da existência de uma maçonaria no seio dos jesuítas. Lançou a calúnia em 1781 por intermédio de seu comparsa Knigge, que usava o pseudônimo judaico de Aloysius Mayer. Depois, afirmou a mesma infâmia numa circular. V. Barruel, "Mémoires", t. V, pgs. 10 e segs.

(8) Chamamos a atenção para a data de 1º de maio e para a "nota" a respeito no t. I, cap. XV, pg. 291, chamada 52.

(9) R. Le Forestier, op. cit. pgs. 29-32.

(10) Op. cit., pgs. 49-67.

(11) Op. cit., pgs. 71-91. Um dos principais ladrões de livros e documentos que se vendiam para arranjar dinheiro era o joven Hoheneicher. Sobre os Iluminados devem-se consultar as seguintes obras: "Ueber die alten und neuen Mysterien", Berlim, 1782; "Die hebraische Mysterien, der odie alteste religiose Fraymaurerey", Leipzig, 1788; sobretudo Bar-

ruel, "Mémoires pour servir á l'histoire du jacobinisme", P. Fauche, Hamburgo, 1803. Sobre Hoheneicher e os roubos de livros, v. esta última obra, t. IV, pg. 25.

(12) Barruel, "Mémoires pour servir á l'histoire du jacobinisme", t. III, pg. 185.

(13) Weishaupt, "Écrits originaux", t. III, cartas 3 e 4, pgs. 181-182.

(14) Thomas Forts, "The secret societies of the European revolutions", t. I.

(15) Barruel, op. cit. t. IV, cap. XII.

(16) Lecoulteux, "Societés Sécrètes", pg. 167; Barruel, op. cit. t. IV, pg. 281.

(17) O Ritual consagra o3 graus em latim: Illuminatus Minor, Major, Dirigens, Presbyter, Princeps ut Regens.

A entrada dos Iluminados na maçonaria determinou a saída de muitos maçons e acabou de infeccioná-la de judaísmo, diz Barruel, op. cit. t. II, pg. 186. Aliás, o judaísmo da maçonaria é transparente. V. na op. cit. t. cit. de Barruel, pg. 222: o verdadeiro maçon se torna pontífice de Jeová; o Rosa Cruz aprende que é preciso vingar os pontífices de Jeová contra o Cristo. V. t. II, pg. 209: no 1º grau de Cavaleiro Escocês, o adepto é elevado à dignidade de Grão Sacerdote, recebendo uma espécie de bênção em nome do "imortal" e invisível Jeová; no 3º grau se revela a famosa "palavra perdida" desde a morte de Hiram, que é a palavra Jeová. Lembre-se o famoso Manifesto de José Bonifácio contra D. Pedro I, falando dos planos do "imortal" Jeová...

(18) R. Le Forestier, op. cit., pgs. 138-316. Ofício da loja maçônica "União e Progresso" de Vitória, Espírito Santo, ao Presidente e Membros da Câmara Municipal, datado de 27 de abril de 1935 e publicado em boletim, contra a hipótese levantada por vereadores integralistas de ser a maçonaria uma sociedade secreta incursa no Código Penal da República: "A maçonaria não é uma sociedade secreta, como querem os Sigmas da Direita ou da Esquerda. A maçonaria é uma escola onde se aprimora o caráter do homem na verdadeira concepção do amor ao próximo e à grandeza da pátria. É uma sociedade que tem por fim estreitar os laços de amor e de fraternidade que deverão formar de todos os homens UMA ÚNICA FAMÍLIA, a despeito dos obstáculos que o próprio mundo oferece à realização desse sublime escopo." Confere em gênero, número e caso... O judaísmo é bem camuflado. Quem não o conhecer que o compre e embarque na canoa do internacionalismo judaico, mascarado de uma só família e falando em grandeza da pátria... Este ofício maçônico recente mostra que a maçonaria pensa hoje o que pensava o Iluminismo no século XVIII e ambos pensam o que sempre pensou Israel...

(19) Op. cit. pgs. 429-530.

(20) A. Z. Mueller, "Entdeckte Illuminatenrecepte von Aqua-Tofana und anderen geheimen Mitteln", Berlim, 1788. Entre os papéis dos Iluminados foram encontradas receitas da Aqua-tofana, escritas pelo "irmão" Massenhausen, cujo nome de guerra era Ajax. Cf. Barruel, op. cit., t. IV, pg. 270.

(21) Léon de Poncins, op. cit. pg. 73.

(22) Op. cit., pg. 74 in nota; De Luchet, "Essai sur Ia secte des Illuminés"; Éliphas Lévi, "Histoire de Ia Magie"; Deschamps, "Des societés sécrètes", t. II, pgs. 102 e segs.; Thomas Forst, op. cit. t. I, pg. 24; "Apologie des Illuminés", pg. 62; Barruel, op. cit., t. IV, pgs. 247-248.

(23) N. H. Webster, "Secret societies and subversive movements", pg. 218.

(24) Maçons ecléticos são aqueles que se não prendem a nenhum sistema filosófico, a nenhum credo religioso, a nenhuma disciplina mental, a nenhuma regra moral e a nenhum rito, segundo informam os "Archives des Francs-Maçons et Rose-Croix", Berlim, 1785, cap. III. Eles estão muito próximos da essência do Iluminismo, segundo o texto do próprio punho de Spartacus Weishaupt contido em Barruel, op. cit., t. III, pg. 17: "A Igualdade e a Liberdade são direitos essenciais que o homem, na sua perfeição original e primitiva, recebeu da natureza. O primeiro golpe na Igualdade foi dado pela propriedade. O primeiro golpe na Liberdade foi dado pelas sociedades políticas ou governos. Os únicos apoios da propriedade e dos governos são as leis religiosas e civis. Portanto, para restabelecer os primitivos direitos do homem, é preciso começar por destruir toda religião e toda sociedade civil, abolindo toda propriedade." O texto é suficiente para mostrar que a doutrina iluminista vem em linha reta dos albigenses e dos sectários de Manés. É o comunismo judaico oriental em marcha. Os antigos maniqueus consideravam-se "iluminados": GLORIANTUR MANICHOEI SE DE COELO ILLUMINATOS, diz Gaultier em "Verbo Manichoei", rect. 3. Toda a maçonaria, seja qual for o rito, é maniquéia. D. José Maria Caro depõe na sua obra "Mistério!", pg. 169: "As simpatias da maçonaria pelo maniqueísmo são evidentes: Weishaupt recomendava a seus adeptos o estudo do maniqueís-

mo e Redares celebra Manés como um desses homens que quiseram impor a razão e a verdade na sua fé religiosa,"

(25) Legião da Caveira.

(26) Liga da Virtude e União da Virtude.

(27) Sociedade de Irmãos, Sociedade de Companheiros e Sociedade de Camponeses.

(28) Lombard de Langres, "Des societés sécrétes en Allemagne et dans d'autres contrées, de la secte des llluminés, du Tribunal Secret, de l'assassinat de Kotzebue", Paris, 1819. A reação policial bávara começou em junho de 1784 e foi branda. Nenhuma execução. Algumas prisões e banimentos.

(29) R. Le Forestier, op. cit., pg. 707.

(30) Op. cit., pg. 705.

(31) Art. sobre o livro "A tour in Germany and some of the Southern Provinces of Austrian Empire" — years 1820, 1821 and 1822—, in "The Edimburgh Rewiew", t. 41, 1825, pgs. 78-96.

(32) "Reminiscências e Fantasias", 2 vols., tip. do "Vassourense", Vassouras, 1883.

(33) Op. cit, t. I, pgs. 9 e seg.s

(34) Op. cit., t. I, pg. 151. É manifesta a influência iluminlsta em tal estudante.

(35) "História Secreta do Brasil", t. I, cap. XVIII, pgs. 333 e seguintes.

(36) "Es war ein neue Evangelium der Aufklàrung", Karl von Koserítz, "Bilder aus Brasilien", Verlag W. Friederich, Leipzig und Berlin, 1885, pg. 371. O autor visitou a Faculdade de Direito de São Paulo em 1883. Cf. Zaccone, "História das sociedades secretas", trad. de H Salgado, ed. Lusitana, Lisboa, s. d., t. II, pgs. 520-554; João Antunes, 'A maçonaria iniciática ', ed. Teixeira, Lisboa, 1918, pgs. 125 e segs.

(37) Spencer Vampré, "Memória para a História da Academia de São Paulo", ec Saraiva & Cia., São Paulo, 1924, t. I, pg. 189.

(38) Simeão Pinto de Mesquita, "Unidade e permanência da revolução mundial", "in" "Integralismo Lusitano", 1932-1933, t. I, pgs. 105 e 173.

(39) Spencer Vampré, op. cit., t. I, pgs. 178-182; Almeida Nogueira, "Tradições e Reminiscências"; Azevedo Marques, "Apontamentos históricos", t. I, pg. 95.

(40) Spencer Vampré, op. cit., t. I, pgs. 151-155; Eugênio Egas, "Diogo Feijó", t. I, pg. 203.

(41) Pedro Calmon, "O marquês de Abrantes"; Carvalho, "História da Liberaade", Coimbra, 1868.

(42) Fernando Luiz Osório, "Os supremos objetivos da jornada de 35", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", 3[9] trimestre, ano XV, 1935, pg. 42.

II

(1) "Elogio histórico dos membros falecidos no 3º ano social, 1841", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tip. D. L. Santos, reimpresso em 1860, t. III, pgs. 546-547.

(2) Júlio Frank, "Resumo de História Universal", reimpresso por ordem do Governo, para uso da aula de História e Geografia, da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais desta cidade de S. Paulo, vols. I e II encadernados num tomo só. O 1º contém a História Antiga e da Idade Média; o *2-,* a História Moderna, S. Paulo, tip. de M. F. da Costa Silveira, rua de S. Gonçalo nº 14, 1839. Decalque vulgar da "História Universal" do alemão H. L. Poelitz.

(3) Ed. da Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1883, 5-7, pgs. 259-260.

(4) Cerqueira dá-lhe 34 anos incompletos.

(5) Nada de concreto justifica essa glória tão apregoada.

(6) Spencer Vampré, op, cit., t. I, pg. 260.

(7) Maurice Soulié e H. Mueller, "Les procés célebres de l'Allemagne", Payot, Paris, 1931, pgs. 114-115.

(8) Depoimento do Conselheiro Áulico Utzschneider, do padre Cosandey e do Acadêmico Grünberger a 9 de setembro de 1785, in Barruel, op. cit., t. IV, pg. 261. No Canadá, por

exemplo, pregara o liuminismo em 1791 o judeu David Lean. Op. cit., t. V, pg. 267. A América entrava no plano geral de ação iluminista. Júlio Frank não veio para o Brasil à toa.

(9) Soulié e Mueller, na op. cit., são dos que mais duramente atacam Kotzebue. Justamente por isto os escolhemos para nos traçarem as linhas mestras da vida do publicista.

(10 Universidades protestantes.

(11) Com uma grande diferença que o autor, na sua explicação justificativa e judaica, esquece de propósito: as antigas corporações de estudantes eram abertas; as novas, associações, secretas.

(12) Estão aí os nomes germânicos das sociedades secretas judaico-alemãs das Academias Brasileiras.

(13) Op. cit., pgs. 112-114.

(13) Op. cit., pg. 114.

(13) Op.cit.,pg. 114.

(16) Os grifos são nossos.

(17) Op. cit., pg. 115.

(18) Chamamos bem a atenção para o nome Frank-Wald. Ver-se-á adiante porque.

(19) Lorenzo Frau Abrines, "Dicionário Enciclopédico de Ia Masonería", Publ. "Mundial", Barcelona, s. d., voc. SAND. Eis um trecho do verbete: "Célebre por haver dado a morte ao publicista e dramaturgo de renome Kotzebue, em cumprimento de seus compromissos com a dita sociedade (Burschenchaft), que assim o decretou." O "Larousse lllustré", no art. SAND, diz o seguinte, em resumo: "Patriota alemão (?). Freqüentou a Universidade de Eriangen, onde fundou uma sociedade de estudantes (!). Em 1817, foi para lena. Cheio de amor por sua pátria (?) e pela liberdade, formou o projeto de assassinar Kotzebue."

(20) Maurice Soulié e H. Mueller, op.cit., pgs. 121-122.

(21) Seis meses depois da sentença! Por quê?

(22) Mais depressa se pega um mentiroso do que um coxo... Desmancha com os pés o que fez com as mãos. Não havia nenhuma simpatia popular refletindo-se nos carrascos, mas medo destes das represálias da Burschenchaft, tanto que Sand promete em nome de seus "companheiros" que nada acontecerá.

(23) Mártir? É o cúmulo! Um assassino e nada mais.

(24) Outros dizem: "Sandshimmelfuhrstwiese", isto é, o campo da ascensão de Sand para o céu.

(25) Maurice Soulié e H. Mueller, op. cit., pgs. 121-124.

(26) Adolf Franck, "La cabbale".

(27) Johann Jacob von Tschudi, "Reisen durch Südamerika", F. A. Brockhaus, Leipzig, 1867, t. III, pgs. 324-326: "Meine Bregleiterführten mich Zuerstin einem kleinen vierckiegen Hof in Kreuzgange des Klosters zu einem einfachen obelisken-fõrmigen Grab monument. Unterden Steine ruht ein Deutscher aus edler hochangeschener Familie, der unter dem "pseudonymen Namen" "Julius Frank" aus Gotha ais Professor an der Universität angestellt war und im vahre 1841, erst 32 vahre alt, starb".

(28) Op.cit., pg. 115.

(29) Idem, pg. 116.

(30) Léon de Poncins, "La guerre occulte".

(31) Maurice Soulié e H. Mueller, op. cit., pg. 117.

(32) Cf. Rodolfo Garcia, "O Rio de Janeiro em 1823, conforme a descrição de Otto de Kotzebue, oficial da Marinha Russa", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Imp. Nacional, 1917, t. 80; Otto von Kotzebue, "Neue Reise am die Welt, in dem vahren 1823-1826, — Nouveau voyage autour du monde pendant les années 1823-1826", St. Petersbourg, 1830, 2 vols.

(33) Trecho citado por Afonso Schmidt, provavelmente membro da Bucha, na novela "A sombra de Júlio Frank", publicada em 1936, nos folhetins do "Estado de São Paulo", que pode ser considerado órgão oficial dos bucheiros. O sr. Schmidt mandou imprimir esses folhetins em volume; porém como se referia às iniciações na Bucha e sua fundação, a edição foi rapidamente tirada da tipografia antes de ser posta em circulação. Houve quem pudesse obter no entanto um exemplar que nós vimos e constitui prova flagrante do poder bucheiro que deseja viver em silêncio...

(34) Essa loja era, sem dúvida, a loja "Amizade". Quando festejou seu 103º aniversário, em 13 de maio de 1935, segundo a publicação feita pelo "Diário de São Paulo" do dia 14, o venerável Eduardo Medeiros, em discurso oficial, "traçou o histórico da loja "Amizade" e acompanhou seu desenvolvimento através dos tempos. Mostrou as suas estreitas (!!!) ligações com a Faculdade de Direito de São Paulo, pois, em geral, seus membros eram professores ou estudantes na época em que foram lançados seus fundamentos, a 13 de maio de 1832". O referido venerável também agradeceu a presença na cerimônia do sr. Marrey Júnior e "outras altas autoridades da maçonaria paulista". Essa loja sucedera à outra mais antiga que funcionava no Piques.

(35) Lembramos que o Mocho ateniense, a coruja de Minerva, era o distintivo da fita dos Minervais do Iluminismo bávaro de Weishaupt. Os mochos são, pois, intencionalmente, postos no túmulo do iluminado fundador da Burschenchaft na Paulicéia.

(36) Spencer Vampré, conhecedor dos segredos da Faculdade de São Paulo, da qual é o historiador, conhecedor, sem dúvida, de outros segredos, grifa estas palavras. Por quê? Para indicar aqueles "alguns" que eram iniciados. Parece claro...

(37) Op. cit., t. I, pgs. 262-263. Que redação! Que salada! O enterramento nas igrejas só se realizava nos templos... É do outro mundo...

(38) "A sombra de Júlio Frank". Não é esse o único romance sobre Júlio Frank. A baronesa Handel Mazzetti escreveu sobre ele um romance histórico — "Das Rosenwunder".

(39) Spencer Vampré, op. cit., t. I, pg. 263.

(40) Sobretudo no cap. XV.

(41) "A sombra de Júlio Frank", folhetim nº 1.

(42) P. Deschamps, "Des societés sécrètes", t. III, pg. 36.

(43) "Correspondance inédite de S. C. de Saint Martin avec le baron de Kirchberger", ed. L. Schauer, Dentu, Paris, 1860. V. Paul Le Cour, "Claude de Saint Martin, Le Philosophe Inconnu" in "Atlantis", Paris, nº 70, de 21 de março de 1937.

(44) P. Deschamps, op. cit., t. II, pg. 116.

(45) Op. cit., locs. cits.

(46) Todavia a reitoria da Universidade de Goettingue confessou em carta a impossibilidade de apurar essa data...

(47) "Júlio Frank", no nº de 6 de abril de 1935. O Swedenborgismo também dimana do Iluminismo. Cf. Barruel, op. cit., t. III, pg. XII.

(48) Júlio Frank deicou em São Paulo tradição de bêbado inveterado. Com certeza afogava no álcool os espectros que o perseguiam... E freqüentava as sessões de magia negra... Está definido o homem...

(49) "Revista da Faculdade de Direito de São Paulo", 1903, t. II, pg. 47.

(50) A. Felício dos Santos, "Casos reais a registrar", ed. da Livraria Católica, Rio de Janeiro, 1932, pgs. 90-91. Um velho bucheiro revelou-nos que, nas reuniões da Bucha, se procedia à leitura de trechos de um manuscrito de Júlio Frank, que é conservado precisamente no arquivo da associação, no qual ele narrava as suas campanhas contra Napoleão. Ora, quem fez campanha contra o Imperador, como soldado, foi Carlos Luiz Sand, que esteve em Waterloo. É mais uma preciosa revelação da verdade.

(51) Barruel, op. cit., t. I, pg. XIII.

III

(1) Odilon Nestor, "Pandectas Brasileiras", Graf. Rio, 1928, t. III, pg. 374.

Segundo Joaquim Nabuco, em "Uma estadista do Império", 1ªed.,Garnier, Rio-Paris, t. I, pg. 14, foram estudantes de Olinda: Euzébio de Queiroz, Paula Batista, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Urbano, Souza Franco, Cansanção de Sinimbu, Carvalho Moreira, barão de Penedo, Jerônimo Vilela, Aprígio Guimarães, Casemiro Madureira, Vítor de Oliveira, Alcoforado, Saldanha Marinho, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Wanderley, Sérgio de Macedo, que nos agrilhoou a Rotschild pelo leonino contrato de 1857, Nunes Machado, chefe da revolução praieira, Taques. É quase certo que a maioria desses homens, todos notáveis na história do Brasil

Imperial, se iniciaram na Tugendbund. Nas suas "Reminiscências", o barão de Penedo se refere a "ditos cabalísticos", corroborando a afirmação de Odilon Nestor. Cf. Joaquim Nabuco, op. cit., t. cit., pg. cit., nota I. Souza Franco já fõra preso em Lisboa como conspirador aos 19 anos! Op. cit., pg. 17.

(2) "Memória histórica da Faculdade do Recife", Imp. Industrial, Recife, 1904, pgs. 13, 14e115.

(3) Pedro Calmon, "Castro Alves na garoa de São Paulo", art. na "A Noite", Rio de Janeiro, 26 de julho de 1935.

(4) "Discurso", pronunciado no Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo, Editora Limitada, São Paulo, 1927, pgs. 16-17.

(5) Que trágico, misterioso segredo seria esse na alma do lente que chamava a Nosso Senhor Jesus Cristo — o "Deus surrado"?! E como sabe o professor Ernesto Leme que ele guardava esse segredo?...

(6) É bom não esquecer que o venerável da maçonaria Eduardo Medeiros aludiu a "estreitas ligações" entre a maçonaria e a Faculdade.

(7) J. M. Azevedo Marques e Ernesto Leme, "Discursos trocados no Automóvel Clube", São Paulo, pg. 21.

(8) "Dicionário de Ia Masonería", pg. 1.488.

(9) Chama-se maçonaria adonhiramita, rito francês, Irmão Insinuante o recrutador de adeptos. Também assim se chama o mesmo recrutador no lluminismo bávaro, conforme se pode ver nos "Écrits Originaux" do próprio Weishaupt, t. II, e em Barruel, op. cit., t. III, pg. 150.

(10) Medite-se bem sobre esta indagação atormentada de René Guénon, em "Le Theosophisme", pg. 280: "Não haverá por trás de todos esses movimentos ALGUMA COISA estranhamente terrível que seus próprios chefes talvez não conheçam e da qual não passem de meros instrumentos?" Os que pensam ser chefes da Bucha não são mais do que simples instrumentos dessa ALGUMA COISA agachada nas trevas... Leia-se Copin-Albancelli, "Le pouvoir occulte", ed. Renaissance Française, Paris, 1908, pg. 45: "Atraídos por uma vontade superior à maçonaria, escondida por trás dela"; pg. 191: "Já que a maçonaria não passa de um instrumento, o mistério é ainda mais profundo do que supuséramos e devemos pensar que é mais temível"; pgs. 291-292: "Certas sociedades maçônicas são satânicas... seus iniciados professam o culto de Lúcifer. Adoram a este como verdadeiro Deus e se enchem de ódio implacável contra o Deus cristão, que declaram impostor." D. José Maria Caro é explícito no seu livro "Mistério!", pg. 178: "Nas lendas maçônicas de certos graus, se costuma dizer que a maçonaria descende por Caim, filho de Eva, de Iblis, o anjo de luz maçonico, isto é, o Lucifer dos cristãos, e, portanto, segundo eles, vem do mesmo Satanás, que, para eles, é o DEUS BOM, o eterno inimigo de Jeová, Deus da Bíblia..." Essa monstruosidade está comprovada por dois documentos da própria maçonaria, absolutamente autênticos. O primeiro é a PRANCHA dirigida pelo grão-mestre de Charleston, general Albert Pike, às lojas paládicas ou de retaguarda da Europa: "A vós, Soberanos Grandes Inspetores Gerais, graus 33, dizemos para que o repitais aos irmãos dos graus 32, 31 e 30 somente: a religião maçônica deve ser, para nós todos, os iniciados dos altos graus, mantida na pureza da DOUTRINA LUCIFERIANA." O segundo é um trecho do discurso do irmão 33, Inácio Sinigagliesi, na Primeira Federação Maçônica de Palermo: "Satan é o verdadeiro deus! Satan, que os padres venceram pela astúcia, pela calúnia e pela velhacada, é o criador da obra de igualdade, inteligência, civilização e progresso!" V. Domenico Margiotta, "Le Palladisme", ed. H. Falque, Grenoble, 1895, precedida da Bênção do Santo Padre Leão XIII e de cartas do Arcebispo d'Aix, do Patriarca de Jerusalém e dos Bispos de Grenoble, Montauban, Mende, Tarentaise, Oran, Pamiers e Annecy. O autor documenta exaustivamente, nas págs. 13 e segs., a existência de uma maçonaria superior, ignorada do comum dos maçons, e afirma: "O culto que se rende a Satan, representado pelo Bafomet, nas lojas de retaguarda, é vergonhoso!" Domenico Margiotta pertenceu a essa maçonaria satânica, convertendo-se depois ao catolicismo e abjurando seu triste passado. Prestou grande serviço à humanidade revelando os horrendos segredos que conhecia afundo. A voz do povo tem razão quando diz que a maçonaria adora o BODE PRETO...

(11) Exemplos: D. Pedro I, Guatimozin no Grande Oriente e Arconte-Rei no Areópago; João Adão Weishaupt, Spartacus. Os Espartaquistas, comunistas, revolucionários, surgiram ainda o outro dia, com os judeus Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Kurt Eisner, na Alemanha judaizada da constituição de Weimar. Releva notar que os dirigentes dos Iluminados de

Weishaupt se denominavam Areopagitas, isto é, membros do Areópago, e que Areópago era o nome que os Andradas, em dissidência com o Grande Oriente, no Primeiro Reinado, deram à organização secreta que fundaram e que o Imperador clausurou "manu militari". Como todos esses "patriarcas" aparentes da nação se ligavam às escondidas com as forças inimigas ocultas da nação! Quanta hipocrisia! Quanta máscara a ser arrancada de indivíduos cuja glória se deve às trombetas e penas alugadas ao maçonismo! Quantos tipos que somente subiram assoprados pelo poder das trevas, sacrificando brasileiros de maior valor, que passaram apagados, porque se não enfeudaram às maçonarias e buchas infames!

No parecer que deu no Conselho de Estado, em 1873, sobre a Questão Religiosa, o visconde de Abaeté, atacando virilmente a maçonaria, confessou ter pertencido a ela e estar então inteirado de seus fins anti-cristãos.

(12) "La France Juive devant l'opinion", ed. Marpon e Flammarion, s. d., Paris, pg. 85.

(13) V. em "Geschichte der Unberkanter" as infâmias da loja dos Iluminados de Ermenonville, presidida pelo conde de São Germano. A propósito, diz Barruel, op. cit., t. V, pgs. 76-77: "Nada pode igualar a torpeza de costumes que reinava no seio dessa horda." In nota.

(14) Copin-Albancelli, op. cit., pg. 124.

(15) Idem, pg. 143.

(16) Idem, pgs. 403-404.

(17) Idem, pg. 421.

(18) Idem, pg. 422.

IV

(1) V. cap. II, nota 41. Esse cinismo resume-se no lema dos Iluminados: "Der Zweck heiligt die Mittel" — o fim justifica os meios.

(2) Homens de alto valor, hoje católicos praticantes, nos tempos idos, quando estudantes bucheiros em São Paulo, chegaram a atentar contra a própria existência, no desespero criado pelo ambiente de magia negra, obra de Júlio Frank. A doutrina do suicídio era praticada pelos Iluminados, segundo Barruel. Era o que o ritual de Weishaupt denominava: "Patet exitus".

(3) Almeida Nogueira, "Biografia de Brasileiros Ilustres", pg. 231. V. Bernard Fay, "La Franc-Maçonnerie et Ia révolution du XVIIIème. siécle", ed. Cluny, Paris, 1935, pg. 143: "À Ia place du Pape elle installe lord Byron…"

(4) Spencer Vampré, op. cit., t. I, pg. 146.

(5) Idem, idem, pg. 147.

(6) Antonio Egídio Martins, "São Paulo antigo", t.l, pg. 95; Visconde de Araxá, "Reminiscências e Fantasias", t. I, pg. 120.

(7) Naturalmente era "oráculo" pelos mesmos motivos que o era Júlio Frank, entre os quais estava, em primeiro lugar, a iniciação nas sociedades secretas universitárias.

(8) Op. cit., pgs. 131 e segs.

(9) Ed. Garnier, Rio, 1884, 3 vols.

(10) Op. cit., t. I, pg. 5.

(11) Op. cit., t. I, pg. 15.

(12) Op. cit., t. I, pg. 37, in "Notícia sobre o autor".

(13) Op. cit., t. I, pg.65.

(14) Op. cit., t. I, pg. 84. Lembre-se Copin-Albancelli, qp. cit., pgs. 291-292: "Eles têm uma fórmula que resume seu estado de espírito; não é mais "À Glória do Grande Arquiteto do Universo", como nas maçonarias inferiores, mas G. E. A. L. O. O. O. A. D. M. M. M., o que quer dizer: "Glória e Amor a Lucifer. Ódio, ódio, ódio ao Deus Maldito, Maldito, Maldito"!... Não se poderia compreender esta blasfêmia se não se conhecesse o ritual satânico da maçonaria paládica, superior à maçonaria comum, a qual possue o chamado LIVRO APADNO DE ADONAI O MALDITO, que preceitua a adoração do Satan dos maniqueus, chamado "Excelsus Excelsior, Deus Optimus Maximus". V. "Le Palladisme" de Domenico Margiotta, pg. 60. O referido autor transcreve um trecho do grão-mestre paládico Alberto Pike, na pg. 71, que diz: "O ateísmo não basta ao maçon. Ele deve admitir Deus para poder odiá-lo e adorar Satan divinizado." Toda a

literatura satânica vem da maçonaria. Ela é a sua máxima inspiradora. Byron era maçon e cantou Satan. O "irmão" Mario Ripsardi escreveu um poema "Lucifer", que teve grande voga na Itália, em que diz: "Ergo-me com Lucifer e atiro contra o céu as falanges cerradas dos meus versos." O poeta Giosué Carducci, judeu e grau 33, é o autor do famoso "Hino a Satan", publicado pelo jornal de Paris, "La Patrie", no seu nº de 15 de setembro de 1894, do qual extraímos estes pedaços: "Na matéria que jamais dorme, Satan, rei dos milagres da natureza, Satan só ri… Satan é o deus dos desgraçados, dos oprimidos, o deus das revoluções... Seu grito mágico é Liberdade, Igualdade e Fraternidade... Satan é a metade, o complemento do Cristo..." Não é possível maior blasfêmia!

(15) "Esboço histórico e literário da Academia" "in" "Revista da Academia de São Paulo", pg. 264.

(16) Idem, pgs. 181-182.

(17) Veiga Miranda, "Álvares de Azevedo", ed. da "Revista dos Tribunais", São Paulo, 1931, pg. 135.

(18) Op. cit., pg. 139.

(19) Os dominós brancos (ou pretos, às vezes) do ritual da Bucha. Em 1817, a 18 de outubro, festejando o 3º centenário da Reforma de Lutero, os estudantes da Burschenchaft alemã organizaram um cortejo simbólico no castelo de Wartburg, "vêtus de robes blanches". Cf. Maurice Soulié e H. Mueler, "Les procés célebres de l'Allemagne", pg. 118.

(20) Veiga Miranda, op. cit., pg. 140. As reuniões da Bucha costumavam fazer-se dessa maneira, em casas por alugar. É possível que ainda continuem pelo mesmo processo. Foram feitas também em porões de edifícios públicos discretos. Nos da Escola Álvares Penteado e do Liceu de Artes e Ofícios, por exemplo.

(21) Op. cit., pg. 176.

(22) Op. cit., pg. 219.

(23) Op. cit., pg. 16.

(24) Villemain, "Biographie Universelle", art. BYRON.

(25) Spencer Vampré, op. cit., t. I, pgs. 351-353. Cf. J. V. Couto de Magalhães, "apud" Paulo Antonio do Vale, "Parnaso Acadêmico", pgs. 11-12; Pires de Almeida, "A escola byroniana no Brasil", in "Jornal do Comércio", 5 e 26 de fevereiro, 22 de março, 8 de junho, 13 de julho e 23 de novembro de 1905.

(26) Por exemplo, F. T. D., "História Universal", t. II, pgs. 375-376.

(27) Pires de Almeida, art. cit., "in" "Jornal do Comércio" de 26 de fevereiro de 1905.

(28) Almeida Nogueira, op. cit., t. V, pg. 201; Spencer Vampré, op. cit., t.l, pgs. 470-471.

(29) Nomes de personagens dos poemas de Byron servindo de pseudônimos a iniciados da Bucha.

(30) A história nos vem de tradição bucheira. O arrombamento da loja é posto aí para justificar os paramentos da Burschenchaft que os possessos traziam, com certeza.

(31) Outra desgraçada vítima do satanismo da Burschenchaft exercido nas universidades protestantes alemãs.

(32) Nem o padre apóstata faltou a esse verdadeiro sabat!...

(33) Leia-se o que está oculto e transparece: os dominós de cógula da Bucha, porque os paramentos maçônicos, aventais e faixas, não justificam o disfarce.

(34) A maçonaria não possue trajes vistosos. A Bucha, sim, tem dominós com capuz que oculta o rosto.

(35) Pelo ritual judaico, os cadáveres são lavados com água em que se fervem rosas e sepultados nus, envoltos num "taled". Pode-se compreender o desespero do acadêmico com a morte da mulher amada. O que se não compreende é que tenha profanado infamemente seu corpo.

(36) Ótima escolha! Só mesmo quem usasse o pseudônimo de Satanás seria capaz de tão monstruosa necrofilia!

(37) Spencer Vampré, op. cit., t. II, pgs. 160-163; Pires de Almeida, art. cit., in "Jornal do Comércio", de 20 de novembro de 1905. Preferimos transcrever na íntegra o texto de Spencer Vampré a contar com palavras nossas o monstruoso episódio, a fim de que se não diga que romanceamos ou inventamos.

(38) Spencer Vampré, op. cit., t. II, pg. 333.

(39) Art. cit., "in" "Revista da Semana", "in fine".

(40) Candomblés, catimbós, macumbas, feitiçarias, pajelanças...

(41) Domenico Margiotta, "Le Palladisme", ed. H. Falque, Grenoble, 1895, introdução pg.v.

(42) Op. cit., pgs. 32-33.

(43) Op. cit., pgs. 33-34.

(44) Op. cit., pgs. 94-95.

(45) Domenico Margiotta, "Adriano Lemmi, chef suprême des franc-maçons", ed. Delhomme et Breguet, Paris-Lyon, 1894, pg. 88.

(46) Idem, pg. 90.

(47) Idem, pgs. 206 e segs.

(48) Idem, pg. 267.

(49) Domenico Margiotta, "Le Palladisme", pg. 82.

(50) D. José Maria Caro, "Mistério!" pg. 164. Dermenghem, no seu prefácio ao livro de José de Maistre, "La franc-maçonnerie", confirma a existência das lojas de retaguarda, em conexão, como vimos, com a maçonaria escocesa, pg. 13: "A reforma escocesa, que quis imprimir maior seriedade à Ordem, caracterizava-se pela pretensão de ligar-se aos antigos Templários e pela afirmação dos famosos e misteriosos Superiores Desconhecidos. Ela admitia também graus mais elevados do que os três clássicos e grupos secretos de iniciados privilegiados, que, à margem das lojas comuns, tinham toda facilidade em manobrar secretamente as mesmas."

(1) Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", Gamier, Rio-Paris, 1ª ed., t. I, pg. 29.

(2) Op. cit., t. cit., pgs. 30 e 32.

(3) Bernard Fay, "La Franc-Maçonnerie et Ia révolution intellectuelle du XVIIIme. siécle", ed. de Cluny, Paris, 1935, pg. 264.

(4) Justiniano José da Rocha, "Ação, reação, transação", pg. 5.

(5) Joaquim Nabuco, op. cit., t. cit., pgs. 42-43.

(6) Euclides da Cunha, "À margem da história", Leio & Irmão, Porto, 1922, pg. 255.

(7) Op. cit., pg. 237.

(8) N. Deschamps, "Les societés sécrétes", Oudin Fréres, Paris, 1881, t. I, pg. 125. Os grifos são nossos.

(9) "La châine d'union", jornal maçônico, 1877, pg. 101. Os grifos são nossos. Não importam ao caso as sabidas divergências entre Littré e Comte. O que se tem em vista provar é a identidade entre os dogmas do positivismo e os da maçonaria, por esta mesma confessada.

(10) Pereira da Silva, "História do Brasil durante a menorídade de D. Pedro II", Garnier, Rio de Janeiro, *2-* ed., pg. 26.

(11) Joaquim Nabuco, op. cit., t. cit., pg. 33.

(12) Por que gloriosa? Pelos austeros depoimentos anteriores viu-se que podia ser evitada e só trouxe anarquia e violência. Será por que tudo o que a maçonaria faz é glorioso?

(13) Estilo maçonico puro.

(14) "Words, words, words…"

(15) Visconde de Goiana, "Apontamentos".

(16) Euclides da Cunha, op. cit., pg. 238.

(17) "Histoire et Chronique de Messire Jean Froissard", Lião, 1559, cap. 182.

(18) Barruel, op. cit., t. II, pgs. 170 e segs.

(19) Euclides da Cunha, op. cit., pg. 262.

(20) Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pg. 275.

(21) Op. cit.pg. 311.

(22) Pereira da Silva, op. cit., pg. 29.

(23) Pereira da Silva, op. cit., pg. 30.

(24) Rio Branco, op. cit., pgs. 344 e 347.

(25) Pereira da Silva, op. cit., pg. 40.

(26) Op. cit. "passim".
(27) Op. cit., pg. 44.
(28) Rio Branco, op. cit., pg. 483.
(29) Joaquim Nabuco, op. cit, t. cit., pgs. 17-18.
(30) Rio Branco, op. cit., pg. 399.
(31) Op. cit., pgs. 384, 441 e 544. Na "A Setembrada", ed. do "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 1933, Dunshee de Abranches mostra a luscfobia desse movimento maranhense.
(32) Op. cit., pgs. 442-444.
(33) Pereira da Silva, op. cit. "passim"; Rio Branco, op. cit., pgs. 475 e 480.
(34) Pereira da Silva, op. cit. "passim".
(35) Joaquim Nabuco, op. cit., pgs. 30 e 33.
(36) Euclides da Cunha, op. cit., pg. 257.

VI

(1) Paulino Nogueira, "Execuções de pena de morte no Ceará", "in" "Revista Trimensal do Instituto do Ceará", t. VIII, 1894, pg. 176, nota l.
(2) Rio Branco, "Efemérides", pg. 590.
(3) Ao contrário dos movimentos maçônicos, que se dirigiam a baienses, mineiros ou gaúchos este se dirige aos brasileiros. Afirma seu cunho nacional e não local. As circunstâncias limitaram seu ímpeto nacionalista.
(4) Combate em que derrotara as forças do governo.
(5) Além do sentido nacional o da clara reação contra o maçonismo.
(6) Palavras de La Rochejaquelein aos vendeanos, que Mussolini também aproveitou.
(7) Paulino Nogueira, op. cit., pg. 177, nota 1.
(8) Nome do infecto jornal de Marat na Revolução Francesa, "L'ami du peuple".
(9) Barão de Studart, "Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense", t. 1, pg. 46.
(10) Op. cit., loc. cit.
(11) Leia-se o que diz o Relatório oficial da Convenção do Grande Oriente de 1931: "Sociedades, embora compostas de elementos reacionários que fazem parte da maçonaria sem o saberem." Temos ou não razão no que afirmamos?
(11) Ofício do general Labatut, comandante das tropas do Ceará, ao ministro da Guerra, datado de 11 de outubro de 1832.
(12) a. citado.
(13) Proclamação do general Pedro Labatut, datada de bordo do brigue "Alcides", a 22 de julho de 1832.
(14) Paulino Nogueira, op. cit., pgs. 179-180.
(15) Op. cit., pg. 180.
(16) Ofício de Labatut a Bernardo Luiz Ferreira, datado de Crato a 16 de outubro de 1832.
(17) Os conventos católicos asilam os maçons perseguidos. Não consta até hoje que sinagogas e lojas tenham asilado os cristãos ameaçados.
(18) Paulino Nogueira, op. cit., pg. 187, nota 1.
(19) Ofício do vice-presidente de Pernambuco, Manuel Zeferino dos Santos, a Antero José Ferreira de Brito, depois barão de Tramandaí, ministro da Guerra, em data de 7 de dezembro de 1832.
(20) Ofício ao ministro da Guerra, barão de Tramandaí, em 12 de novembro de 1832.
(21) Ofício de 16 de agosto de 1833, do juiz de direito de Fortaleza, José Joaquim da Silva Braga, ao presidente José Mariano; Ordem do Dia de 17 do mesmo mês e ano, do ajudante de ordens deste, Manuel Frankiin do Amaral; Ofício do juiz de direito ao presidente, de 21 de agosto; Ofício de José Mariano a Aureliano Coutinho, ministro da Justiça, de 13 de setembro de 1833.
(22) Carta de Pinto Madeira a dona Maria Francisca, com afirma reconhecida, publicada pelo "Cearense Jacaúna", nº 18, de 6 de novembro de 1833.

(23) Ofício de 12 de dezembro de 1833 ao presidente do Maranhão.
(24) Paulino Nogueira, op. cit., pg. 204.
(25) Pedro Calmon, "O marquês de Abrantes", ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1933, pg. 212.
(26) Paulino Nogueira, op. cit., pg. 209.
(27) Ofícios de Inácio Corrêa de Vasconcelos a Raimundo Felício Lobato, vice-presidente do Maranhão, de 11 de agosto de 1834, e deste àquele, de 30 de setembro de 1834.
(28) Paulino Nogueira, op. cit., pg. 213.
(29) Libelo e Pronúncia de Pinto Madeira publicados no jornal cearense "A Constituição", nº 63, de 14 de agosto de 1881.
(30) Libelo, idem.
(31) Paulino Nogueira, op. cit., pg. 219.
(32) Isto foi testemunhado ocular e auricularmente por um cearense eminente, o dr. Leandro de Melo Ratisbona.
(33) Paulino Nogueira, op. cit., pg. 221.
(34) Termo correspondente no Nordeste a caolho, como se diz no Sul.
(35) Depoimento da testemunha presencial Amaro Ferreira da Silva.
(36) Loc. cit.
(37) Op. cit., pgs. 221-222. Lembre-se que o mesmo apelido de "dragão" foi posto pela maçonaria em D. Carlota Joaquina, que a perseguira.
(38) Portaria do comandante das armas do Ceará, José Manuel de Morais, de 16 de outubro de 1831.
(39) Paulino Nogueira, op. cit., pg. 224.
(40) Op. cit., pg. 225.
(41) Loc. cit., nota 2.
(42) Op. cit., pgs. 225-226. Vê-se que era Maia, o Mainha quem mandava... Por que seria que tinha esse poder estranho, igual a uma Razão de Estado, como reza o texto?...
(43) Paulino Nogueira, "A execução de Pinto Madeira perante a história" "in" "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", t. I.
(44) João Brígido, "Estudos biográficos de cearenses ilustres", ed. de 1882, pg. 32.
(45) Paulino Nogueira, "Execuções de pena de morte no Ceará", pgs. 228-229.
(46) João Brígido, op. cit., pg. cit.
(47) Barão de Studart, op. cit., pg. 47.
(48) João Brígido, op. cit., pg. 42.
(49) Viu-se esse ódio na veneração já testemunhada...
(50) Ofício de 27 de novembro de 1834.
(51) Pedro Theberge, "Esboço histórico da Província do Ceará".
(52) Ofício de 15 de dezembro de 1834.
(53) Vimos, pelo contrário, a veneração popular pelo mártir.
(54) Ofício de 11 de janeiro de 1835.
(55) Ofício de 26 de janeiro de 1835.
(56) Aviso de Manuel Alves Branco, depois visconde de Caravelas, de 13 de agosto de 1835.
(57) Aviso de Antônio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, de 4 de janeiro de 1836.
(58) Paulino Nogueira, op. cit., pgs. 245-247.
(59) O versalete é nosso. Em discurso pronunciado anos depois, Martim Francisco atacou a maçonaria, jurando que nunca fôra maçon. Seu irmão Antônio Carlos também negou tudo, quando da devassa da revolução de 1817. Não é possível dar crédito a simples negativas e juras. Esta confissão da existência de uma "religião do segredo é notável". Publicamos em "apêndice" a este volume um documento maçônico em que Martim Francisco figura como maçon. V. pg. 382.
(60) Carta Imperial de 10 de setembro de 1840.
(61) Paulino Nogueira, op. cit., pg. 251. O autor defende quanto pode a memória de Alencar da imputação que lhe foi feita.
(62) Op. cit., pg. 254.
(63) Ofício citado, do vice-presidente do Maranhão, de 30 de setembro de 1834.

VII

(1) Pedro Calmon, "História da Bahia", Leite Ribeiro, Rio, 1927, pg. 173.

(2) Rio Branco, op. cit., pg. 237.

(3) Joaquim Pinto de Campos, "Vida do grande brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva", Imprensa Nacional, Lisboa, 1878, pg. 42.

(4) Op. cit., pg. 43.

(5) Que quer dizer "Filhos da Viúva"? Viúva chamava-se a guilhotina maçônica da Revolução Francesa. Alguns autores querem que a expressão venha daí. Outros dizem que vem da viúva de quem Manes, fundador do maniqueísmo, fôra escravo e protegido. Copin-Albancelli escreve: "De modo que, se Jerusalém é Viúva de seu povo, como é viúva, por estranha analogia, a Desconhecida de quem os maçons se dizem filhos, em compensação é a Rainha das Nações ou será fatalmente, graças à superioridade concedida aos judeus sobre todos os outros homens, pelo fato de acumularem todas as nacionalidades." "Le Pouvoir Occulte", ed. da Renaissance Française, Paris., 1908, pg. 358. O mesmo autor ainda estuda a questão na op. cit., pgs. 11, 284 e segs. Afirma que, no fundo desse mistério, está vivo o antigo maniqueísmo. Manes, pregador do dogma dos dois princípios contrários da Luz e da Treva, do Bem e do Mal, do antigo dualismo, fôra um escravo adotado pela viúva de uma cita. O rei da Pérsia Bahram ou Varanes I mandou esfolá-lo vivo. Daí as palavras rituais cabalísticas do rito maçônico nos altos graus — MAC-BENAC, que significam: "a carne desprega-se dos ossos". É o "in memoriam" do suplício de Manes, o sacerdote cristão apóstata Cubricus, o primeiro Filho da Viúva da maçonaria, maniquéia na essência.

(6) Rio Branco, op. cit., pg. 239.

(7) Op. cit., pg. 242; Pereira da Silva, op. cit. "passim".

(8) Pedro Calmon, "O marquês de Abrantes", ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1933, pg. 165.

(9) Calógeras, "Formação histórica do Brasil", ed. da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935, pg. 153.

(10) Rio Branco, op. cit., pg. 508.

(11) Calógeras, op. cit., pg. 162.

(12) Pereira da Silva, op. cit.

(13) Rio Branco, op. cit., pg. 241.

(14) Op. cit., pg. 252.

(15) Op. cit., pg. 568.

(16) Op. cit., pg. 591.

(17) Estevam de Mendonça, "Datas Matogrossenses", Tipografia Salesiana, Niterói, 1919, pgs. 284 e segs.

(18) Rio Branco, op. cit., pg. 291. Cf. "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", 1884, pg. 371.

(19) Rio Branco, op. cit., pg. 314.

(20) Copin-Albancelli, op. cit., pg. 350.

(21) Op. cit., pg 351.

(22) "La conspiration juive contre le monde chrétien", ed. da Renaissance Française, 1909, pgs. 252-254.

VIII

(1) Calógeras, "Formação histórica do Brasil", Companhia Editora Nacional, São Paulo 1935, pgs. 157 e segs.

(2) Manuel Barata, "A primeira loja maçônica do Pará", "in" "Boletim do Grande Oriente do Brasil", nº 1, janeiro de 1937, pgs. 31-33.

(3) Baena, "Compêndio das eras do Pará".

(4) Domingos Antonio Raiol, "Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará, desde o ano de 1821 até 1835", tip. do Imperial Instituto Artístico 1865, t. I, pgs. 177-178.

(5) Op. cit., t. II, pg. 7.

(6) Op. cit., t. II, pgs. 39, 41, 59 e segs., 77 e segs.

(7) Op. cit., t. II, pgs. 100 e segs.

(8) Op. cit., t. II, pg. 143.

(9) Ofício do presidente Machado de Oliveira ao juiz de paz de Baião, de 3 de fevereiro de 1833.

(10) Op. cit., t. II, pgs. 195-197 e nota.

(11) Op. cit., t. II, pgs. 201 e segs.

(12) Manuel Barata, op. cit., pg. 34.

(13) Domingos Antônio Raiol, op. cit., t. II, pg. 257.

(14) Op. cit., t. II, pgs. 301 e segs.

(15) Op. cit., t. II, pg. 309.

(16) Op. cit., t. III, pg. 5.

(17) Op. cit., t. III, pgs. 6-7.

(18) Relatório do presidente Machado de Oliveira, publicado no "Correio do Amazonas", de 7 de dezembro de 1833.

(19) A "Tolerância".

(20) Op. cit., t. III, pgs. 29-31. Os artigos de Batista Campos contra a maçonaria foram inseridos no seu jornal, o "Publicador Amazoniense".

(21) Dunshee de Abranches, "A setembrada", tip. do "Jornal do Comércio", .Rio de Janeiro, 1933, pg. 250.

(22) Calógeras, op. cit., pgs. 157 e segs.

(23) "Publicador Amazoniense", nº 84, de 1833.

(24) General Abreu Lima, "História do Brasil", cap. VIII, 3.

(25) Domingos Raiol, op. cit., t. III, pgs. 73 e segs.

(26) Op.cit.t. III.pg.81.

(27) Op. cit.. t. III, pg. 97.

(28) Era membro de uma loja maçônica da Corte, depõe Raiol, op. cit., t. III, pg. 101.

(29) Op. cit., t. III, pg. 97.

(30) Op. cit, t III, pgs. 101 e segs.

(31) Op. cit., t. III, pgs. 106 e segs. Raiol dá, na íntegra, o notável documento e, depois, defende a maçonaria.

(32) Op. cit., t. III, pgs. 131-136.

(33) Op. cit., t. III, pgs. 139 e segs.

(34) Op. cit., t. III, pgs. 143 e segs.

(35) Op. cit, t. III, pgs. 152-153.

(36) Op. cit, t III, pgs. 214 e segs.

(37) Op.cit.t III, pg. 216.

(38) Op.cit.t. III. pg. 218.

(39) Op. cit, t. III, pgs. 223-230.

(40) Op.cit.t III, pg. 232.

(41) Op.cit.t III, pg. 239.

(42) Op.cit.t III. pg. 251.

(43) Op.cit.t III, pg. 252.

(44) Op. cit, t III, pgs. 272 e segs.

(45) Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pg. 14.

(46) Ofício da Sociedade Federal, de 20 de setembro de 1834.

(47) Domingos Raiol, op. cit, t III, pg. 300.

(48) Op.cit.t III, pg. 338.

(49) Op. cit, t III, pgs. 343 e segs.

(50) Manuel Barata, op. cit., pg. 33; Domingos Raiol, op. cit, t. III, pg. 351.

(51) Op.cit.t III, pg. 371.

(52) Op. cit, t III, pgs. 387 e segs.

(53) Op. cit. t III. pg. 422.

(54) Op. cit., t. IV, pgs. 5 e segs.
(55) Op. cit., t. IV, pgs. 200 e segs.
(56) Southey, "História do Brasil", trad. Fernandes Pinheiro, t. VI, pg. 367.
(57) Domingos Raiol, op. cit., t. IV, pgs. 292 e segs., 365 e "passim".
(58) Rio Branco, op. cit., pg. 373.
(59) Domingos Raiol, op. cit., t. IV, pgs. III e segs.
(60) Op.cit.t. IV, pg. 212.
(61) Op. cit., t. IV, pgs. 285 e segs.
(62) Op. cit., t. IV, pg. 339.
(63) Rio Branco, op. cit., pgs. 363, 365 e 371.
(64) Op. cit., pg. 373.
(65) Op. cit., pg. 343.
(66) Op. cit., pg. 14.
(67) Op. cit., pg. 497.
(68) Domingos Raiol, op. cit., t. IV, pg. 63.
(69) Edouard Drumont, "La France Juive devant l'opinion", pg. 108.

IX

(1) Padre Etienne Ignace Brasil, "Os Males" in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", t. LXXII, pgs. 73-74; Nina Rodrigues, "Os africanos no Brasil", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1932, pg. 104.
(2) Padre Etienne Ignace Brasil, op. cit., pgs. 75-79.
(3) Nina Rodrigues, op. cit, pg. 66.
(4) Caldas Brito, "Levantes de pretos na Bahia" in "Jornal do Comércio", de 15 de maio de 1903.
(5) Etienne Brasil, op. cit., pg. 89.
(6) Op. cit., pg. 90.
(7) Relatório do chefe de polícia, dr. Francisco Gonçalves Martins, futuro barão de São Lourenço, de 29 de janeiro de 1835.
(8) Op. cit., pg.91.
(9) Documento do Arquivo Público da Bahia sob a referência B. 13.
(11) Op. cit., pg. 73. Chamamos a atenção para o documento constante do capítulo "O Reino Encantado do Diabo", neste volume, sobre sociedades secretas negras da Libéria. A comparar.
(12) "Males — a insurreição das senzalas", ed. Pro-Luce, Rio de Janeiro, 1933, pgs. 148-149.
(13) Op. cit.,pg. 113.
(14) Carta da Bahia publicada no "Jornal do Comércio", de 10 de janeiro de 1835.
(15) Etienne Brasil, op. cit., pg. 99 e "passim".
(16) Op. cit., pgs. 100 e segs.
(17) Op. cit.,pg. 111.